



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES - CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO – PPJ

FELÍCIA ARBEX ROSAS

**FEMINICÍDIO EM PAUTA: Uma análise de discurso de crimes que ganharam
destaque no telejornal Correio Verdade**

João Pessoa
2021

FELÍCIA ARBEX ROSAS

FEMINICÍDIO EM PAUTA: Uma análise de discurso de crimes que ganharam destaque no telejornal Correio Verdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Jornalismo, área de concentração Produção Jornalística, linha de pesquisa Processos, Práticas e Produtos.

Orientadora: Profa. Dra. Glória Rabay

João Pessoa
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES - CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO – PPJ

A Dissertação de **Felícia Arbex Rosas**, intitulada **Feminicídio em pauta: Uma Análise de discurso de crimes que ganharam destaque no telejornal Correio Verdade** foi _____ pela banca examinadora.

Profa. Dra. Glória Rabay – PPJ/UFPB (Orientadora)

Prof. Dr. Fabiana Siqueira – PPJ/UFPB (Examinadora Interna)

Profa. Dra. Margarete Nepomuceno – UFPB (Examinadora Externa)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2021, às 09 horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet®, pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/gap-ydzi-iuz>, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) **FELÍCIA ARBEX ROSAS**, sob a matrícula **2019100001**, cuja pesquisa intitula-se **“FEMINICÍDIO EM PAUTA: Uma análise de discurso de crimes que ganharam destaque no telejornal Correio Verdade”**, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

(x) Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta Ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay
Presidente

Profa. Dra. Fabiana Cardoso de Siqueira
Examinadora Interna

Profa. Dra. Margarete Nepomuceno
Examinadora Externa ao Programa

Observação: A presidência da Comissão certifica a presença dos demais membros.

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

R777f Rosas, Felícia Arbex.

Feminicídio em pauta : uma análise de discurso de crimes que ganharam destaque no telejornal policial Correio Verdade / Felícia Arbex Rosas. - João Pessoa, 2021.

97 f. : il.

Orientação: Glória Rabay. Dissertação (Mestrado)
- UFPB/CCTA.

UFPB/BC

CDU 364.632-005.2(043)

Dedico este trabalho às minhas avós Zuleide Barbosa e Amélia David e a minha mãe Regina Arbex. Mulheres que ao longo da vida me deram exemplos sobre a importância de lutar pelos nossos direitos.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus e toda força ancestral por me guiar nesta trajetória de estudos e autoconhecimento. Agradeço também à minha mãe Regina e ao meu irmão Cristiano Arbex, que são minha base e durante todos esses anos se dedicaram com muito amor na minha criação. Sou imensamente agradecida pelo incentivo que me deram desde criança em relação à leitura, aos estudos e ao jornalismo. Ao meu namorado André Souza, pelo companheirismo, paciência e por trazer leveza e amor nesta trajetória.

Gratidão ao meu amigo Giuliano Roque que por várias vezes se dispôs a trocar de turno comigo no trabalho para que eu pudesse assistir as aulas do mestrado. Minhas amigas Silvia Torres e Tatiana Ramalho, pela sororidade e parceria desde o início do processo seletivo sendo pessoas essenciais para minha caminhada acadêmica.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho Hebert Araújo e Laerte Cerqueira por serem referências do jornalismo profissional e contribuírem com sugestões, incentivos até a

escolha do que seria estudado. Também aos colegas de turma do mestrado profissional, Bob Vagner, Raniery Souza e Larissa Madruga, pelo apoio e amizade fortalecida.

Agradeço também à minha orientadora Gloria Rabay, que é uma inspiração para mim e que tanto contribuiu neste processo, compartilhando conhecimento, com indicações de leituras e disponibilidade para ajudar. As professoras Fabiana Siqueira e Margarete Nepomuceno, pelas observações acrescentadas e pela participação na banca examinadora deste trabalho.

Dizem que, um dia, Napoleão Bonaparte repreendeu uma dama francesa por se ocupar de política. “Majestade”, ela respondeu, “em um país onde mulheres são mortas, é muito natural que mulheres desejam saber por que isso acontece”
(DAVIS, 2016, p.55)

RESUMO

Este estudo analisa o discurso sobre crimes de feminicídio que ganharam destaque nos telejornais locais e que foram exibidos pelo Correio Verdade, tradicional programa de cunho sensacionalista, que é transmitido na Paraíba no horário do meio dia, pela TV Correio afiliada da Rede Record no estado. O trabalho analisou qual o discurso, tipo de abordagem das matérias e do apresentador do telejornal acerca do feminicídio e com o propósito de responder as seguintes perguntas: como o crime de feminicídio é narrado no programa? Que tipo de discurso está sendo transmitido ao público? Ele reforça o discurso machista de submissão da mulher? Foram selecionados dois casos transmitidos nos dias 8 e 16 de abril de 2019, ano que os estudos consultados apontam mais registros deste tipo de crime na Paraíba desde quando foi criada no país a lei 13.104/2015, sobre feminicídio; com punição para o assassinato de uma mulher por questão de gênero, menosprezo, discriminação à condição de mulher. Esses casos tiveram mais espaço na mídia televisiva pela brutalidade que envolveu os fatos e por se tratar em um deles, de pessoas conhecidas na sociedade. A metodologia usada foi análise de discurso da linha francesa que permitiu desenvolver o estudo do texto e contexto dos elementos que envolvem comentários do apresentador, texto do repórter, das pessoas entrevistadas e das imagens que mais se destacam na cobertura. Com a compreensão de que a forma como o crime de feminicídio é abordado pela mídia pode contribuir para que não se normalize a violência de gênero. Foram discutidos conceitos sobre jornalismo sensacionalista, como acontecimento se torna notícia, feminicídio e mídia; utilizadas no percurso do estudo, contribuições de autores como Patrick Charaudeau (2006), Eni Orlandi (1999), Heleieth Saffioti (2015), Eva Blay (2008); Pierre Bourdieu (2002) Marcia Tiburi (2019), Ana Paula Portella (2020), Prado e Saneamatsu (2017); Mauro Wolf (2001), Nelson Traquina (2005), João Canavilhas (2009) e Daniel Angrimani (1995) e José Arbex (2002). A pesquisa mostrou que por meio de uma abordagem sensacionalista, o Correio Verdade reproduz um discurso machista, moralista e religioso que em nenhum momento se quer citou as expressões “feminicídio ou violência contra mulher” e normaliza, por meio da violência simbólica apresentada no discurso, a morte de mulheres por questão de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio. Violência contra mulher. Jornalismo. Sensacionalismo. Correio Verdade.

ABSTRACT

This study analyses the speech of femicide crimes that got emphasis on local news and got aired at noon by the "TV Correio", "Rede Record's affiliate. This study analysed the kind of speech and approaches are presented by the show focusing on questions like: How is this type of crime narrated to the public? Does it reinforce the male chauvinist speech of women submission? The two cases selected got aired on April the 8th and 16th, 2019. Year that according to studies reached the peak on this kind of crime on the state of Paraíba since the law got created in the country. The law 13.104/2015, punishes disregard towards women, discrimination towards women conditions and mainly punishment to murder. These cases got space on TV due to the level of brutality and also because in one of them the victim was very popular on her community. The methodology applied was the french school of speech analyses that allowed us to study the text and contextualize the speech of the reporter, the people that got interviewed and the main footages displayed on these news. Understanding that the way the media shows the news on TV can contribute to the non normalization of this kind of gender violence. Concepts about sensationalist journalism, femicide and media and how an event become news are addressed in this study. During this study we got contributions from: Patrick Charaudeau (2006), Eni Orlandi (1999), Heleieth Saffioti (2015), Eva Blay (2008) ; Pierre Bourdieu (2002) Marcia Tiburi (2019), Ana Paula Portella (2020), Prado e Saneamatsu (2017); Mauro Wolf (2001), Nelson Traquina (2005), João Canavilhas (2009) e Daniel Angrimani (1995) e José Arbex (2002). This research shows that using a sensationalist approach , "Correio Verdade" spreads the male chauvinist, moralist and religious speech not mentioning at any moment words like: femicide or violence against women" helping normalize the murder of innocent women".

KEYWORDS: Femicide. Violence against women. Journalism. Sensationalism. Correio Verdade.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Imagem do cenário e bancada.....	66
Imagem 2 - Ênfase no portão da casa com grades.....	69
Imagem 3 - Destaque para as grades da porta.....	70
Imagem 4 - Destaque para o cadeado na porta.....	70
Imagem 5 - Vizinha mostra como empurrou as grades.....	71
Imagem 6 - Foto da faca usada no crime.....	71
Imagem 7 - Apresentador com cassetete na mão.....	74
Imagem 8 - Foto de quando eram um casal.....	76
Imagem 9 - Imagem da conversa entre Aderlon e o irmão.....	79
Imagem 10 - Irmão de Aderlon mostra a mensagem no celular para repórter.....	80
Imagem 11 - Imagem do portão do motel.....	80
Imagem 12 - Falhas da edição que identificam a entrevistada.....	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA HERANÇA DO PATRIARCADO	17
2.1 Gênero e relações sociais	20
2.2 De que mulheres estamos falando?	22
2.3 Breve histórico do combate à violência contra mulher	25
2.4 Sobre a Lei Maria da Penha	28
2.5 Femicídio: conceito e lei	29
2.6 Crimes de feminicídio não param de acontecer	34
3 JORNALISMO E A NECESSIDADE DE NOTÍCIA	38
3.1 Jornalismo como ferramenta da construção da realidade	39
3.2 Do acontecimento à notícia	41
3.3 Critérios de noticiabilidade e Seleção noticiosa	42
3.4.1 <i>Valores-notícia</i>	43
3.5 Televisão e Telejornalismo	49
3.5.1 <i>Sensacionalismo</i>	51
3.6 Breve histórico dos programas Correio Verdade	58
4 PERCURSO METODOLÓGICO	59
4.1 Sujeito e ideologia	60
4.1.2 <i>Saberes Verdades e crenças</i>	61
4.1.3 <i>Formações discursivas e Interdiscurso</i>	61
4.1.4 <i>Dispositivos de análise</i>	62
4.2 Análise do caso Marilene	64
4.2.1 <i>Ciclo da Violência</i>	65
4.2.2 <i>Violência como espetáculo</i>	69
4.2.3 <i>Mulher honesta não merece morrer</i>	72
4.2.4 <i>Doença usada como motivação</i>	74

4.3 Análise do caso Dayse.....	76
<i>4.3.1 Casamento e religião.....</i>	<i>76</i>
<i>4.3.2 Ciúmes, Doença e Rede Social.....</i>	<i>82</i>
<i>4.3.3 Aspectos que entrelaçam raça, gênero e classe.....</i>	<i>84</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
6 REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

Nunca imaginei que a minha história ia se cruzar com o assassinato de mulheres. Só despertei para esta realidade durante a profissão de repórter de TV, quando precisei fazer matérias sobre crimes, entre eles, os cometidos por companheiros, por ex-namorados, por maridos das vítimas. As histórias tinham aspectos semelhantes, repetitivos e chegou a um ponto em que ficou insuportável o incômodo de fazer a cobertura desse tipo de crime. Mas, afinal, com o quê, na verdade, estamos lidando aqui?

Eu ainda me questiono se eu realmente não tinha noção ou se não dava devida atenção para esta realidade e lembro, como se fosse hoje, quando tomei de fato a iniciativa de encarar o assunto.

Desta vez, eu estava em casa, naquele momento, como telespectadora e o teor da matéria que estava prestes a ir para o ar me chamou atenção. Uma mulher assassinada pelo ex-marido. De novo, há pouco tempo mostramos um outro caso! Pensei quando o apresentador chamou a matéria.

Dentro da própria casa, a mulher foi morta com mais de vinte facadas. Aspecto frequente neste tipo de crime, como indicam os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)¹, que, na maioria dos feminicídios, são utilizadas armas brancas como facas, tesouras e outros instrumentos.

Sobre o caso mencionado, o marido tinha anunciado o crime pelas redes sociais, escreveu vários xingamentos ao se referir à ex-esposa, acusava-a de traição, ameaçava e afirmava que iria matá-la. Tanto ódio, dito e feito!

Eu mudava de canal e os telejornais locais estavam falando, ou já tinham falado, sobre o assunto. No mesmo dia, na fila da padaria e na agência bancária, ouvi a repercussão com algumas mulheres horrorizadas: Muita brutalidade! Você viu? Mais uma mulher, a casa estava igual filme de terror!

Particularmente, foi como um soco no estômago ouvir não só o que falavam sobre o assunto, como também as entrevistas das matérias e palavras ditas no *off*, que é o texto lido do repórter.

Sou jornalista e, em 2016, fui contratada pela TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo no estado da Paraíba, para fazer parte da equipe de jornalismo que cobre os fatos do horário da

¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em: 10 de nov.2021.

noite na capital, turno no qual a maioria das matérias realizadas envolve casos de criminalidade e, principalmente, assassinatos.

Por muitos anos, fui a única mulher entre as equipes de reportagens da cidade que atuavam na rua nesse turno. Mas, independentemente do horário, quando se trata de notícia, o celular fica sempre disponível e, por isso, quando ligavam, eu já sabia: era alguma fonte informando acontecimentos que poderiam chamar atenção da imprensa: geralmente um assalto em algum estabelecimento comercial, uma operação da polícia sobre tráfico de drogas, um assassinato, um corpo encontrado. Mas, no ano de 2018, as ligações informando sobre assassinatos de mulheres e que envolviam términos de relações afetivas passou a ser mais frequente. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), 9 em cada 10 mulheres vítimas de feminicídio morrem pela ação do companheiro ou de algum parente. Eles matam entre quatro paredes, na frente de conhecidos, de filhos pequenos, crimes anunciados com antecedência.

Estar no local em que uma pessoa acabou de ser assassinada gera um mal-estar horrível. Por muitas vezes, deparei-me com cenas devastadoras: o chão da casa ainda sujo de sangue, cadeira caída, móvel quebrado e uma mulher morta com mais de cinco, seis, sete, vinte facadas!

Ouvia dos colegas com muitos anos de profissão que uma hora, de tanto trabalhar na cobertura de mortes, a gente se acostuma e não fica mais tão impressionada. Será? Eu noto que minha percepção sobre assassinatos mudou sim durante os anos de trabalho, mas, por muitas vezes, eu também via na minha história alguns aspectos que lembram as histórias das vítimas. Então, é impossível esse tipo de cobertura não ser, no mínimo, perturbadora.

Muitas vezes, nas entrevistas gravadas e nas conversas sem gravação na busca por informações, as narrativas de conhecidos sobre as mortes eram parecidas: “Ela não merecia! Ele não aceitava o fim, tinha ciúmes”. Discursos como esses ditos por filhos, pela mãe e por amigos das vítimas. Também já ouvi, em alguns locais, expressarem que a culpa era da mulher por sua própria morte com falas do tipo: “Era para ela perdoar, ele quis voltar”, ou “homem é assim, quando bebe se transforma”. Ouvi esse teor pessoalmente em mais de um caso. Com isso, a repetição da cena foi me indicando a necessidade de aprofundar um pouco mais sobre o assunto.

A violência contra as mulheres existe de diversos modos e não é de hoje que essa questão tem sido marcante na sociedade. São violências sexuais, psicológicas, que envolvem ofensas, humilhações para atingir a autoestima; violência moral, com o intuito de ferir a reputação da mulher; patrimonial quando destroem pertences pessoais; violência física e o último estágio da violência contra mulher: o feminicídio, que é o assassinato de mulher, pelo

fato de ser mulher, por questão de gênero, por desprezo à condição de mulher. Dados do Monitor da Violência² apontam que o Brasil tem, em média, um caso de feminicídio registrado a cada sete horas, o que mostra o cenário alarmante de violência de gênero no país. Presente nos registros documentais ou não, essa espécie de crime é uma realidade bem antes de se falar sobre o assunto. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada³ mostram que, em dez anos, no período de 2001 até 2011, mais de 50 mil feminicídios ocorreram no Brasil, cerca de 5.000 mortes por ano.

A socióloga sul africana Diana Russell foi a pioneira em usar o termo *femicide*, em meados da década de 1970 para distinguir a morte de mulheres e evidenciar que se trata de crime de gênero. Ao traduzir a obra, Marcela Lagarde (2006), antropóloga mexicana e responsável por expandir o termo “feminicídio” para América Latina, destaca que, antes da violência feminicida, ao longo da vida, a mulher já passou por vários tipos de violência que ameaçam sua liberdade e que incorporam ao conceito de Russel (1976) a ideia de ser um crime legitimado pela sociedade e de responsabilidade do Estado perante a impunidade.

No Brasil, desde 2015, feminicídio é tipificado como homicídio qualificado no código penal. Mas, até 2018, não se via a imprensa local informar a existência deste tipo de crime, seguíamos as informações repassadas pelas autoridades policiais que repetiam que os casos se tratavam de crimes passionais. Matavam motivados por amor e por ciúmes seria isso?

Mesmo com a lei sobre feminicídio em vigor, os casos não param, conforme os estudos divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), 1350 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020 no país, sendo 61,8% delas negras, são as principais vítimas, os dados trazem à tona reflexos da estrutura racista e sexista da sociedade. Na reprodução de práticas que violam os direitos humanos, a mulher negra é oprimida, pelo gênero e também pela raça, como aponta Sueli Carneiro (2003, p. 117) filósofa e representante do Movimento Negro brasileiro.

Os estudos do anuário também mostram que, em 81,5% dos casos de feminicídios, o autor foi o companheiro ou o ex-companheiro. Aspectos pontuados por Pasinato (2016) como características de feminicídio íntimo, que caracterizam os crimes cometidos por parceiros ou por homens com quem as vítimas tiveram relações interpessoais no momento do crime ou anteriormente.

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>> [Acesso em: 20 de abr. 2020.](#)

³ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. [Acesso em: 20 de abr. 2020.](#)

A lei Maria da Penha criada em 2006 com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar, é vista por muitos estudiosos como um mecanismo que contribuiu para dar visibilidade ao tema da violência de gênero. A violência presente na vida da mulher também está nos noticiários. Sendo assim, Blay (2008) afirma que casos relacionados a esse tipo de violência foram desvendados para o público pela imprensa, que tinha uma posição de desconfiança em relação à mulher, “enfazando por vezes que ela era a culpada da violência e da própria morte, progressivamente foi se modificando, tornando-se investigativa e abandonando os antigos prejulgamentos que condenavam a vítima” (BLAY, 2008, p.216). Foi observando aspectos como esses nos discursos das matérias exibidas ao longo desses anos de trabalho que sempre surgia o questionamento: como estamos contando essas histórias?

A forma como a imprensa brasileira faz cobertura deste tipo de crime vem sendo observada por organizações não governamentais e por institutos que trabalham com a questão de gênero envolvendo a comunicação social. Entre eles, O Instituto Patrícia Galvão⁴, Responsável pelo Dossiê Femicídio Invisibilidade Mata, coordenado por Prado e Saneamatsu (2017). O material descreve o termo feminicídio, analisa casos e aborda o papel da imprensa. Outra obra consultada foi lançada pela equipe da plataforma Universa (2020)⁵, um manual de conduta para jornalistas, tendo em vista coberturas que envolvam violência contra a mulher.

Na área acadêmica, com o mestrado profissional, tive a oportunidade de ser apresentada a vários autores que podem ajudar a compreender melhor o fenômeno da violência contra a mulher e que contribuem para a construção de outra forma de transmitir a informação de maneira simples e acessível e, ao mesmo tempo, contextualizada e respeitosa com a dimensão do problema, colaborando com o debate social sobre o tema.

Quando se trata do estado da Paraíba, segundo dados do Monitor da Violência⁶, em em 2019, foram 38 casos de feminicídio: esse é o maior registro desde quando a lei que reconhece este crime foi criada. Existem casos que não são registrados, não são investigados como

⁴ O Instituto Patrícia Galvão é uma organização social sem fins lucrativos que, desde 2001, atua na articulação entre as demandas pelos direitos das mulheres e a visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia. Disponível em : <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/> Acesso em: 20 de abr. 2020.

⁵ Universa é a plataforma feminina do site UOL, formada por uma equipe só de mulheres e que existe desde 2018. O manual apresenta uma série de normas de conduta para a cobertura de crimes de gênero. Disponível em : < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/25/universa-lanca-manual-para-jornalistas-cobrirem-violencia-contr-a-mulher.htm> Acesso em :15 de mar.2021

⁶ Projeto entre o portal de notícia G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública; que apura os números relacionados ao crime e à violência em todo o Brasil. Disponível em : <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/05/monitor-da-violencia-em-cinco-anos-2019-tem-maior-numero-de-femicidios-na-paraiba.ghtml>>. Acesso em: 25 de abr. 2020.

feminicídio e muitos também não são exibidos nos telejornais. Mas, quando os casos viram matéria, o assunto chega a mais pessoas. Este fator demonstra a necessidade de abordar o modo como o telejornalismo reporta este tema. Por isso, o interesse em entender como está sendo feita a cobertura televisiva desses fatos no estado. Como o telejornalismo paraibano está noticiando os casos de feminicídio? O discurso na cobertura contribui com uma cultura machista e reitera estereótipos e representações sociais negativas sobre a mulher?

O que muita gente não sabe é que antes de ser pauta, o acontecimento passa por seleções, entre elas: é avaliada a relevância do assunto, se envolve audiência, se “rende”; além do tempo que terá uma matéria, que depende do tempo disponível para ela no telejornal.

Sobre as estratégias jornalísticas para atrair telespectadores, o aspecto sensacionalista é um recurso muito usado no discurso das coberturas midiáticas de crimes que envolvem violência contra mulher, nas quais consta uma abordagem mais factual, com viés policial. Doretto (2011.), pesquisadora do tema, mesmo ciente desta tendência, apresenta outras possibilidades de perspectiva de abordagens, “com o foco na legislação, no sistema de direitos e na divulgação de pesquisas, ainda que numa proporção significativamente menor” (DORETTO, 2011, p.32, 46). Para a autora, não levar em conta esses aspectos pode reforçar ideias de que esses tipos de crime tratam de um problema relativo ao lar e, assim, ignorar a agressão contra a mulher enquanto um problema social.

Sendo assim, a proposta do trabalho é analisar o discurso da cobertura de dois casos de feminicídio que foram exibidos no programa Correio Verdade, que é transmitido de segunda a sábado entre o horário de meio-dia e uma hora da tarde pela TV Correio, afiliada da Rede Record na Paraíba, canal 12, na grande João Pessoa, e canal 13, no interior do estado. Entre os quatro telejornais de cunho sensacionalista que seguem a linha de programa policial⁷ exibidos no estado da Paraíba no horário do meio-dia, este, segundo Kantar Ibope⁸, lidera a audiência.

O recorte do material analisado trata de um dia da cobertura de cada fato transmitido na capital paraibana nas datas 8 e 16 de abril de 2019. Neste ano, houve os maiores índices de feminicídio no estado, desde a criação da lei que caracteriza este crime. Todos os meses tiveram registros. Dessa forma, as matérias selecionadas estão entre os casos ocorridos que tiveram mais espaço na mídia televisiva baseado em crimes com violência associada à brutalidade e por se tratar em um deles, de pessoas conhecidas na sociedade.

⁷No capítulo 2 discutiremos sobre o jornalismo/programas policiais.

⁸ Informação divulgada pelo site da emissora. Disponível em : <https://portalcorreio.com.br/correio-verdade-alcanca-4490-de-share-e-e-lider-no-horario/> Acesso em 20 de jan. 2021.

Os feminicídios selecionados para o estudo envolveram vítimas de raças e de classes sociais distintas o que tornou possível observar a existência de tratamento diferenciado entre as coberturas, levando em conta esses aspectos. Além do discurso verbal que envolve apresentador, texto da matéria e entrevistas, também foram analisadas as imagens mais emblemáticas das edições exibidas, fator importante que envolve a construção da matéria.

No dia 8 de abril de 2019, foi ao ar no Correio Verdade a matéria sobre a morte de Marilene da Silva. Ela tinha 39 anos, era mulher negra e mãe de três filhos, foi assassinada com trinta facadas dentro da própria casa, na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. Alguns vizinhos ouviram os pedidos de socorro. O marido, José Jorge Bernardo, de 55 anos, foi preso com a arma usada. Conhecidos contaram que ele sentia ciúmes da Marilene e costumava deixá-la trancada dentro de casa.

A matéria sobre o feminicídio de Dayse Auricea foi ao ar no dia 16 de abril de 2019. A vítima era secretária de educação do município de Boa Vista, no Cariri Paraibano. Mulher branca, mãe de duas meninas, foi morta a tiros pelo ex-marido, quatro dias depois de completar 40 anos. Aderlon Bezerra de Souza, de 42 anos, tinha convidado a ex-mulher para comemorar o aniversário em um motel na cidade de Campina Grande, local onde cometeu o crime e depois se matou, com a mesma arma. De acordo com parentes, ele insistia em reatar o relacionamento.

Com o objetivo de compreender como estão sendo noticiados os casos de feminicídio na capital paraibana e de investigar que tipo de discurso está sendo transmitido ao público, optamos por aplicar a metodologia da Análise de Discurso de linha francesa que toma o discurso como objeto. Esse tipo de análise teve início na década de 1960 e tem como principais precursores Michel Pêcheux e Michel Foucault, mas, anos antes, já existiam outros estudos voltados para diferentes perspectivas do conhecimento da língua e da produção dos sentidos. Pioneira dos estudos no Brasil, Orlandi (1999) explica que a Análise de Discurso é herdeira de três fontes do conhecimento: a linguística, a marxista e a psicanalítica, mas não segue totalmente o modelo dos três campos, visto que ela não reduz o objeto à linguística, não considera o discurso como fala, mas sim, como efeito de sentido.

Ao tratar sobre o discurso das mídias, Charaudeau (2006) entende que informação e comunicação são noções que remetem a fenômenos sociais e que é próprio de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos. Por isso, a necessidade de investigar os efeitos interpretativos, mesmo de enunciados aparentemente simples como [...] “essa mulher é poderosa”, depende, para sua interpretação, de numerosos entrecruzamentos entre os discursos de representações que são produzidos, numa dada sociedade, tanto sobre a mulher, quanto sobre o poder (CHARAUDEAU, 2006, p.47). Para Possenti (1999), que também é estudioso da AD,

trata-se de lidar com acontecimentos de diversas ordens e de tirar disso as devidas consequências.

Seja o caso do acontecimento feminismo, como exemplo hipotético de diversas consequências: é certo que algum manifesto ou congresso pode ser um grande acontecimento discursivo, em torno do qual se organiza um arquivo (tudo o que se passa a dizer – ou se pode recuperar de datas anteriores -em revistas, jornais, simpósios, livros, entrevistas etc.). Mas há mais por debaixo deles, ou a seu lado, surge, por exemplo, um discurso do corpo, da beleza, da sexualidade, do controle da natalidade, da saúde; e, ainda da fidelidade, do divórcio, das alternativas sexuais; e ainda, o das creches, do trabalho feminino, do assédio sexual (POSSENTI, 1999, p. 126).

Embora a violência contra as mulheres seja considerada e apresentada pela mídia como um crime, é necessário também abordar outros aspectos. Sendo assim, Sanematsu (2011, p.99) diz que “a questão merece e deve ser tratada a partir de uma perspectiva sociocultural, que envolve aspectos relacionados à educação, conscientização e mudança de atitude.” Desse modo, Rocha Coutinho (2006) também reforça a importância de a mulher ser ouvida, não só nas condições de vítima.

Nas matérias analisadas neste estudo, há relatos de parentes e de testemunhas sobre a visão que tinham dos relacionamentos abusivos que as mulheres viviam. Ao tratar sobre análise de discurso nas pesquisas de gênero, Rocha Coutinho (2006, p.67) propõe uma análise mais atenta, extraída da narrativa oral, pois, segundo a autora, as pessoas constroem identidades ao falar. No caso das mulheres, “uma análise mais atenta da linguagem e dos significados de palavras importantes por elas utilizadas para descrever sua experiência nos permite melhor compreender como as mulheres estão vendo e se adaptando à cultura na qual vivem.”.

O que consta no discurso é uma das várias formas de mensagens que podem ser elaboradas pelo sujeito. Isso significa que uma notícia sobre feminicídio, exibida em determinado telejornal, de determinada emissora, pode ser interpretada de formas diferentes, por diversos grupos sociais.

Sendo assim, o primeiro capítulo desta pesquisa aborda a questão de gênero na sociedade, o conceito de patriarcado, ou seja, como essa ideologia reproduz a violência contra a mulher em vários aspectos. O capítulo trata também de crimes que ganharam atenção da mídia nacional e da criação das Leis Maria da Penha e de Feminicídio com explicações sobre significado do termo.

O segundo capítulo discorre sobre a função do jornalismo na sociedade, enquanto construtor da realidade social. Quando os casos de feminicídios ganham destaques nos telejornais, chamam a atenção do telespectador e fazem com que as pessoas pensem, falem

sobre o tema e, na tentativa de atrair o público e fazer com que ele se identifique com o real, recortes da realidade acabam sendo explorados pelos meios de comunicação como a televisão, com o intuito de garantir e de facilitar o reconhecimento do telespectador. Assim, Prado e Saneamatsu (2017) afirmam que, como se trata de veículos que brigam pela audiência, esse tipo de violência pode vir a ser explorada, possibilitando análises conservadoras e preconceituosas. O telejornalismo sensacionalista e o discurso neste tipo de matéria são pontos abordados. Os critérios e as operações para serem transformados em notícia e como tem sido a cobertura de feminicídio na mídia também são pontos discutidos nesta seção.

No último capítulo, será discutida a análise de discurso, os dispositivos de análise, é realizada a análise das matérias e, por fim, as conclusões.

Assim, a proposta deste trabalho é buscar analisar qual o discurso, o tipo de abordagem das matérias e do apresentador do telejornal acerca do feminicídio. Como o crime de feminicídio é narrado no programa? Que tipo de discurso está sendo transmitido ao público? Ele reforça o discurso machista de submissão da mulher?

O trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de contribuir para uma melhor prática da cobertura jornalística sobre casos de feminicídio.

2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA HERANÇA DO PATRIARCADO

Foi pela hierarquia do ponto de vista do homem branco e heterossexual que muitas sociedades foram construídas. A base desse modelo, como explica Saffioti (2015), organiza a sociedade em uma estrutura de poder que privilegia o masculino e situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas de convivência humana. A autora compartilha dos estudos de Johnson (1997) e Pateman (1993) para evidenciar que o patriarcado se baseia no controle e no medo, “exatamente no controle da sexualidade feminina, especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (SAFFIOTI, 2015, p.58-59).

Essa forma de poder da estrutura patriarcal adquiriu uma ideia já pronta de naturalidade dos seus padrões e se reproduz sob pena de violência e de morte, como defende Tiburi (2019, p.41-47) “é um pensamento pronto que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação, de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo que sustenta seu poder”. Ao falar sobre o homem branco, ela o trata como uma metáfora do sujeito do privilégio, figura que domina a produção de discursos e de verdade.

Séculos de história se passaram e esse sistema de opressão ainda é reproduzido, o que vai contra as estruturas das normas dominantes é julgado como errado, fica à margem da sociedade e vira alvo de exclusão e de punição. No mundo patriarcal, a misoginia é explicada por Tiburi (2019) como o ódio histórico às mulheres e está presente em diferentes momentos da história, sustentando para não dizer “autorizando”, a violência e morte. Por esse viés, “Essas práticas arcaicas têm ligação direta com o assassinato de mulheres que não cessa de se repetir ao longo da história, aquilo que há muito tempo passamos a chamar de feminicídio.” (TIBURI,2019, p.49).

A consequência da colonização, como atenta Akotirene (2019, p. 36), também tem impacto nas construções dos padrões de feminilidade e de masculinidade construídos pelo cisheteropatriarcado⁹ e pelo racismo. Por isso, a importância de não ignorarmos que “ideologias como xenofobia, neoliberalismo, divisão internacional do trabalho, opressão patriarcal de gênero e discriminação racial, vieram com certeza a partir do século XV com o ‘descobrimento da Europa’”. Nesse contexto, a autora expõe alguns aspectos do colonialismo e de como este limita as capacidades humanas:

⁹ Sistema em que o homem branco, heterossexual e cisgênero predomina sobre os outros gêneros .

[...] africanas e africanos na América foram impedidos de pensar, de orar ou de praticar seus fundamentos, submetidos ao racismo epistêmico religioso e depois ao racismo de cor, o sexismo fez mulheres serem queimadas na inquisição, destruídas sob a forma de bibliotecas de oralidade, na Europa. Os indígenas, por serem seguidores da espiritualidade não cristã do sistema do mundo moderno colonial, sofreram a matança que permanece aos não brancos, implicações políticas esboçadas pelas intersecções coloniais dinamizadas por fluxos identitários (AKOTIRENE, 2019, p.39).

Os processos de colonialismo dos séculos XVI, XVII e XVIII estabeleceram conceitos estrangeiros das organizações públicas “trouxeram para o Brasil e para a América Latina inteira a ideia de pai da família, a organização hierarquizada da família e o centro de sexualidade, sempre unidos, e de um lugar das mulheres e do feminino nessa família, que era subalterno” (DORA, 2016, p.267). A autora ressalta que muitas gerações foram criadas e socializadas em uma sociedade que justificava atitudes violentas do homem perante a mulher, tendo o machismo impregnado nas legislações, desse modo,

Se voltarmos um pouco, podemos encontrar os códigos penais das décadas de 1920 e 1930, nos quais era permitido haver castigos moderados sobre as mulheres e se admitia como legítima a defesa da honra. Esses códigos foram herdados das experiências coloniais europeias na África, na América Latina e na Ásia. Então, essas legislações de família, que imperaram durante muito tempo, muitos séculos no nosso país, foram alteradas a partir da década de 1960, e elas têm um papel muito importante na violência contemporânea que experimentamos hoje (DORA, 2016, p.266).

Privilegiado na estrutura e no poder político, o patriarcado tem como base central o machismo que se impõe sobre todas as relações humanas, já que "é um sistema de crenças em que aceita a superioridade dos homens devido a sua masculinidade" (TIBURI, 2019, p.63). Considerar a mulher propriedade do homem é um dos fatores que se reflete nos casos de agressões e de morte de mulheres, tratado por Blay (2008) como machismo cultural e, para esse sistema, a independência da mulher pode lhe custar a vida. Assim, “Gravidez, resistência ao aborto, independência econômica, são punidas com violência e morte”. (2008, p.67). Condutas de crimes violentos contra a mulher, socialmente associadas a um conjunto de valores e de normas, como explica Portella (2019 p. 57), esse quadro “pode ser visto como uma tentativa do agressor de se adequar às normas dominantes, afirmando sua virilidade, e como uma tentativa de enquadrar as mulheres nessas mesmas normas, quando elas desafiam o modelo patriarcal.” A autora também aborda o ciclo da violência vivido em um relacionamento no qual se alterna entre períodos de entendimento amoroso e de violência, conforme suas palavras,

O período de escala se inicia com manifestações de controle masculino sobre a vida da mulher, ciúmes e atos isolados de violência física e sexual, que se intensificam com o tempo, chegando aos espancamentos graves e, às vezes, à morte. Quando não há

desfecho fatal, é comum que, após o momento de maior violência, o homem demonstre arrependimento, justifique-se diante da mulher e procure compensá-la com gestos amorosos. Esse período pós- violência é chamado de lua de mel, porque se retoma o entendimento e o afeto existente no momento anterior. Sua duração é variável, mas raramente é capaz de evitar novas violências, em geral interrompidas apenas pela separação do casal ou a morte da mulher. (PORTELLA, 2019, p.159).

A autora se remete aos estudos de Johnson (1995), nos quais aponta o que chama de terrorismo Patriarcal como um padrão geral de violência para ter poder e controle na relação conjugal:

As características desse tipo de violência refletem suas origens nas motivações ligadas ao exercício do controle. Em primeiro lugar, é um tipo de violência exercida quase que inteiramente por homens, em função dos processos de socialização, que estimulam meninos e homens a perceberem o controle como um componente essencial da masculinidade, e das tradições da família patriarcal, na qual é central o controle masculino sobre a vida familiar. Em segundo lugar, é um tipo de violência frequente, seja como demonstração pura e simples de poder ou como uma tentativa de minar possíveis resistências por parte das mulheres. Além disso, é uma violência que cresce e se agrava com o tempo, como um modo de ampliar o alcance do controle masculino sobre a mulher [...] (PORTELLA, 2019, p. 162).

Atenta para importância de mostrar o patriarcado como problema, Saffioti (2015) afirma que se não for nomeado, serão naturalizadas a dominação e a exploração masculina, as quais envolvem todos os aspectos da sociedade: “Pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou de raça /etnia. Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal” (SAFFIOTI, 2015, p.130).

Denunciar o poder patriarcal também é visto por Piscitelli (2009) como fundamental para luta dos movimentos feministas, apesar de o termo "patriarcado" ter sido alvo de críticas “por ser usados de modo genérico, como se definisse qualquer tipo de dominação masculina, como se a subordinação feminina fosse pensada de forma universal em todos os períodos históricos conhecidos.” (PISCITELLI, 2009, p. 132). A autora também ressalta que, em meio às críticas voltadas ao conceito, o patriarcado “tinha o objetivo de mostrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la” (PISCITELLI, 2009, p. 136). Dessa forma, ela explica que, em meio à necessidade de elaboração de ferramentas conceituais para que essa opressão perdesse o caráter de ser permanente, foi formulado o conceito de gênero.

2.1 Gênero e relações sociais

A maioria de nós foi educada a partir de divisões entre o que é destinado aos meninos e às meninas, aos homens e às mulheres. Ao pararmos um pouco e experimentarmos reviver a memória da nossa infância, podemos refletir sobre aspectos introduzidos na nossa vida, como: simples brinquedos de crianças, tais como bonecas e carrinhos, ou a maneira como as mulheres são orientadas a lidar com seus corpos e a comportarem-se perante o sexo oposto. De que forma essas dinâmicas influenciam em quem somos e na maneira como pensamos hoje em dia? Se fizermos esse breve questionamento, fica mais fácil visualizar o conceito de gênero e suas desigualdades.

Em seu livro “O Segundo Sexo”, publicado originalmente em 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir ([1949] 2016, p.11), ao dizer “ninguém nasce mulher, torna-se”, defende que é gênero algo construído, pois certos valores e comportamentos sociais atribuídos às mulheres não têm possibilidade de serem biologicamente determinados. A autora também aborda as questões das limitações sociais e biológicas criadas, as quais atribuíram inferioridade ao sexo biológico feminino, sendo assim “o outro”, “o segundo”.

Saffioti (2015) diz que, ao empregar a frase, Beauvoir já apresentava os conceitos de gênero, só faltando expressar tal palavra. A autora também ressalta a diferença entre sexo e gênero, considerando o primeiro conceito situado na biologia, na natureza, e o outro na sociedade, na cultura, mas, mesmo indefinindo diferenças, considera os dois uma unidade, por defender que “não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2015, p.116). Para Piscitelli (2009), as atribuições de espaços sociais diferenciados para homens e mulheres, com frequência são consideradas naturais e usadas como justificativa para delimitar os espaços de atuação. Com o intuito de desmontar esse procedimento de naturalização, a autora diz que foi elaborado o conceito de gênero:

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças (PISCITELLI, 2009, p.119).

O gênero está profundamente ligado às regras de comportamento, é usado para analisar aspectos associados aos papéis masculinos e femininos como: o corpo, características como força física para atribuir as funções específicas do lar, de mãe; de ser frágil (TIBURI, 2019). Estereótipos de gênero como esses foram construídos, moldados, replicados por muitos anos e, acredite, ainda são presentes como uma forma de explicar, de maneira naturalizada, a posição

da mulher perante a sociedade, perante o homem. Isto é, “podem ser descritos como comportamentos aprendidos em uma sociedade, comunidade ou grupo social nos quais seus membros são condicionados a considerar certas atividades, tarefas e responsabilidades como sendo masculinas ou femininas” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 14).

O conceito de gênero, como discute Piscitelli (2009), foi formulado em momentos específicos das histórias das teorias sociais sobre a diferença sexual e se difundiu a partir de 1975, com os estudos da antropóloga Gayle Rubin, que foram responsáveis por inserir o conceito de sistema sexo/ gênero no debate sobre a causa da subordinação da mulher. Assim, a consolidação desse sistema se dá pelo “Conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (PISCITELLI, 2009, p. 137-138), a autora explica que, ao dialogar com os pensamentos do antropólogo Claude Lévi-Strauss, Rubin defendeu que “a divisão sexual do trabalho constrói a necessidade de tarefas femininas diferentes das masculinas.” (PISCITELLI, 2009, p. 138). Além disso, explica que, com esse fim, a divisão acentua, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos.

Ao tratar sobre direitos humanos, Crenshaw (2002) aponta que a diferença entre mulheres e homens de modo geral, por muito tempo, foi usada para justificar a desigualdade de gênero e que “atualmente a diferença das mulheres indica a responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos tem de incorporar uma análise de gênero em suas práticas.” (2002, p.172).

Como vimos, gênero e sexualidade estão ligados à lógica heteronormativa, em que prevalece a experiência heterossexual, firmada no binarismo homem e mulher. Piscitelli (2009) explica que foram desenvolvidas, a partir de 1990 e 2000, outras reflexões sobre as perspectivas de gênero com atuação de muitos pensadores e ativistas de movimentos sociais que envolvem as pessoas não binárias e que resistem à classificação de distinções entre masculino e feminino. Desse modo,

Esse conjunto de pessoas, resiste a classificações lineares, como "homens" ou como "mulheres". Os intersexos, pela ambiguidade de seus genitais. As travestis, porque, com genitais masculinos, mas com corpos feminilizados mediante o uso de hormônios, silicones, roupas e perucas femininas, transitam entre lugares femininos e masculinos. E os transexuais, porque incorporam um gênero diferente ao que corresponderia a seus genitais (PISCITELLI, 2009, p. 143).

Para a autora, as novas leituras sobre gênero consideram que distinções entre masculino e feminino não esgotam os sentidos dos gêneros. Por esses aspectos, é importante, ao abordar o assunto, apontar a existência dos questionamentos e os estudos sobre o conceito. Todavia, vale

ressaltar que não é o propósito deste trabalho apontar todas as possibilidades existentes sobre o tema.

2.2 De que mulheres estamos falando?

Sojourner Truth¹⁰ era uma mulher negra que nasceu no escravismo e uma das pioneiras na luta pelos direitos das mulheres e dos negros. Chegou a ser vendida em leilão quando ainda era criança e, em 1851, foi a única negra a participar da Convenção dos Direitos das Mulheres que aconteceu em Ohio, nos Estados Unidos. No evento, fez um discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?” no qual questionou a ideia de “sexo frágil” ao apontar aspectos da própria vivência para argumentar a construção do “ser mulher”. Vejamos um fragmento de sua fala:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (SOJOURNER, 1851).

O discurso de Sojourner também mostra a invisibilidade vivida pela mulher negra perante a sociedade, uma vez que “Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas” (RIBEIRO, 2016, p. 100). Neste sentido, ao falar sobre os aspectos de construção da figura da mulher, é importante saber que as visões políticas e sociais não são as mesmas para todas as mulheres e que o racismo é um dos fatores que move a diferença dessas vivências. As memórias do escravismo descritas por Akotirene (2019, p. 20), bem como da migração forçada que africanos e africanas viveram ao serem transportados em navios negreiros que cruzavam o Atlântico, mostram um pouco da história das opressões cruzadas “As águas, além disso, cicatrizam feridas coloniais causada pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismo identitários, contrapostos humanos e não humanos”.

No livro *Mulheres Raça e Classe*, publicado originalmente em 1981, Davis (2016) aborda como as opressões estruturais que envolvem o capitalismo, racismo e sexismo são

¹⁰ Sojourner Truth- National Women's History Museum Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/sojourner-> Acesso em 01 de jun. 2020. <https://sojournertruthmemorial.org/sojourner-truth> acesso em 01 de jun. 2020.

vivenciadas de forma interligadas pelas mulheres negras e, assim, a filósofa resgata fatos históricos que refletem no presente. Ao relatar sobre o sistema escravista, a autora explica que homens e mulheres negros eram definidos como propriedades, sendo assim, para os “proprietários” de escravos elas poderiam ser “desprovidas de gênero”. (2016, p. 19) Sobre o trabalho compulsório, era algo frequente na vida das mulheres negras e ainda na posição de escravas eram expostas a ameaças, açoites e mutilação como punição, porém a elas, também eram impostas outros tipos de crueldade. “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras.” (2016, p.20).

Quando engravidavam, não eram vistas como mães pelos “proprietários” e sim como reprodutoras, suas crianças poderiam ser vendidas e o fato de estarem grávida ou de estarem com criança de colo não isentava a mulher negra do trabalho. Davis (2016, p.21) utiliza o relato do autor abolicionista Moses Grandy¹¹, conforme citado por Frazier (1939 .p.18) que descreve a situação dessas mães na fase da amamentação, quando é natural as mamas ficarem cheias de leite, o que causava muito sofrimento, “Por isso elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados de suas mamas” Das leituras feitas ao longo dos estudos sobre mulheres, nunca li um relato que me chocasse tanto.

A Autora também ressalta que as mulheres negras eram incansáveis na luta pela resistência e desafiavam o sistema de escravidão, defendiam suas famílias, participavam de paralizações e de rebeliões. Essa luta se dava de muitas formas, “Em muitos casos, as ações de resistência, de forma clandestina se baseavam em aprender a ler, escrever e passar conhecimento.” (DAVIS, 2016, p.33). Além disso, é necessário lembrar que essas mulheres seguiram com bravura na luta pela abolição e por direitos civis.

Quando se trata do Brasil, Ribeiro (2019, p.73) relembra que o país foi um dos últimos ao abolir a escravidão, que durou mais de 354 anos. Ao contrário dos imigrantes europeus, que chegavam e recebiam pelo trabalho exercido e, até mesmo, foram contemplados com terras dadas pelo Estado brasileiro, a autora coloca que os negros não tiveram essas mesmas oportunidades. Ou seja, “Para a população negra não se criou mecanismo de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa

¹¹ Moses Grandy, *Narrative of the Life of Moses Grandy: Late a Slave in the United States of America* (Boston, [O. Johnson,] 1844), p. 18, citado em E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States* (1939) (Chicago, University of Chicago Press, 1969). DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

herança escravocrata”. Sendo assim, afirma que a sociedade exclui, fazendo com que o racismo institucional permita as situações desiguais.

Em relação às mulheres negras, Carneiro (2003, p. 117) pontua que o racismo encontra guarida histórica, rebaixa o status do gênero. A autora explana que, na maioria dos indicadores sociais, os homens negros encontram-se abaixo das mulheres brancas o que mostra a dupla opressão sofrida pela mulher negra, pelo gênero e pela raça. É, portanto, impossível negar a influência do racismo nos índices de violências letais relacionadas às mulheres negras no país. Dados do Atlas da Violência (2021)¹² revelam que em onze anos, entre 2009 e 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras.

Quando abordamos violência doméstica, os estudos também mostram as mulheres negras como principais vítimas. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), 1350 mulheres, em 2020, foram vítimas de feminicídio. 61,8% delas eram negras e, em 81,5% dos casos, o autor foi o companheiro ou o ex-companheiro. Para Prado e Sanematsu (2017, p. 59), em países como o Brasil, o feminicídio parece “um fenômeno perversamente social e democrático” que atinge todas as mulheres, mas ressaltam que as vulnerabilidades em que as mulheres se encontram não são as mesmas, “Estes perigos são intensificados a partir de discriminações baseadas nos papéis de gênero, mas não só: também na sua classe social, idade, raça, cor e etnia ou deficiências.” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.60).

Esse elevado número de feminicídios no país tem o racismo com um fator determinante. Por essa razão, as autoras afirmam que a influência dos rastros da colonização e a forma como se deu o desenvolvimento econômico com base na escravidão geram condições de vida muitos desiguais, e, ao avaliarem os indicadores sociais na perspectiva das mulheres negras, elas apontam “um contexto de desigualdades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas”. Vendo desta perspectiva, fica ainda mais nítido que a denominação de mulher em geral, a qual não leva em conta o ponto do qual cada mulher parte, não abrange a realidade estudada.

2.3 Breve histórico do combate à violência contra mulher

Ciúmes, descontrole emocional, crime pela honra, são alguns dos argumentos que, ao longo dos séculos, têm sido usados para justificar o assassinato de uma mulher, a fim de

¹²Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 25 de outubro. 2021.

defender uma ideia de que, de alguma forma, elas “mereciam” morrer. A partir dos anos 1920 e 1930, a justificativa do matar por amor, o crime passional, virou uma tendência muito usada pelos advogados de renome como explica Blay (2008), ao compartilhar dos posicionamentos de Correia (1982), Ardaillon e Debert (1987) que “argumentavam na defesa de seus clientes, que as mulheres ‘mereciam’ morrer, porque eram adúlteras, descumpridoras de seus deveres domésticos e queriam se separar de seus maridos.” (BLAY,2008, p.38). A violência contra mulher era praticamente um tabu perante a sociedade, e a autora lembra que atos de incesto, agressões, estupros eram encobertos ou deslegitimados, e, com a participação da mídia, esse preconceito era reforçado, excluindo a mulher da posição de vítima nesses casos. Dentro desse cenário,

Culpava-se a mulher pelo estupro, qualquer que fosse sua idade. Incesto simplesmente era negado. O homicídio de mulheres era “explicado” tendo como base supostas ‘naturezas’ diferentes, conforme o sexo biológico do indivíduo, que diferenciava os direitos do homem e da mulher. (BLAY, 2008, p. 51).

Por séculos, a violência contra mulher vem sendo denunciada. No século XX, eram feitas por jornalistas, por escritores, por intelectuais e por feministas, como lembra a referida autora. A partir de 1960, a imagem da mulher enquanto pessoa humana começou a ganhar mais visibilidade com a luta dos movimentos sociais e suas críticas ao sistema e, neste período, não só denunciavam os casos de agressão e os muitos assassinatos de mulheres, bem como também exigiam punições para os agressores e para os assassinos. Nesse contexto, “Foram feitas passeatas e manifestações em frente aos tribunais, foram inscritos panfletos e transmitidas entrevistas pelo rádio e televisão.” (BLAY, 2008 p. 215). Na década de 1970, o movimento feminista internacional estava fortalecido e em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México. Dora (2016) atenta para o fato de que essa conferência foi muito importante para o Brasil, já que o país estava nos tempos da ditadura militar e, mesmo assim, um grupo de mulheres brasileiras participou do evento, no qual o tema da igualdade de gênero foi abordado. Este período foi marcado pela luta política contra o regime militar e, de acordo com Paiva (2019), daí surgiu a referência para o feminismo militante. A autora também destaca que essa primeira conferência da Organização das Nações Unidas, a ONU, contribuiu para fortalecer os incipientes grupos políticos de defesa dos direitos das mulheres, pois

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de espaço para a formação e visibilização de grupos políticos de mulheres que passaram a atuar abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia e o Centro da Mulher Brasileira, com subdivisões em diversas cidades do país. Dentre muitos outros, o Centro da Mulher Brasileira

(CMB), considerado a primeira organização feminista a se constituir após 64. (PAIVA, 2019, p.52).

É importante ressaltar que a universalização da mulher como diz, Ribeiro (2019, p.47) é baseada na vivência da mulher branca e de classe média “Trabalhar fora sem autorização do marido nunca foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres”. Sendo assim, a autora reforça que o feminismo branco não atendia as reivindicações e as vivências das mulheres negras que lutavam pelo reconhecimento como sujeitos políticos. De acordo com Davis (2016), o capitalismo industrial institui a inferioridade da mulher que se tornou sinônimo de mãe e de dona de casa, mas esse vocabulário não se fazia presente entre as mulheres negras e escravizadas. Autora ressalta que “as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialista na vida doméstica” (DAVIS, 2016, p.233). Dessa forma, a autora mostra a necessidade de compreender o percurso da história sem hierarquizar opressões e refletir a maneira como os aspectos raça, classe e gênero se cruzam. Dessa maneira, trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo, como aponta Carneiro (2003), mostra as vivências das mulheres expostas a uma situação de exclusão e de marginalização social. Por isso esta pensadora defende a importância da atuação do feminismo negro, já que

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2003.p 119).

As mulheres negras já defendem essa articulação há mais de 150 anos, como debate Akotirene (2019) ao explicar que o conceito de interseccionalidade atua nas desigualdades impostas pela matriz de opressão. Conceito esse, que foi cunhado em 1989, por Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Compartilhando dos conceitos da autora, Akotirene (2019) defende que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada e acredita que a falta dessa articulação reflete no alarmante cenário da violência contra mulheres negras.

A partir da década de 1980, ocorrem importantes mudanças relacionadas a leis e aos direitos das mulheres, fruto das reivindicações dos movimentos feministas que, naquela época, como aponta a autora, ainda se baseavam no conceito de mulher universal, tendo como ponto de partida a vivência da mulher branca.

Entre as mudanças está a implantação da primeira delegacia especializada no atendimento da mulher, criada em 1985 na cidade de São Paulo e que rapidamente se expandiu para todo país.

Em 1987, é extinta da constituição federal a tutela masculina na sociedade conjugal. Alguns anos depois, em 1993, o combate à violência contra a mulher foi incluído nas ações propostas pelo setor de Direitos Humanos da ONU. A autora lembra que, nesse mesmo ano, foi aprovada a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, e, a partir dessa definição, o problema passou a ser tratado especificamente. De acordo com Dora (2016), essa foi a primeira vez em que uma lei internacional tocou nesse assunto, porque, até então, não havia nenhuma referência normativa que pudesse apoiar qualquer demanda sobre a questão de violência contra a mulher. O Brasil ainda não tinha publicado nenhuma lei sobre a questão.

Os anos 2000, para Paiva (2019), são marcados pelo retorno das organizações dos comitês e das manifestações feministas. Segundo esta pensadora, a maior delas, com grande importância social no Brasil, é a Marcha das Margaridas. O nome é em homenagem à líder sindical Margarida Alves que, ao longo de doze anos, presidiu o sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da cidade de Alagoa Grande, no estado da Paraíba. No dia 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada por usineiros. Outro marco importante resultante da luta desses movimentos sociais foi a criação, em 2006, da Lei Maria da Penha, que é voltada para a proteção e para a prevenção da violência contra a mulher.

2.4 Sobre a Lei Maria da Penha

Maria da Penha era farmacêutica e, em 1983, quando ainda não tinha lei que tratasse especificamente sobre esse tipo de violência no Brasil, o então marido, Marco Antônio Heredia, tentou matá-la pela primeira vez a tiros, o que deixou Maria da Penha paraplégica. Um ano e meio depois, ela já na cadeira de rodas, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e

tentou eletrocutá-la durante o banho. Dora (2016) ressalta que, quando Marco tentou matá-la pela primeira vez, o inquérito seguiu como lesão corporal grave, sem intenção de matar, com autor desconhecido: “Nunca saiu da delegacia de polícia, nunca foi para o Ministério Público, nem moveu nada, ficou lá” (DORA, 2016, p.274). Na segunda vez, existiram testemunhas, mesmo assim, o inquérito nunca virou tentativa de homicídio, o crime também foi considerado lesão corporal grave.

No caso de Maria da Penha, havia uma mulher como vítima, ela não podia mais andar devido às agressões, também existiam documentos que comprovavam as denúncias, contudo foi somente em 1998 que o caso ganhou repercussão internacional. Com o apoio de organizações de Direitos Humanos, o caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, em 2001, o Brasil foi responsabilizado por omissão e negligência. A partir deste caso, foi produzida uma proposta legislativa e, em agosto de 2006, foi homologada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, responsável por prevenir, por punir e por erradicar a violência contra a mulher. Entre as determinações dos artigos previstos na lei, estão:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbam a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal ;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. (BRASIL, 2006).

Mesmo quando se trata de mecanismos como esses, voltados para dar mais segurança à mulher, Akotirene (2019) aponta as dificuldades no acesso ao atendimento quando as mulheres

negras periféricas precisam registrar ocorrência sobre violência, o que, geralmente, segundo a autora, acontece nos fins de semana, nos feriados e à noite. Entre as situações relatadas pela autora, estão: a distância dos centros de referência que, geralmente, estão instalados longe das áreas vulnerabilizadas. A intelectual também ressalta que o sistema de notificação é exaustivo e conduzido por profissionais que não conhecem a política de atenção à saúde da população negra, dessa forma, encaram problemas de saúde como sendo de segurança pública, assim,

Além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias televisivas. O machismo, além disto, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas (AKOTIRENE, 2019, p. 69).

Por essas vias, a autora alerta que os mecanismos de proteção à mulher em situação de violência não estão preparados para atender as demandas das mulheres negras, pobres e periféricas. Essas mulheres, desamparadas das políticas protetivas do Estado, vivenciam todo tipo de violência sozinhas e entregues à própria sorte. Sendo considerada esta realidade, não é de causar estranheza que seja, justamente entre esse grupo, que o crime de feminicídio mais cresce.

2.5 Feminicídio: conceito e lei

Era dia 30 de dezembro de 1976, quando a socialite mineira Ângela Diniz foi morta a tiros por Doca Street. Eram pessoas ricas e conhecidas no meio social, mas viviam um relacionamento conturbado, ela contava aos amigos que queria se separar, pois não suportava mais o ciúme doentio do companheiro. Doca não aceitou o fim do relacionamento e, depois de ser expulso da casa de Ângela, sacou o revólver e atirou várias vezes, inclusive no rosto dela.

O homem disse que matou por amor, e o advogado do réu atribuiu ao crime a defesa da honra, sendo o acusado condenado a dois anos de detenção. Como lembra Saffioti (2015 p. 55), o caso teve grande repercussão na mídia, e o resultado desse primeiro julgamento gerou inúmeros protestos até ser anulado. No segundo julgamento, Doca “foi condenado a 15 anos de reclusão, mas logo conseguiu o benefício de trabalhar durante o dia (justo um playboy que jamais havia trabalhado), voltando para a prisão para dormir. Fingia trabalhar em uma concessionária de automóveis. Não tardou a conquista da liberdade total”.

O advogado do réu, Evandro Lins, lançou um livro sobre o caso, em que, de acordo com Blay (2008, p.39), "o eminente jurista ensina aos jovens advogados como defender um assassino, mesmo que confesso, e toma como modelo a defesa que ele próprio fizera de Doca Street, assassino de Ângela Diniz". A autora ainda ressalta que o livro era um manual sobre a didática de defesa aplicada aos assassinos que associavam o amor como motivação do assassinato. Mas, na verdade, ela foi vítima de feminicídio e esse é um dos casos que demonstram que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas, se a violência contra as mulheres não fosse banalizada e tolerada por boa parte da sociedade e pela justiça.

No mesmo ano que este crime chocou o Brasil, na Bélgica a expressão "femicídio", em inglês "femicide", foi usada pela primeira vez pela escritora e ativista feminista Diana Russel, durante um depoimento no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres. Em 1992, em a parceria com a autora Jill Radford, escreveu um livro sobre o tema, abordando pontos como gênero, violência sexual, racismo. As autoras usaram a expressão "femicídio" para descrever e denunciar a morte de mulheres. As mortes mencionadas no livro teriam sido provocadas pelo fato de as vítimas serem mulheres (PASINATO, 2016).

A antropóloga e congressista mexicana Marcela Lagarde foi quem traduziu o termo *femicide* para o espanhol, como *feminicidio*. Assim, o conceito de feminicídio aponta a misoginia, a motivação ligada ao ódio identificada nos agentes dessa violência de gênero e a forma negligente como o Estado atua diante de crimes deste tipo. O termo ganhou espaço na América Latina depois da repercussão de denúncias de práticas de violência sexual, de tortura, do desaparecimento e dos assassinatos constantes de mulheres, desde o início dos anos 1990, na Ciudad Juarez, no México. Por muitos anos o Estado se omitiu e deixou os culpados impunes (LAGARDE, 2006). A partir dessas denúncias, aconteceram várias mobilizações pela defesa dos Direitos Humanos das mulheres, por justiça e pelas condições de trabalho no país. Marcela Lagarde também atuou para a tipificação do crime de feminicídio no México, onde a lei foi criada em 2012.

Romio (2017) considera o feminicídio em três categorias: reprodutivo, doméstico e sexual:

Femicídio reprodutivo, vinculado às políticas de controle do corpo e da sexualidade da mulher, cuja expressão mínima são as morte por aborto registradas nos sistema de saúde; · Femicídio doméstico, violência letal por agressão física contra a mulher no contexto domiciliar, conjugal ou familiar registrados no sistema de saúde; · Femicídio sexual, violência letal por agressão física contra a mulher por meio sexual. (ROMIO, 2017, p.71).

O Brasil foi o 16º país latino-americano com legislações punitivas ao feminicídio e, mesmo antes da lei entrar em vigor, o grande índice de mortes de mulheres no Brasil já revelava a existência de um problema crônico, como mostram dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com base nos estudos da pesquisadora GARCIA et al. (2013; 2016). O relatório de 2013¹³ aponta que, em dez anos, de 2001 a 2011, mais de 50 mil feminicídios ocorreram no país, contabilizando-se, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Através desses dados, é possível observar que

Os parceiros íntimos são os principais assassinos de mulheres. Aproximadamente 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo. Em contraste, essa proporção é próxima a 6% entre os homens assassinados. Ou seja, a proporção de mulheres assassinadas por parceiro é 6,6 vezes maior do que a proporção de homens assassinados por parceira. No Brasil, no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, o que equivale a, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Acredita-se que grande parte destes óbitos foram decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que aproximadamente um terço deles tiveram o domicílio como local de ocorrência. (IPEA, 2013).

A Lei de feminicídio foi criada a partir de uma recomendação da Comissão parlamentar mista de inquérito sobre violência contra a mulher (CPMI-VCM), que investigou a violência contra as mulheres nos estados do Brasil, entre março de 2012 e julho de 2013. A Secretaria de Segurança Pública e a Associação de Magistrados do Rio de Janeiro propuseram tipificar a morte de mulheres no código penal Brasileiro, e a proposta chega à CPMI em 2013. Para as autoras Machado e Elias (2018, p. 299), “a criminalização do feminicídio no Brasil desdobrou-se valendo-se da existência de um tipo base pretérito, não tendo surgido como figura autônoma em nosso Código Penal, o que indica sua potência nominativa”. Elas não acreditam que a criminalização soluciona o problema, mas veem a medida como uma carga política importante, capaz de gerar reflexos nas estruturas sociais.

A proposta percorreu quatro fases até ser aprovada e, quando elaborada, definia feminicídio como a forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher. Na última fase, enquanto tramitava na Câmara dos Deputados e no Senado, o texto foi alterado, a expressão “razão de gênero” foi substituída por “razões da condição de sexo feminino”. Isso aconteceu devido à pressão da bancada religiosa, reproduzindo e reforçando, assim, os papéis

¹³Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf Acesso em: 20 de abr. 2020.

tradicionalmente atribuídos aos gêneros. Barros e Souza (2019), explicam que a lei Maria da Penha passou a poder ser aplicada a mulheres transexuais, independentemente de cirurgia ou de alteração em nome ou em sexo no documento civil. Já na lei de feminicídio, esses aspectos não atendem à qualificadora. Segundo os autores, caso a vítima seja hermafrodita, pode haver feminicídio, dependendo da análise biológica. Além disso, o crime de feminicídio pode ser praticado tanto por homens como por mulheres, desde que o delito seja praticado por razões de condições de o sexo ser feminino.

No dia 9 de março de 2015, é aprovada a Lei n 13.104/015, que tipifica feminicídio como homicídio qualificado, incluído no rol dos crimes hediondos (Lei n 8.072/1990). De acordo com a lei Brasileira, considera-se que há razões de crime de condição de sexo feminino, quando envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição da mulher. Tendo em vista que a qualificadora é uma condição agravante para a conduta delituosa, os homicídios qualificados têm pena de 12 a 30 anos de reclusão. Já hediondos, são considerados de extrema gravidade, e a pena pode ser agravada:

Femicídio – contra a mulher por razões de gênero: §2º-A. Considera-se que há razões de gênero quando o crime envolve: i – violência doméstica e familiar; – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Houve, outrossim, a propositura, que foi incorporada ao texto legal final, de uma outra causa de aumento de pena (de 1/3 até a metade) que pode incidir sobre a pena qualificada, por meio de um novo parágrafo 7º, para os casos em que o crime seja cometido durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60, ou com deficiência; na presença de descendente ou ascendente da vítima. (MACHADO; ELIAS, 2018, p. 288).

No âmbito criminal, existe diferença entre os conceitos de femicídio e de feminicídio. De acordo com Barros e Souza (2019), o primeiro seria qualquer homicídio cuja vítima seja mulher, e feminicídio é o homicídio cometido contra a mulher por razões de gênero. Entretanto, nem todo homicídio de mulher é um feminicídio, e, para explicar o assunto, Prado e Saneamatsu (2017) compartilham das definições de Pasinato (2016), ao ressaltarem que há existência de elementos, nesse tipo de crime, que demonstram se ele foi praticado pela discriminação de gênero:

(...) observar fatores como: em uma violência física, observar não só a quantidade de golpes e o tipo de armamento, mas a localização dos golpes no corpo da vítima. Observar se existiam marcas de violência anteriores ou se no ambiente onde a violência aconteceu há sinais de violência simbólica, como a destruição de objetos, fotos ou documentos da vítima. Trata-se de um conjunto de elementos que compõe o preconceito, o menosprezo e a discriminação com relação a gênero (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 19).

Mesmo a palavra gênero sendo excluída do código penal, as autoras reforçam que é possível identificar razões de gêneros nos seguintes tipos de assassinato de mulheres: “Íntimo, não íntimo, infantil, familiar, por conexão, sexual sistêmico, por prostituição ou ocupações estigmatizadas, por tráfico de pessoas, por contrabando de pessoas, transfóbico” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 23).

O conceito de feminicídio e a lei ainda não têm sido de fácil entendimento para muitas pessoas como as que trabalham nos veículos midiáticos e, até mesmo, para quem atua nas áreas do judiciário. Com o intuito de analisar a percepção dos agentes de justiça e as compreensões que tinham sobre o assassinato de mulheres em razão de serem mulheres e a lei de feminicídio, Zamboni e Oliveira (2019) realizaram uma pesquisa, entre 2016 e 2017, em dois Tribunais do Júri na cidade de João Pessoa, Paraíba.

Participaram das entrevistas dez profissionais do direito e dezessete juízes leigos que ocupam esse cenário. Dos jurados, seis disseram ou demonstraram nunca terem ouvido falar na Lei ou na palavra feminicídio. Outros dez conheciam a palavra, mas não sabiam o conceito. Segundo as autoras, muitos associaram o crime a: ciúme, descontroles emocionais, suspeita de infidelidade da mulher e dificuldade do homem de aceitar o término do relacionamento, aspectos que foram chamados por um dos entrevistados como sendo um padrão da mídia. Contudo, Zamboni e Oliveira (2019) reforçam a necessidade de reconhecer e distinguir o tema dentro do sistema de justiça, para fortalecer os mecanismos de compreensão social, levando em consideração que esses agentes influenciam na forma como os envolvidos no crime serão reconhecidos pela sociedade.

Desde que feminicídio tornou-se crime no código penal, a questão da compreensão sobre esse tipo de crime ainda caminha a passos lentos. Já quando se trata da mídia, é possível observar que, nos tempos hodiernos, muitos casos de feminicídio divulgados sequer fazem referência ao termo ou à existência do crime perante a lei. Entre as poucas mudanças sofridas na lei, foi aprovada, em 2018, a lei n 13.7271/18, que inseriu no artigo 11.7 o aumento de pena nos casos em que o crime de feminicídio está em um contexto de descumprimento das medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Dessa forma, se forem violadas as medidas, e, se resultar em feminicídio, o agente tem a pena aumentada de um terço até a metade.

Em 2019, o Senado aprovou a PEC 75/2019 (esse projeto tramita atualmente na Câmara dos Deputados), de autoria da senadora Rose de Freitas, a resolução classifica como imprescritíveis e inafiançáveis os crimes de feminicídio e de estupro. Assim, independentemente do tempo em que o crime foi cometido, o Estado ainda pode punir o assassino. No mês de março de 2021, em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal

¹⁴proibiu o uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio com o entendimento de que tal tese contribuía para naturalizar a violência contra a mulher.

2.6 Crimes de feminicídio não param de acontecer

Várias obras consultadas para este trabalho relatam a dificuldade de saber os números de assassinatos desse tipo, já que muitos crimes de feminicídio ainda não são caracterizados como tal nos processos. Além disso, “embora o feminicídio exista na legislação brasileira, esta categoria não consta nos atestados de óbito produzidos pelo sistema de saúde, uma vez que a tipificação legal é de responsabilidade das instituições do sistema de justiça criminal.” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, p.41, 2021).

Tão logo os números dos registros que constam são assustadores. Segundo o Mapa da violência (2015)¹⁵, o Brasil é o 5º país com maior taxa de homicídios de mulheres num ranking que envolve 83 nações. Dados do Monitor da Violência¹⁶ mostram que o país tem a média de um caso de feminicídio registrado a cada sete horas.

Estudos divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) apontam que, em 2019, 1.330 mulheres foram vítimas de feminicídio no país, em 2020, foram 1.335. O levantamento também mostra que 74,7% das vítimas tinham entre 18 e 44 anos, e 61,8% eram negras. Ao se tratar do autor, 81,5% das vítimas foram mortas pelo parceiro ou pelo ex-parceiro íntimo.

Dados do Atlas da Violência (2021) indicam que, nos últimos onze anos, os assassinatos de mulheres nas residências cresceram 10,6% e fora, tiveram redução de 20,6% . Assim, os estudos indicam um provável crescimento da violência doméstica.

Na Paraíba, em 2019, foram registrados 38 feminicídios que representam uma proporção de 54,3 % em relação aos homicídios de mulheres. De acordo com o Monitor da violência¹⁷, todos os meses deste ano tiveram registros de mulheres vítimas de feminicídio no estado da

¹⁴ Disponível em : < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1> acesso em : 05 agos.2019.

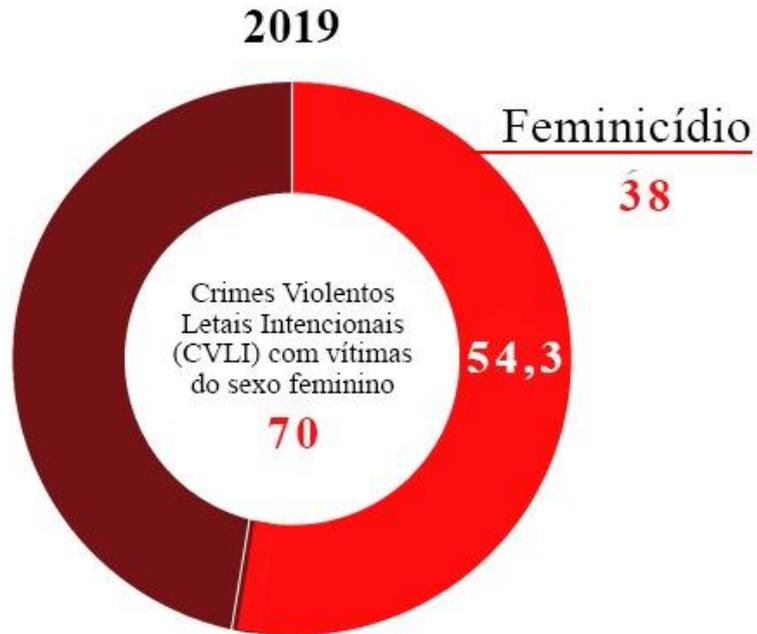
¹⁵Disponível em : < https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf > Acesso em: 05 agos.2019. Durante a pesquisa não foi encontrado estudos sobre dados atuais relacionados a países com mais assassinatos de mulheres.

¹⁶ Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtm> > Acesso em: 20 de ago. 2019.

¹⁷ [1] Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/05/monitor-da-violencia-em-cinco-anos-2019-tem-maior-numero-de-feminicidios-na-paraiba.ghtml>>. Acesso em: 25 de out. 2020.

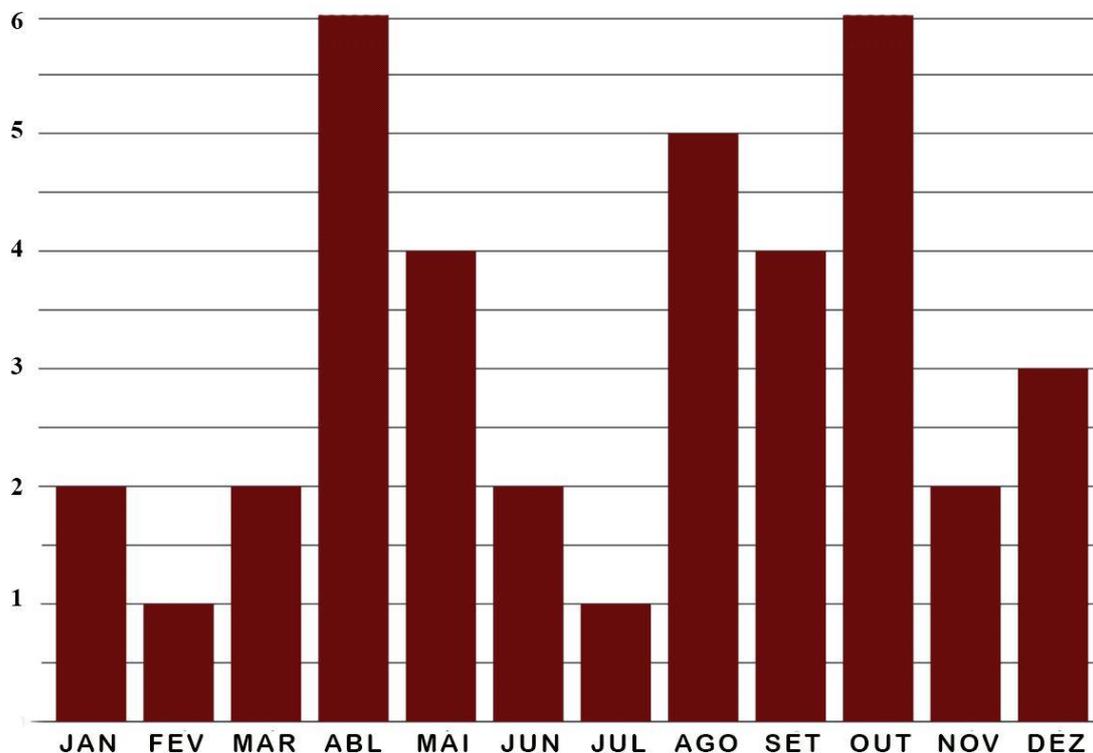
Paraíba. Por essa razão, as matérias escolhidas para análise estão entre os casos ocorridos que tiveram mais espaço na mídia televisiva.

Gráfico 1- Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres em 2019



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Gráfico 2 - Femicídios registrados na Paraíba durante os meses de 2019



Fonte: Monitor da violência (2019)

Em 2020, período de pandemia mundial, em que muitas atividades foram suspensas e foi recomendado o isolamento social, as pessoas passaram mais tempo em casa, o que, para as mulheres vítimas de violência doméstica, significou mais tempo com o agressor. Por sua vez, o número de denúncias de violência contra mulher recebida no SOS Mulher ¹⁸PB aumentou 105,6% no primeiro mês das medidas de isolamento aplicadas no estado, com relação ao mês anterior. Neste ano, foram 36 feticídios.

Em 2021, de janeiro até o mês de outubro, 30 foram registrados ¹⁹ e ainda na Paraíba, desde que a lei foi criada, dos 158 feticídios registrados ao longo dos anos, 38% dos suspeitos ainda não foram detidos²⁰.

¹⁸ O SOS Mulher é um aparelho celular entregue às mulheres que estão com medidas protetivas e correm risco de morrer. Elas são cadastradas com informações do processo e por meio do aparelho podem solicitar a polícia, caso não se sintam seguras.

¹⁹ Disponível em : <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/15/em-10-meses-paraiba-registra-30-feticídios-em-2021.ghtml>> Acesso em : 13 de jun. 2021

²⁰ Disponível em : <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/03/08/mais-de-35percent-dos-suspeitos-de-feticídios-nao-foram-presos-na-paraiba-desde-a-sancao-da-lei.ghtml>>. Acesso em 9 de mar. de 2021.

Com o intuito de uniformizar as atividades e os atendimentos de violência contra a mulher, no mês de março de 2021, o Governo do Estado lançou um plano de ação²¹ com perspectiva de gênero, para ser aplicado como protocolo. Entre as ações presentes no plano estão estratégias de investigação dos casos, processo e julgamento. Dessa forma, é imprescindível conhecer a real dimensão desse tipo de crime e buscar compreender qual a origem desse fenômeno. Precisa-se "desnaturalizar práticas enraizadas nas relações pessoais e nas instituições, que contribuem para perpetuação de mortes anunciadas. É uma tarefa urgente" (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.55). Outrossim, é preciso contextualizar o cenário atual e lembrar que, como estudiosos e jornalistas, também podemos atuar para não fixar ainda mais esses padrões e, assim, contribuir para nos desapegarmos dos resquícios machistas e preconceituosos reforçados nos ambientes sociais e na forma como são reproduzidos e informados pela mídia.

²¹ Disponível em : <: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-publica-plano-de-acao-para-aplicar-protocolo-de-feminicidio-na-paraiba>> Acesso em : 10, mar. 2020

3 JORNALISMO E A NECESSIDADE DE NOTÍCIA

Entre as histórias do surgimento do jornalismo, os autores Pontes e Silva (2009) apresentam duas versões que envolvem aspectos do que chamam de “necessidade social de notícia”. Funciona por meio de um processo de retroalimentação entre o conceito de jornalismo como uma atividade social que tem o intuito de informar e também de despertar o interesse das pessoas em se informar.

A primeira versão tem origem no Império Romano, com atuação no campo político, sendo mais uma das formas de legitimar o poder dos governantes, como um tipo de “imprensa política oficial”. Logo, os autores apontam que o “tornar público” também demonstrou uma mudança na sociedade, com mais interesse da população em querer saber sobre tais ações e também contestá-las.

A segunda versão se desenvolveu no contexto das transformações sociais e políticas advindas da expansão econômica da burguesia e da queda do Feudalismo. Essa conjuntura, entre os séculos XV e XVI, juntamente aos ideais iluministas e renascentistas, possibilitou o estabelecimento de liberdades econômicas e comerciais.

Burgueses e mercantes se comunicavam por meio de cartas que continham recados sobre as mercadorias. Dessa maneira, os autores destacam que os negócios burgueses começaram a exigir informações qualificadas para o sucesso econômico de seus empreendimentos e, com o advento do jornalismo, passaram a ter mais informações sobre: as histórias dos locais, sua liderança, a riqueza e as potencialidades produtivas dos vilarejos percorridos. Ou seja, os contextos locais e suas oportunidades de negócios. Quanto mais o comércio se expandia pelas regiões, mais as informações ganhavam atenção, não só dos envolvidos nos negócios, como também da população em busca de informações econômicas, políticas, sociais e também curiosidades.

Para Genro Filho (2012) a atualidade sempre foi objeto de curiosidade para os homens e ampliada a um espaço cada vez mais integrado no mundo de necessidades imediatas, ela envolve uma esfera cada vez maior que constitui um sistema complexo e articulado. “Isso traz duas consequências básicas: a procura de mais informações e, pelo fato de que tais informações não podem ser obtidas diretamente pelos indivíduos, surge a possibilidade de uma indústria da informação” (GENRO FILHO, 2012, p.31-32).

Com o passar dos anos, o jornalismo vem se transformando em meio aos períodos históricos de cada época, Lage (2009) aponta que os séculos XVII e XVIII foram o auge do jornalismo publicista, com foco em fatos de interesse comercial, político e econômico. O

editorial, ou seja, o comentário geralmente escrito pelo editor dos jornais, chamava a atenção do público, que esperava interpretações feitas por meio de narrativas de acontecimentos reais ou fictícios, a “linguagem dominante ficava entre a fala parlamentar, a análise erudita e o sermão religioso” (LAGE, 2009 p. 11). No século XIX, o jornalismo apresenta características de ser educador e com vertente sensacionalista, para atingir e envolver o público, pois “ensina as pessoas o que ver, ler, como se vestir, como se portar... A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser” (LAGE, 2009, p.15).

A partir do século XX, a informação deixou de ser apenas um fator cultural e de recreação, para tornar-se essencial à vida das pessoas. A essa transição, o autor nomeia “jornalismo-testemunho”, ao qual se tem acesso a partir de outras fontes:

Como, na prática, profissões e atividades se interligam cada vez mais, é através do jornalismo que a informação circula, transporta para uma língua comum e simplificada, menos precisa, mas com potencial bastante para permitir julgamentos e indicar caminhos de investigação a quem estiver interessado. A informação torna-se, portanto, matéria prima fundamental e o jornalista um tradutor de discursos (LAGE, 2009, p. 21).

Essas duas versões apresentadas sobre a origem do jornalismo, mostram a função de comunicar e de informar presentes na essência dessa prática social. Desse modo, Pontes e Silva (2009, p.51) defendem que “O jornalismo possui uma herança, portanto, das formas elementares de comunicação e de registros humanos que possuem uma participação na vida das pessoas e no modo de entendimento social que elas tecem.”

Os autores também ressaltam que o jornalismo deve ser visto não apenas para o público, mas como uma instituição do público e o jornalista é “o ator eleito socialmente para fazer a função de mediação de um fato, interpretando-o à luz da realidade social que cerca seu público, determinando-o como acontecimento e tratando-o sob a forma da notícia.” (2009, p.53). Assim, não é possível negar que a existência do jornalismo esteja conectada à realidade social.

3. 1 Jornalismo como ferramenta da construção da realidade

Para Berger e Luckmann (2004, p.36), o mundo consiste em múltiplas realidades, e a de mais excelência é a da vida cotidiana, isto é, “um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles”. Por este fundamento, é admitida como sendo realidade predominante.

A realidade da vida cotidiana também se movimenta por meio das atitudes do senso comum que estão presentes na interação dos indivíduos. Durante as rotinas, a linguagem é

apontada pelos autores como um componente essencial. Por meio dela, é possível construir significados e representações simbólicas. Por também ser socialmente construída, eles apontam a existência de grupos, de instituições e de indivíduos legitimados socialmente para atuar como definidores dessa realidade que emerge pelas vias da linguagem. Assim,

A linguagem constrói então imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes deste gênero. A simples menção destes temas já representa dizer que, apesar do máximo desprendimento da experiência cotidiana que a construção desses sistemas requer, podem ter na verdade grande importância para a realidade da vida cotidiana. A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de "fazer retornar" estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade (BERGER; LUCKMANN, 2004 p.61)

Pontes e Silva (2009, p.54) ressaltam que “a linguagem, portanto, é o fecho simbólico dessa relação entre a constituição do jornalismo pela realidade social e a contribuição do jornalismo para a institucionalização e legitimação da realidade social”.

Para Genro Filho (2012), o jornalismo é uma modalidade de informação que expressa os interesses burgueses, bem como surge para suprir necessidades histórico-sociais. O autor aponta certas características que envolvem o jornalismo como: obter o máximo de informação em menor espaço, apresentada com discurso sucinto envolto em clareza e em precisão. “Mas o que oferece sentido a essas exigências e estabelece uma lógica entre elas é a natureza do conhecimento que o jornalismo produz” (GENRO FILHO, 2012, p.193-194).

Por trabalhar com fragmentos da realidade associados à rapidez de transmissão dos atos, o jornalismo já foi definido como “História escrita à queima roupa”, como lembra Meditsch (1997). Ao ressaltar alguns aspectos do jornalismo, o autor aponta que tem como uma de suas “principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo.” (MEDITSCH, 1997, p.8). Quando se trata de revelar o fato à sociedade, o pensador acredita que o jornalismo revela, de forma diferente de outros modos de ciência, levar em conta aspectos que fazem parte do dia a dia das pessoas e, com isso, pode revelar outros aspectos da realidade. Dessa forma, o autor defende que, por ser um produto social, o jornalismo reproduz aspectos da sociedade e isso também inclui as desigualdades e as contradições.

3.2 Do acontecimento à notícia

A informação é a matéria-prima jornalística, por isso, Charaudeau (2006) explica que o jornalista tem por função transmiti-la:

Essa informação se compõe de um conjunto de acontecimentos que aparentemente preexistem ao ato de transmissão, o que faz com o que o jornalista se encontre em uma posição que consiste em coletar os acontecimentos e os saberes e não em criá-los antes de tratá-los e transmiti-los (CHARAUDEAU, 2006, p.74).

Para abertura de sentido em relação a sua significação atribuída ao mundo social, Genro Filho (2012) diz que os acontecimentos precisam ser percebidos. Sendo assim, Charaudeau (2006) defende que o acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. Ao explicar o poder que o acontecimento tem no discurso, Possenti (1999, p.123) afirma que “eles ‘portam traços culturais distintos’ e ‘são regulados pela cultura’ (concretamente culturas determinam os modos pelos quais seus membros percebem e interpretam o que acontece em sua época)”. Antes mesmo de ser notícia, o acontecimento sofre uma série de transformações, desde o seu estado bruto, como explica Charaudeau (2006, p. 242.): “Quer seja na melhor das hipóteses percebido diretamente por jornalistas ou relatado por intermediários (testemunhas, agências de imprensa, documentos), já é objeto de uma interpretação.”.A informação tratada pelo jornalismo, organizada de maneira que possa produzir sentido é chamada de notícia, que Lage (2009) define como relato de uma série de fatos a partir do mais interessante. Seguindo esse raciocínio, o jornalista identifica, seleciona o acontecimento e tem a tarefa de relatá-lo. Dessa forma, ele explica como acontece o processamento mental de reportar a informação:

Inclui a percepção do que é dito ou do que acontece, a sua inserção em um contexto (o social e, além desse, toda informação guardada na memória) e a produção de uma nova mensagem, que será levada ao público a partir de uma estimativa sobre o tipo de informação de que esse público precisa ou qual quer receber (LAGE, 2009, p. 22; 23).

Para o autor, mais do que traduzir o discurso, esse processo também envolve confrontar visões e versões diferentes com o objetivo de proporcionar ao leitor orientação diante da realidade dos fatos e das representações dos acontecimentos. Ao defender que o jornalismo também é uma prática discursiva, Traquina (2005, p.46) coloca que uma das características principais do discurso jornalístico é a qualidade de ser compreensível e é necessário que essa comunicação seja feita “através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade [...] Além de ser compreensível, o discurso jornalístico é um discurso que deve provocar o desejo, o desejo de ser lido/ouvido/visto.”.

Por essa razão, os meios responsáveis pela difusão das informações, sejam eles rádio, TV, jornais impressos ou internet, contribuem ativamente para o debate social, como defende Charaudeau (2006), ao explicar que essas mídias de informação não apenas relatam as falas que circulam no espaço público, mas também proporcionam o surgimento e o confronto de falas diversas, provocando assim um acontecimento notável: “O acontecimento é proveniente, aqui, de um dizer, que não é um simples recurso para descrever o mundo (a fala do apresentador, do jornalista ou da testemunha), mas uma construção com fins de revelação de uma determinada verdade sobre o mundo” (2006, p. 188-189). Dessa forma, o autor reforça que as mídias assumem uma parte simbólica democrática, a que se constrói através do dizer social.

3.3 Critérios de noticiabilidade e Seleção noticiosa

O dia a dia é repleto de acontecimentos de todos os tipos, em todas as áreas e que podem surgir a qualquer instante. Entretanto, sabemos que os fatos não se esgotam aqui e que não há espaço nos veículos de comunicação para divulgação de todos eles.

Para escolher qual fato vai ganhar espaço no telejornal, é aplicado o “critério de noticiabilidade” que, de acordo com Wolf (2001 p.170), é um “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação, enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.”. O autor ressalta que a definição da escolha do que é noticiável sempre é orientada pela “factibilidade do produto informativo a realizar em tempos e com recursos limitados.” (2001 p.171).

Esses métodos costumam ser invisíveis aos olhos do telespectador que, na maioria das vezes, desconhece como funciona o processo de escolha e de produção da notícia até ela ir ao ar. Decisões essas, que também sofrem influências sociais, econômicas, políticas e tecnológicas.

Além disso, segundo Silva (2014, p. 52) essas decisões envolvem “julgamentos pessoais do jornalista, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos”. Portanto, ao tratar jornalisticamente os fatos na produção da notícia, esses processos recorrem aos valores-notícia.

3.4.1 Valores-notícia

Os valores notícia, segundo Wolf (2001, p.175), funcionam como um componente da noticiabilidade e buscam responder à pergunta sobre “quais acontecimentos que são

considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?”

Na seleção dos acontecimentos, os critérios de relevância atuam em conjunto com combinações que se estabelecem entre diferentes valores-notícia e a seleção desse material de acordo com Wolf (2001), é feita com agilidade e de forma quase automática. Esses critérios estão presentes ao longo de todo processo da notícia, não só da seleção.

Na perspectiva do autor, os valores notícia derivam destas seguintes formas: **a. às características substantivas das notícias e ao seu conteúdo.** Neste caso, fatores como a importância e o interesse da notícia são essenciais na articulação dos critérios substantivos. Wolf (2001, p.179-192) defende que a importância é determinada por algumas variáveis e a principal é “o grau e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável”, como pessoas da elite e de grau de poder institucional.

b. critérios relativos ao produto informativo, que entre os principais fatores analisados na disponibilidade do material está “ a necessidade de não ultrapassar um determinado comprimento das notícias – especialmente televisivas”.

c. critérios relativos ao meio de comunicação , quando se trata da informação televisiva, faz parte da avaliação da noticiabilidade de um acontecimento , ter boas imagens e material visual .

d. critérios relativos ao público e também a concorrência, se baseiam na visão que o jornalista tem em relação ao telespectador, nas notícias que permitem identificação com o público e em relação a concorrência o autor aponta que “A competição tem também como consequência contribuir para o estabelecimento dos parâmetros profissionais , dos modelos de referência”

Para tratarmos o assunto, vamos seguir a elaboração desses valores notícia também baseadas nas perspectivas de Traquina (2005) que leva como referência os estudos de Wolf e propõe fazer a distinção entre os valores-notícia de seleção, classificados em valores: substantivos, contextuais e de seleção.

Ao abordar sobre alguns valores-notícias, ressaltamos a *morte* que, para Traquina (2005), é um valor fundamental, pois “Onde há mortes há jornalistas” e, ao longo dos anos trabalhando nas ruas, aprendi que a história que envolve morte, choca e realmente desperta a atenção do público. Como repórter, ao chegar ao local para fazer a cobertura de casos que envolviam mortes, muitas vezes, deparei-me com a área lotada e, de longe, já dava para

identificar a casa onde aconteceu o fato pela quantidade de gente que se encontrava na porta do imóvel.

Foi tentando abrir espaço entre as pessoas que se aglomeravam em uma cena de crime em via pública, que eu olhei com mais atenção para aquelas que faziam questão de estar ali. Como já era parte do meu trabalho apurar, procurar saber se havia pessoas conhecidas ou parentes que pudessem dar algum tipo de informação sobre o caso, comecei a querer saber também o grau de proximidade deles com as vítimas e repeti essa observação em tantas outras coberturas que envolviam morte.

O que eu mais ouvia eram situações em que a pessoa dizia conhecer a vítima desde pequena, mas não tinha contato, ou que nem morava nessa rua, mas ouviu falar que aconteceu alguma coisa e resolveu ver o que era. Tinha gente que passava, perguntava rápido o que aconteceu e ia embora. Alguns também não conheciam a vítima, mas tiravam foto, filmavam com o celular e depois seguiam seus caminhos. Muitos dos que presenciei reunidos eram curiosos: moravam por perto, foram ver o fato que chamou atenção da vizinhança e não iam sozinhos, levavam crianças, recém-nascidos.

Seja na chuva, em lugares de difícil acesso, tarde da noite, tanto nos bairros nobres como nas favelas e até em meio à pandemia na qual é orientado pelos órgãos de saúde o distanciamento social para evitar que o vírus se espalhe, na maioria das vezes, há pessoas interessadas em acompanhar, quererem saber o que aconteceu, demonstrando, na prática, que os crimes violentos são também um valor-notícia.

Quando há apenas a equipe de reportagem no local, é difícil conter a aglomeração muitas vezes concentrada o mais perto possível da vítima. Com a polícia já na área, em certas situações, nem a fita de isolamento inibe a vontade da pessoa de se aproximar. Ficam escoradas no limite e, assim, conseguem ver o passo a passo do trabalho da perícia. E eu, quando não estou andando de um canto para outro em busca de informação, também me pego assim, grudada na fita de isolamento para ver se consigo captar e observar algo que possa ser importante para construção da matéria.

Dependendo da avaliação de notoriedade dos acontecimentos, a cobertura pode ter mais destaque ou não. Esse valor, segundo Traquina (2005), diz respeito a pessoas de classes elitizadas, de posição importante perante a sociedade e, quando os envolvidos são conhecidos no meio social, esse valor se sobressai disparado, o assunto rende.

A *notabilidade* é um valor que aponta a qualidade de ser visível, de fatos concretos. Sendo assim, por causa do curto tempo para a cobertura, o autor alerta que o ritmo de trabalho

no campo jornalístico dá mais ênfase para cobertura da área dos acontecimentos do que para as problemáticas.

O *conflito*, a *controvérsia* quando tem a presença da *violência*, seja simbólica ou física, tem mais noticiabilidade, pois “violência marca a distinção entre os que são fundamentalmente da sociedade e os que estão fora dela”. (TRAQUINA, 2005 p.84) .Este valor ligado a outro que é o da *infração*, de transgressão das regras, segundo o autor, faz compreender por que o crime é importante como notícia. Ele também ressalta que o crime acaba sendo visto até mesmo pelos profissionais como um fenômeno permanente e recorrente que se torna rotina e que pode refletir na cobertura jornalística. Em outras palavras,

Muita desta cobertura do crime, assinala, no entanto, a transgressão das fronteiras normativas. A cobertura mais pormenorizada de certas circunstâncias dramáticas de um crime resulta e sobressai do pano de fundo deste tratamento rotinizado do crime. O que confere especial atenção às "estórias" de crimes é a mesma estrutura de "valores-notícia" que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse crime. Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada. (TRAQUINA, 2005, p.85).

Por isso, Prado e Saneamatsu (2017, p.145) ressaltam o cuidado que se deve ter ao noticiar crimes que acontecem quando a mulher decide romper uma relação violenta, já que “Ao noticiar um feminicídio, raramente a imprensa estimula uma reflexão sobre as causas daquela violência”. Ao focar somente no desfecho fatal da sequência de violências, as autoras apontam que, em muitas situações, informações importantes são deixadas de lado no processo de produção das notícias sobre feminicídio, ou seja, “a imprensa deixa de mostrar que muitos desses casos graves começaram muito antes, com atitudes de desrespeito, de violência psicológica e violência moral, que foram se acumulando, por vezes ao longo de anos, até chegar a um feminicídio” (PRADO; SANEAMATSU 2017, p.152). Muitas vezes, a brutalidade nos casos extremos é o ponto que faz ganhar relevância como valor-notícia. Quando se é feita a seleção quase automática desses critérios, dificilmente, um feminicídio será avaliado por se tratar de um crime de gênero, de ódio, mas sim pelo nível de crueldade e de barbaridade que envolve a história.

Nos valores-notícia de seleção, também constam os critérios contextuais, que tratam do processo de produção das notícias, definidos como *disponibilidade* que é a facilidade de fazer a cobertura dos acontecimentos e os meios que a cobertura jornalística exige. Além disso, a emissora que tem mais recursos conta com uma equipe mais estruturada e repórteres mais eficientes têm a tendência de conseguir um espaço maior de cobertura do que os outros. Essa questão implica, por exemplo, nas coberturas de casos de feminicídio que podem ser

impossibilitadas ou vetadas pela chefia, não podendo ser feitas por motivos como: falta de equipe disponível, custo e capacidade de deslocamento para outras cidades.

A corrida contra o tempo é uma realidade que pode refletir no conteúdo do material apresentado. O repórter que tiver mais tempo para se dedicar à apuração e à construção da matéria tem mais possibilidades de aprofundar o assunto, de trazer novidades que ainda não foram divulgadas, de entrevistar mais fontes e também de fazer levantamento de dados. Claro que pode existir o diálogo entre o repórter, que está na rua, o produtor e o editor que estão na redação, para solicitar mais tempo de apuração, mas, nem sempre a solicitação é atendida, pois o caso pode ser relevante e ter todos os valores-notícia necessários. Durante a apuração e a produção, o repórter de TV já está ciente de um ponto crucial: o tempo é contado, ainda mais quando se tratam de casos factuais, que, para nós, dizem respeito a matérias quentes que precisam ir ao ar no mesmo dia para que possam fazer sentido.

Na maioria das vezes, nas coberturas diárias, em pouco mais de uma hora, o repórter tem que ir e voltar do local do fato, apurar, conseguir gravar entrevistas e o cinegrafista fazer os registros. O texto que chamamos de “off”, muitas vezes, começa a ser montado na cabeça ao mesmo tempo em que as informações chegam, o off é escrito enquanto estamos no carro, a caminho de volta para redação. Tudo para ganhar tempo, pois é preciso chegar com o material pronto para que possa ser editado e logo exibido.

Há também situações, como quando o repórter não consegue informações suficientes, o que envolve várias circunstâncias, entre elas: se for em uma localidade tida como perigosa, testemunhas e moradores preferem não comentar, “ninguém sabe, ninguém viu” aquela famosa frase usada em muitas matérias de cunho policial “aqui impera a lei do silêncio”. Em crimes de feminicídio, ainda escuto durante as coberturas falas que as pessoas usam para justificar não ter informações sobre o caso, como “não sei de nada quando é assim a gente não se intromete” ou “em briga de marido e mulher não se mete a colher”

Se os envolvidos são pessoas conhecidas perante a sociedade, policiais podem se negar a passar informações e, até mesmo, dificultar a cobertura. Pessoas com influência ou não, podem pedir para abafar o caso de alguma forma, seja no texto para não causar tanto impacto, no tempo de duração da matéria a ser exibida, nas imagens filmadas. Esse pedido, uma hora vai surgir.

Enquanto tudo isso acontece na rua, na redação, o telejornal está sendo produzido, contando com o trabalho de produtores, de editores, da equipe técnica, de edição e todos estão atentos ao relógio e aos novos fatos com valor-notícia que podem surgir. As equipes de reportagem chegam trazendo matérias de vários assuntos que vão ser distribuídas em cada bloco

do telejornal. O repórter que está escalado para o “ao vivo” já deve estar antes no local, pronto para testar os equipamentos, no entanto, dependendo do que pode vir a acontecer e, se tiver valor-notícia, o assunto e o local do “ao vivo” podem mudar a qualquer momento com o telejornal já no ar.

Tendo em vista esses aspectos, não é possível descartar que vários fatores influenciam para que um acontecimento tenha valor-notícia. Por essa razão, os autores Pontes e Silva (2009, p.53) ressaltam que “um acontecimento é notícia em sua relação com o tempo de produção da equipe, com a periodicidade do veículo, com hora de reunião de pauta e fechamento”.

O *equilíbrio* entra como um valor na avaliação da quantidade de matérias que foram ao ar sobre o mesmo assunto. Se já foram exibidas há pouco tempo, seu esgotamento é uma forma de manter as editorias dos telejornais equilibradas. Já a *visualidade*, o autor entende como um fator fundamental para os telejornais que é ter um bom material visual. Quanto mais complementos visuais para compor a matéria, melhor.

Sobre a *concorrência* com outros veículos de comunicação, Traquina (2005) entende que pode reforçar a busca de cada meio de comunicação pela exclusividade, pelo tal “furo” jornalístico e também não permitir levar o furo. Um caso que ninguém ainda noticiou, uma informação sobre o assunto que ninguém possui, sendo assim, o furo também aumenta o valor-notícia. Como último valor desse subgrupo, temos o *dia noticioso* que pode depender do valor-notícia de cada dia, pois um acontecimento pode vir a se destacar em um dia pobre de valor-notícia.

Seguindo a distinção do segundo subgrupo, que são os valores-notícia *de construção*, age como um guia de seleção que funciona para sugerir os elementos que devem ser realçados, omitidos e priorizados durante a elaboração da notícia. São eles: a *simplificação*, que Traquina (2005) explica ser usada para ter uma melhor compreensão. Há também a *amplificação*, que aplicada ao acontecimento tem mais possibilidades da notícia ser notada, o mesmo pode se aplicar ao valor da *relevância*, para este, “A lógica é a seguinte: quanto mais ‘sentido’ a notícia dá ao acontecimento, mais hipóteses a notícia tem de ser notada. Compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar que tem significado para elas” (TRAQUINA, 2005, p 91).

Outro valor apontado pelo referido autor é a *personalização*, que é valorizar as pessoas envolvidas no fato tido como fundamental, por causa da natureza do discurso jornalístico. É importante pontuar que “inúmeros estudos sobre o discurso jornalístico apontam para a importância da personalização como estratégia para agarrar o leitor, porque as pessoas se interessam por outras pessoas”. A *dramatização*, ainda tendo em vista o conceito de Traquina

(2005), é um valor de construção que reforça aspectos críticos, emocionais e de conflito. Para Charaudeau (2006, p. 64), “o dramático não está na realidade, mas na descrição que fazemos dela.” E a *consonância* que consiste na possibilidade de inserir a novidade em um contexto já conhecido também é um valor de construção, pois quanto mais a notícia insere o acontecimento em uma narrativa já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada.

Acrescento nos critérios dos autores a observação da pesquisadora Veiga Da Silva (2010), sobre a *emoção* ser um valor-notícia determinante tanto nas escolhas das matérias como na hierarquia das pautas e notícias. Para esta pensadora, a emoção acaba sendo um norte, sendo valorizada por ser capaz de gerar sentido para atrair a audiência e também faz sentido a seus produtores. Pode estar presente em matérias adjetivadas como: forte, quente, leve e morna que são termos e seleções usadas para avaliar o que vai abrir o jornal.

Incluo o valor-notícia definido por Guerra (2014) como *expectativa da audiência*, no qual é ressaltada a importância de não ignorar que qualquer atividade jornalística fala para uma audiência, tendo em vista que o jornalista tem um vínculo com a função mediadora. Então de forma eficaz pode estabelecer uma interação comunicativa. Por essas vias,

O objeto das informações são os dados da realidade, os fatos, sobre os quais se aplicam os valores-notícia; a oferta de informações está motivada pela expectativa da audiência, que gera os valores-notícia. Se a oferta não for compatível com as expectativas dos receptores, o vínculo que une produtores e audiência não se sustenta (GUERRA, 2014, p. 42- 43).

Essa antecipação prevista da audiência, segundo o autor, permite organizar melhores formas de planejar e de realizar o trabalho. Portanto, as regras práticas que a organização sistematiza internamente para poder se orientar no trabalho jornalístico voltado para audiência é nomeado por Guerra como valores-notícia de *referência*, isto é,

[...]sempre em qualquer tipo de lugar a atividade jornalística deverá recorrer a parâmetros de relevância, mas a definição de quais serão os parâmetros efetivamente usados vai depender de uma série de condições, sejam elas, culturais, institucionais, organizacionais ou qualquer outra, que se combinam numa determinada forma, a dos valores-notícia de referência (GUERRA, 2014, p 47).

Sendo assim, cada organização jornalística segue uma linha editorial e as organizações com linhas diferentes também vão ter valores-notícia de referência diferentes. Contudo, o autor afirma que esse tipo de valor não esgota outras possibilidades de valores-notícia.

Para complementar as definições abordadas, vale ressaltar o *valor humano* apontado por Arbex (2002, p.137) como sempre existente na prática, envolvendo “os erros de análise e avaliação, ‘os ruídos’ de comunicação entre os padrões e os editores, entre os editores e os

jornalistas, as disputas ideológicas dentro das redações, os preconceitos, a ignorância, os microjogos de poder, as pequenas e grandes sabotagens.”.

No que se atribui à função do fenômeno da informação, Charaudeau (2006) define-a como uma máquina de informar, uma máquina humana e feita por inúmeros atores como: o jornalista que escreveu, o redator, o editor, a direção do canal que orienta, além de qual maneira e de qual linha seguir ao tratar a informação. Os programas seguem a linha editorial da emissora, do editor que é responsável pelo telejornal e não são todos que querem falar sobre feminicídio e sobre como a cultura machista contribui para este tipo de crime.

3.5 Televisão e Telejornalismo

A primeira estação televisiva do Brasil e da América Latina foi a TV Tupi, inaugurada por Assis Chateaubriand²² em 1950, na cidade de São Paulo, situada região sudeste do Brasil. Essa mídia eletrônica, segundo Thompson (2008), possibilitou, assim como o rádio, que a voz e a informação fossem transmitidas para várias localidades, bem como viabilizou gravações e disseminações de referências orais e visuais. Dentro desse contexto,

Com o advento da televisão, assim, os indivíduos puderam ver pessoas, ações e acontecimentos, bem como ouvir a palavra falada e outros sons de forma ao mesmo tempo simultânea e desespacializada. O nascimento da internet e de outras tecnologias digitais amplificou a importância das novas formas de visibilidade criadas pela mídia e, ao mesmo tempo, tornou-as mais complexas. Elas aumentaram o fluxo de conteúdo audiovisual nas redes de comunicação e permitiram que um número maior de indivíduos criasse e disseminasse esse tipo de conteúdo. (THOMPSON, p. 24, 2008)

Atualmente, a televisão permanece bastante presente nos lares brasileiros. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE²³ em 2019, dos 72,9 milhões de domicílios particulares permanentes do país, 96,3% tinham televisão. Ao tratar de área urbana, a porcentagem é de 97% e, em área rural, 91,6%.

Dessa forma, Becker (2016, p.28) afirma que a televisão e os telejornais ainda são poderosas fontes de informações com centralidade nos discursos midiáticos “e constitui-se cada vez mais em um ambiente estratégico de mediação de discursos de instituições e de outros campos de produção simbólica na contemporaneidade”. Neste sentido, além dos noticiários televisivos apresentarem informações e conhecimentos ao representar os fatos em notícia, a autora também se atenta para o papel relevante que tem na organização do cotidiano social.

²² Jornalista e empresário, dono dos "Diários Associados", que, entre as décadas de 30 e 60, foi a maior rede de comunicação do Brasil. Em 1954, foi eleito para a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras.

²³ Disponível em : < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf > Acesso em : 20 de mar 2021.

Conforme Thompson (2008, p.37), “ganhar visibilidade mediada também representa chamar atenção para tornar público e conhecido algum tipo de situação e, assim, se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam.” Para Charaudeau (2006), a televisão é imagem e fala, fala e imagem que se complementam sem saber de qual das duas depende a estruturação do sentido, uma com certa autonomia em relação a outra.

No entanto, autor ressalta que, na maior parte das vezes, a transmissão dos acontecimentos pela televisão não é direta, mas quando se trata de transmissão ao vivo o efeito de presença é mais forte como se a distância não existisse, pois, mesmo sem o contato face a face, esse tipo de transmissão pode causar o efeito de contato que pode produzir um outro efeito, o de autenticação do que aconteceu. Em outras palavras, “É o que a expressão ‘eu vi na televisão’ significa um efeito de fascinação que pode fazer com que o telespectador, obcecado pela imagem do drama que lhe é apresentado, elimine o resto do mundo e o reduza à imagem que vê na telinha.” (Charaudeau, 2006 p, 110-112). Por isso, o autor acredita que a televisão além do papel social, exerce outra função que é a o “psíquico de reconhecimento de si através de um mundo que se faz visível”. Dentro dessa linha, Becker (2016) chama atenção para o fator de que as imagens na televisão são trabalhadas para ressaltar a veracidade do fato, pois

As imagens objetivam locações, personagens e fatos através dos enquadramentos e dos movimentos de câmera. Embora sejam posicionadas para reafirmar sua transparência. Assim, tem-se a sensação de ser testemunha dos acontecimentos sem mediação da TV, e não de acompanhar um recorte da realidade nas transmissões ao vivo. A imagem conquista o status de verdade, porque mostra um real não questionável, nem inventado ou criado, como na ficção, mas constatável; e constitui-se em elemento de sedução (BECKER, p. 69, 2016).

Sendo assim, a autora afirma que, como as interpretações de uma certa realidade, as narrativas jornalísticas audiovisuais passam pelo processo de organização em que áudio e vídeo são usados para tornarem as reportagens mais impactantes. Como característica própria dos meios de comunicação, Paternostro (1999, p.75) ressalta que uma notícia de grande impacto afeta as pessoas no lado emocional e defende que “se a televisão se impõe pela informação visual, ela prende a atenção do telespectador pela informação sonora.”.

A autora ressalta que o repórter precisa procurar apresentar na matéria respostas para perguntas clássicas sobre os acontecimentos: Quem? O Quê? Quando? Onde? Como? Por quê? E com essas informações passadas na matéria de forma simples e direta sem ser redundante e com acréscimo da emoção. Para tanto, “Na prática do trabalho com imagem, a sensibilidade

também se desenvolve. Unir imagem, informação e emoção é uma boa saída para transmitir a notícia com a qualidade ideal” (PATERNOSTRO, 1999, p.87).

A matéria editada é chamada de VT e, geralmente, é construída no formato OFF, que é o texto do repórter, o texto gravado. Passagem é o momento em que o repórter aparece na matéria, normalmente, está no ambiente do fato ocorrido para reforçar a presença no local e traz alguma informação que deve ser ressaltada, ou que não tem imagens para cobrir. Por fim, Sonora que é a parte da fala dos entrevistados. Esses são os elementos de uma matéria de telejornal, que é exibida com um tempo mais curto. Já a reportagem, que também seguem esses aspectos na construção, procuram aprofundar mais o assunto e, assim, costumam ser maiores.

Sobre o ato de informar, Charaudeau (2006) defende que trata-se de produzir significados e esse processo envolve: descrever o que é, identificar o fato, contar o acontecimento e explicar as causas. Ao tratar das narrativas usadas para passar as informações ao público, Motta (2004) identifica que no dia a dia o jornalista usa um texto híbrido, mesclando aspectos: de narração que é o relato de eventos de uma ação que mais estimula a imaginação e de descrição, que representa um momento de forma clara e direta e tende a criar mais o efeito do real.

Também é apontada por Motta (2004) utilização de aspectos literários de terminologia inglesa para outras técnicas de narrativas empregadas como “showing”, que remete a uma representação dramática que mostra mais do que narra “privilegia as citações permitindo que as personagens e os fatos falem por si mesmos”. E o “telling”, em que o narrador busca conectar as partes e contá-las no texto, ademais, “encurta a distância na medida em que se transforma no foco da narrativa, com intervenções afetivas, éticas e estéticas frequentes” (MOTTA, 2004, p;26-27). Dessa forma, as duas maneiras podem ocorrer num mesmo discurso de uma matéria, mas o autor acredita que as notícias diárias tendem para o “showing”. Por descrever os fatos como tal realidade e deixar as conclusões éticas morais e políticas aos receptores. Sendo assim, o jornalismo representa a vida, as ações do homem e os dramas envolventes. Por essa direção,

Ao reportar os dramas e tragédias humanas, os jornalistas estão continuamente testando os limites de nossa cultura, de suas normas, valores, regras e jurisprudência. As notícias transformam as tragédias humanas em relatos dramáticos para serem confrontados pelo mundo ordinário da vida. Nas notícias, nossa cultura torna-se problemática em si mesma (MOTTA, 2004, p. 36-37).

Assim, o jornalismo, na visão do autor, é ambivalente, pois mostra, ao mesmo tempo, a ordem e lança a especulação, levando aos receptores experimentações de valores mesmo quando prega a falta deles.

3.5.1 Sensacionalismo

Em 2008, a adolescente Eloá Pimentel foi vítima de feminicídio. O crime teve grande repercussão na mídia, a cobertura sobre o assunto se estendeu por dias e foi marcada por aspectos sensacionalistas. Eloá tinha 15 anos, morava no estado de São Paulo e, depois de passar cinco dias mantida em cárcere privado pelo ex namorado Lindemberg Alves de 22 anos, foi morta a tiros por ele. Uma amiga da jovem que voltou ao local a pedido da polícia para ajudar nas negociações também foi atingida com um tiro no rosto. Araújo (2017, p.164) relembra que foram mais de 100 horas de transmissão ao vivo pelas TVs e aponta que “em nenhum momento foram debatidas as raízes das violações aos direitos das mulheres em nossa sociedade, assim como não apareceram nos dias que se seguiram.” Para autora, a violência sofrida por Eloá, motivada pela condição de gênero foi apenas espetacularizada de forma cruel como é possível observar nas narrativas destacadas por ela:

Apresentadores afirmaram ‘entender’ quando o autor disse usar a força porque a vítima ‘não colaborava’. Comunicadores e jornalistas – autorizados pelo comando da operação policial – entrevistaram ao vivo Lindemberg Alves. Um especialista afirmou em um programa de TV vespertino esperar que tudo aquilo terminasse ‘em pizza e em um casamento futuro entre ele [o autor do feminicídio] e a apaixonada, a namorada dele’. A amiga sobrevivente, entrevistada na principal revista eletrônica televisiva do país, pouco tempo depois do crime e de ter deixado o hospital, foi perguntada se Lindemberg tentara ‘mais coisas’ que forçar a vítima, já morta, a beijá-lo ou se ‘só’ obrigou Eloá a beijos. E ainda se a jovem ‘beijava’ o ex-namorado enquanto este apontava uma arma para ela e a amiga (ARAÚJO, 2017, p. 164).

A autora reforça que este não foi um caso isolado de coberturas sensacionalistas que dão ênfase à violência e ao desrespeito aos Direitos Humanos e diz que preconceitos, estereótipos ainda são empregados e explorados com frequência pelas mídias nas coberturas de casos de violência contra mulher.

Ao tratar sobre espetacularização da notícia, Canavilhas (2001, p. 2) diz ser uma consequência do domínio da observação sobre a explicação: “A televisão procura prender o espectador, dando prioridade ao insólito, ao excepcional e ao chocante”. Recorre, assim, à exploração de sentimentos de insatisfação das pessoas, a dramas humanos com exageros. Segundo o autor, a informação como espetáculo atrai o telespectador e os empresários vibram com o crescimento da audiência que o espetáculo proporciona. Ou seja,

É aqui que surge a grande perversão: se em termos de programação se podem fazer guerras de audiências, bastando para isso mudar o produto apresentado, em termos informativos não é bem assim. Sendo a matéria-prima igual em todos os canais — os acontecimentos — torna-se necessário mostrar diferentes perspectivas desse mesmo assunto: a informação torna-se assim num espetáculo que procura, no sensacionalismo

e na rapidez, os ingredientes que fazem subir as audiências, nem que isso seja conseguido à custa de imprecisões. (CANAVILHAS, 2001, p.8).

Para Angrimani (1995), sensacionalismo é a produção de noticiário que superdimensiona o fato, que precisa chocar o público e busca envolver a pessoa emocionalmente no assunto, com uma linguagem que, geralmente, vem com tom escandaloso, espalhafatoso, com gírias e palavrões empregados. O autor ressalta que um dos nutrientes da edição do produto sensacionalista é o classificado *fait divers*, quando se trata de fatos bárbaros ou brutais a exploração deste recurso era muito utilizada nos jornais populares e folhetins impressos do século XX, fazia sucesso na França os que relatavam “*fait divers* criminais: crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados. Assim como eclipses, cometas, grandes catástrofes, tremores de terra, inundações, desastres de trem, naufrágios.” (SEGUIN, 1959 apud ANGRIMANI, 1995, p. 19-20). Dessa forma, Angrimani explica que o sensacionalismo vai ao encontro desse aspecto incomum e de extravagância que o *fait divers* pode oferecer.

Para o Angrimani (1995), passar uma informação com aspectos sensacionalistas é uma opção, uma estratégia dos meios de comunicação, fazendo a ressalva de que não é porque tem imagens que causam emoção que é sensacionalismo. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação. Sendo assim, o autor explica que, na televisão, a edição de um jornal sensacionalista não pode ser a mesma de um jornal analítico informativo. Há necessidade de mostrar justamente o que o outro não mostra, uma vez que

O repórter tem que provocar emoção, precisa narrar a notícia em tom dramático. A edição não pode cortar a imagem da mãe que chora desesperada a morte de seu filho, ao contrário, deve, de preferência, mostrar o cadáver, ou o sangue no chão (se a reportagem tiver chegado tarde). Quando o repórter do jornal de TV sensacionalista estiver entrevistando, por exemplo, um estuprador de menores, não pode igualmente optar pela objetividade e distanciamento. O ideal é assumir o papel de “superego” e ser bastante agressivo com o transgressor, usando o microfone, as imagens e as perguntas como um chicote punitivo (ANGRIMANI, 1995.p40)

O autor também reforça que mesmo um telejornal que não tem um segmento sensacionalista pode conter esses aspectos em algumas de suas coberturas. Sendo assim, Rosa e Flores (2020, p.165) convidam a refletir sobre a responsabilidade no discurso jornalístico para “que não se reafirmem cenas de invisibilidade que contribuem, diariamente, para que mais mulheres e suas histórias estampem páginas policiais, como vítimas, corpos subjugados, fragmentados, esfacelados.”. As autoras ressaltam que, principalmente em crimes que

envolvem as mulheres, o discurso das matérias pode contribuir para estimular ou silenciar o debate sobre os modos de opressão que sofrem.

3.5.2 Abordagem da mídia sobre feminicídio

Claudia Silva Ferreira tinha 38 anos quando foi vítima da violência policial, como ressaltam Vieira e Nunes (2017), vítima do feminicídio de Estado. Mulher negra, moradora da favela de Congonha na cidade do Rio de Janeiro, ela voltava da padaria no dia 16 de março de 2014 quando foi morta a poucos metros de casa durante uma operação da polícia com o foco em traficantes. As autoras contam que, na tentativa de alterar provas e alegando prestar o socorro, os policiais jogaram Claudia no camburão da viatura, mas parte do tecido da roupa ficou preso no carro e o corpo dela foi arrastado no asfalto por cerca de 300 metros. Esse tipo de crime funciona como “Uma prova da escancarada frieza com que corpos negros são violentados, desfigurados e dizimados em becos, vielas e batalhões, uma prática encoberta por um sistema que se recusa a investigar e a punir seus próprios crimes.” (VIEIRA; NUNES, 2017, p. 108). A imagem do momento feita por um cinegrafista amador teve grande repercussão da mídia, servindo como um testemunho.

Em mais um capítulo cruel, a história ainda ameaçou matar Cláudia novamente negando-lhe a identidade. Ao contrário do caso do ‘menino João Hélio’, também arrastado por um carro, Claudia estava sendo tratada como uma anônima, como “um corpo arrastado”. As referências nos jornais e nas ruas eram a alguém sem nome, sem sobrenome, sem direito à identidade, sem direito de ser lembrada como mulher, mãe, trabalhadora, auxiliar de serviços gerais, alegre, brincalhona amiga, esposa, filha, irmã e vizinha querida. Alguns jornalistas que estiveram na casa da família levaram fotos para ilustrar as matérias sobre o caso. Porém, não tiveram a dignidade de devolvê-las à família. Foi necessária a mobilização de mulheres negras para que Cláudia fosse devidamente identificada e sua história respeitada (VIEIRA; NUNES, 2017, p. 109).

O desprezo pelo gênero, pela cor e pela classe social ficou evidente tanto na ação dos responsáveis pelo crime, como na da mídia. O jornalismo é, portanto, atravessado por essas desigualdades, sejam elas sociais ou de gênero. A esse respeito, Veiga de Silva (2010, p.63) explica que “o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re) produção de valores e representações hegemônicas de gênero, que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo”. Esses aspectos podem ser percebidos em outras coberturas de crimes de feminicídio, como, por exemplo, no caso da morte de Gerciane Pereira, de 26 anos.

Mulher negra, pobre, mãe de uma menina, Gerciane morava com a família em Teresina, no Piauí e, no mês de abril de 2014, foi assassinada, mutilada por um homem chamado Cleison da Conceição que trabalhava como churrasqueiro e morava no mesmo bairro que ela. O valor notícia da violência agregado à brutalidade logo repercutiu na mídia e, segundo Pita (2017), a

cobertura sensacionalista foi, predominantemente, com mais foco na crueldade em si do que na cobrança por justiça. Além disso, aspectos sobre a sexualidade da vítima, que era bissexual e seus comportamentos no passado também foram abordados e questionados pela imprensa, sites divulgavam que ela era moradora de rua, o que não era verdade. “Certamente o fato de a mulher assassinada ser negra, pobre e moradora da periferia assegurava à imprensa racista, a liberdade de não apurar e abusar da falta de acuracidade.” (PITA, 2017, p.85). A Autora também lembra que o crime foi tratado como passional pelo delegado e que a imprensa também especulou questões relacionadas a possível envolvimento da vítima com drogas e bebidas.

A avó, em meio às várias perguntas feitas por repórteres, declarou que a neta dava trabalho, que saía de casa e consumia álcool. Alguns veículos chegaram a afirmar que Gerciane se relacionava com traficantes e que o local onde foi morta era frequentado por usuários e por comerciantes de entorpecentes. Frases genéricas que nas entrelinhas passavam a mensagem reiterada nos feminicídios: a mulher que não se adequa àquilo que dela é esperado socialmente está sujeita não só à violência, como à perversidade de ser culpabilizada pelo crime que sofreu, mesmo quando este chega ao extremo de um assassinato com tamanho requinte de crueldade (PITA, 2017, p.87).

A autora diz que um ano após o crime que ficou apelidado na mídia como o “caso do churrasqueiro”, o acusado foi preso. Horas antes de cometer o crime eles estavam em um bar na companhia de um conhecido de Gerciane, aspecto pelo qual a autora supõe ter gerado uma certa confiança para que ela pegasse carona mas ainda assim ela afirma que as coberturas de feminicídio tendem a culpabilizar a vítima pela própria morte.

Muitas pessoas ficam sabendo sobre os crimes pela as informações trazidas por meio do jornalismo, inclusive familiares das vítimas. Dessa forma, Araujo (2017, p.167) alerta para a necessidade de se colocar no lugar dessas pessoas: "Pensar que, além dos direitos das mulheres que temos obrigação de proteger, entre os espectadores e leitores estão os parentes. Filhos, mães, pais que muitas vezes só têm mesmo a mídia para assegurar seu direito à informação.”.

Quando se refere a crimes relacionados à violência contra a mulher, uma cobertura da mídia que se enquadra no valor-notícia da *notoriedade*, toma-nos a atenção. Um crime de feminicídio nos anos 2000 que ganhou as manchetes dos telejornais e envolviam jornalistas renomados, foi o caso de Sandra Gomide. Nessa época, ainda não existia perante a lei do país crime de feminicídio, visto que somente foi incluído no código penal em 2015, mesmo assim, a forma como os envolvidos foram tratados pela imprensa e perante a lei mostram aspectos bem parecidos com situações atuais, quando se trata de coberturas de casos desse tipo.

Sandra Gomide era jornalista e foi assassinada a tiros pelo ex-namorado, Pimenta Neves, que, na época, era diretor do jornal Estadão. Como Vilardega (2013) descreve ao contar o crime no livro **À queima roupa**, Pimenta era um homem muito poderoso, de influência, e, assim que

Sandra não quis mais o relacionamento, ele demitiu a jornalista do cargo de editora-chefe que exercia e fez várias difamações com intuito de prejudicá-la. Sandra já tinha dado queixa na delegacia, inclusive chegou a andar um tempo com seguranças, pois tinha medo das ameaças que sofria do ex-companheiro. Até que, em um domingo, quando estava em um haras que tinha costume de frequentar, ela foi assassinada por Pimenta. Testemunhas relataram que eles discutiram, Sandra correu, gritou por ajuda e foi atingida por um tiro nas costas, depois por outro na cabeça. Pimenta fugiu tranquilamente do local e, depois, ainda ligou para redação do Estadão relatando o crime.

Vilardaga (2013, p.274) ressalta que, por envolver um acusado com muitas influências sociais, o tratamento do caso pela imprensa foi feito com muito mais prudência do que se fosse um crime que envolvesse alguma outra pessoa anônima. Ainda mais no estado de São Paulo, região onde o acusado morava e trabalhava, parte da mídia considerava-o como suspeito, mesmo ele confessando o crime. Também evitaram publicar foto de Pimenta, “tratavam como suspeito, dava impressão que ninguém queria acreditar que Pimenta teria cometido o assassinato”. Mas, fora do estado de São Paulo, o crime foi tratado com mais rigor:

No Rio, O Globo e o Extra estamparam fotos de Pimenta e Sandra. Algo que o Estadão não fez. Na Rede Globo, o diretor de jornalismo Evandro Carlos de Andrade resgatou imagens de Pimenta falando para os jornais da casa, cinco anos antes, quando ele condenava “a justiça feita pelas próprias mãos por considerá-la primitiva,” Evandro argumentou que colocou as declarações no ar porque eram contraditórias com seu gesto (VILARDAGA, 2013, p.274).

De acordo com o autor, neste caso, não era mais o jornalista que manipulava o criminoso e se apropriava de seu discurso. Por essa razão, Pimenta saiu de cena e o decorrer da história é muito parecido com outros casos de criminosos com grande influência social. De acordo com Vilardaga (2013), ele passou cinco anos aguardando julgamento bem tranquilo na própria casa e, depois de várias tentativas e recursos, de 19 anos de prisão, a pena passou para 15. Após onze desde o assassinato, Pimenta se entregou, passou dois anos e quatro meses em regime fechado depois teve direito a primeira saída provisória.

É importante que as matérias abordem o contexto em que está inserido este tipo de crime, informações sobre Lei Maria da Penha e mecanismos de denúncia. Para Sanematsu (2011), mesmo que o foco central da matéria seja o drama, é importante que o jornalismo se atente às políticas públicas e aos serviços, pois nem sempre são acessíveis para a maioria das pessoas. É preciso que

Ao analisar e noticiar os fatos, e apontar o drama humano, a imprensa pode também abordar as políticas de prevenção da violência e o acolhimento das vítimas, a

qualidade dos serviços com relação às demandas da população e aos compromissos assumidos pelos governos. Dessa forma, as redações podem pressionar os poderes constituídos a adotar, modificar ou prestar contas sobre as políticas públicas. A mídia, especialmente o jornalismo, é espaço de debate e também de pressão (SANEMATSU, 2011, p.70).

E, como já foi abordado neste trabalho, é válido ressaltar que, antes de uma matéria ir ao ar, ela passa pela visão de um editor de texto e, depois, o material segue para o editor de imagem. Ao abordar sobre as interferências que a matéria pode sofrer, levo em consideração as experiências e as vivências durante esses anos de trabalho e também utilizo como base o conteúdo da pesquisa Mulheres do Jornalismo Brasileiro²⁴ que investigou as vivências e as percepções de 42 mulheres jornalistas. Na primeira e na segunda etapas, feitas por questionário online, participaram 477 profissionais mulheres que atuam em 271 veículos diferentes. Ao tratar sobre perspectiva de gênero na cobertura jornalística, a pesquisa aponta que muitas delas reclamaram da interferência dos editores que usam eufemismos para relatar os casos de violência contra mulher e de feminicídio, suavizando a matéria. Relataram também que, em alguns casos, os editores homens fazem sugestões para o texto, visando a “equilibrá-lo”, isto é, colocando os homens em posição simétrica à das mulheres em casos de violência. Acrescento que há também os editores e editoras que não querem a presença das palavras “feminicídio” e “machismo” nas matérias.

Essa situação também acontece com as fontes, mais de uma vez já fiz coberturas de crimes de feminicídio que, mesmo questionando delegados e policiais sobre a informação repassada por eles de ser homicídio, crime passionai, ignoravam e insistiam em não falar que se tratava de um crime de feminicídio. Entre as respostas dadas por essas fontes já ouvi: “é, é isso mesmo! esse crime aí que criaram e que eu acho uma palhaçada! é homicídio e pronto!” disse um delegado. Outra vez, um policial falou: “Eu não bato na minha mulher, mas tinha que ter a lei João, já que são direitos iguais”, após a fala dele alguns colegas, homens de outras emissoras riram e concordaram. Por várias vezes, me passaram a informação dessa forma: “ela o traia, não valia nada! cabra nenhum aguenta!”. Em um “ao vivo”, eu entrevistava um delegado que também seguia a linha de saber que se tratava de um crime de feminicídio, até porque no registro da ocorrência constava escrito como tal, mas, mesmo assim, se negava a dizer nas frente das câmeras. Quando o apresentador me chamou, anunciando que uma mulher tinha sido assassinada pelo ex-marido, comecei o “ao vivo” informando que se tratava de um crime de feminicídio por tais questões. O delegado então fez questão de frisar duas vezes durante a

²⁴ Disponível em : < <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/#materiais> > Acesso em : 5 de jun, 2021

entrevista que se tratava de homicídio, dando ênfase na palavra. Quando estava para encerrar agradei como de costume “Muito obrigado delegado pelas informações!” E finalizei informando sobre o que era crime de feminicídio e orientando a denunciar situações de violência contra mulher. Com a câmera já desligada, ficou nítida, na feição do delegado, a indignação. Claro que também há policiais e delegados que contribuem nas entrevistas com informações sobre este tipo de crime e termo.

Outro ponto levantado pelas jornalistas durante a pesquisa citada anteriormente, foi justamente o fato de que as fontes também deixam transparecer um repertório caracterizando o crime contra mulher como um problema sistêmico estrutural. Informar que se trata de crime de feminicídio é um fator importante para dar visibilidade às questões que envolvem esses tipos de crimes contra a mulher e distinguir sem banalizar esse tipo de assassinato.

3.6 Breve histórico dos programas Correio Verdade

O programa Correio Verdade é transmitido pela TV Correio, afiliada da Rede Record na Paraíba, no canal 12 na grande João Pessoa e canal 13 no interior do estado. Vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 11h50 às 13h30 e, aos sábados, das 12h até 13h10.

Para focar no período em que as matérias analisadas foram publicadas será abordado o ano de 2019, em relação às informações sobre audiência de TV na Paraíba. As pesquisas no estado são medidas pela Kantar Ibope²⁵ e, sendo assim, o Correio Verdade lidera o ibope no horário do meio-dia entre os outros três telejornais do estado da Paraíba que também são de cunho sensacionalista. Mas o principal concorrente do programa é o telejornal JPB 1, exibido pela TV Cabo Branco afiliada da Rede Globo na Paraíba e que é o único transmitido neste horário entre meio-dia e uma hora da tarde, mas que não segue a mesma linha editorial e sim mais voltada para o telejornal informativo, com abordagens de várias editorias.

Em setembro de 2019, no site oficial da TV Correio²⁶, foi publicada uma matéria com o anúncio que aponta o programa Correio Verdade como líder de audiência no horário, “share individual de 44,90%, contra 27,15% da emissora B.” Share é a análise comparativa do desempenho de um programa, da percentagem do número de espectadores em relação aos níveis dos outros programas concorrentes com a participação do percentual de domicílios sintonizados

²⁵ A companhia existe desde 1942 e mede audiência televisiva no país através dos métodos diários ou people meter.

²⁶ Disponível em: < <https://portalcorreio.com.br/correio-verdade-alcanca-4490-de-share-e-e-lider-no-horario/> <https://recordtv.r7.com/recordtv-emissoras/nordeste/tv-correio/correio-verdade-chega-aos-20-anos-renovado-15012021> Acessos em 20 maio, 2021.

em determinada emissora. Esse dado leva o programa a ter um “representativo crescimento de 65,88% em relação à pesquisa anterior” Diz em um dos trechos da matéria.

O formato do Correio Verdade utiliza alguns aspectos de telejornal e sobre este conceito, Machado (2001) aponta que as principais características é de ser um programa ao vivo, mesmo que se utilize arquivo ou material pré-gravado, composto por um apresentador, por repórter e por entrevistas com fontes que articulam fatos do cotidiano.

Para Charaudeau (2006), o apresentador é quem assegura a coordenação e traz contribuição pessoal para o telejornal, por isso este pensador vê a função como papel principal pelo conjunto de encenação do telejornal e pelos modos discursivos usados, exercendo uma dupla função de interface: de um lado pelo mundo referencial e o telespectador, por outro, entre o estúdio. Dessa forma, o intelectual francês arremata que o discurso personalizado faz parte desta estratégia. Em outras palavras,

O contato entre o estúdio e telespectador se estabelece desde a abertura do jornal, pela função do apresentador que se acha instalado em seu lugar de exercício profissional, em posição frontal, e anuncia o sumário. Depois, todo desenrolar do jornal, ele construirá uma imagem de enunciador personalizado um (eu) que se expressa como se estivesse falando diretamente a cada indivíduo da coletividade dos telespectadores: hora participando sua própria emoção em relação aos acontecimentos dramáticos do mundo (enunciação elocutiva), ora solicitado sua atenção ou seu interesse e mesmo interpelando-o (enunciação locutiva), tudo isso com auxílio de movimentos do rosto (mesmo os mais discretos), de certos tons de voz, da escolha de determinadas palavras. (CHARAUDEAU, 2006, p. 229).

Machado (2001, p.110) também explica que o telejornal opinativo tem forte personalização do apresentador, pois “baseia-se fortemente em mecanismos de identificação entre público e apresentador (nesse sentido, não é raro que, para colocar em operação esses mecanismos, o apresentador simule indignação, pesar ou temor diante das notícias apresentadas).” Tendo em vista as percepções do autor, o Correio Verdade segue essas estruturas e se enquadra como um telejornal, enquanto um gênero televisual.

Neste caso, o telejornal policial se apropria desses elementos mas se difere do tradicional, por mater características de jornalismo policial na TV. Como é possível observar no telejornal policial, a maioria do conteúdo exibido é voltado para violência e criminalidade, utilizam com frequência trilhas sonoras de suspense nas matérias e também durante os comentários do apresentador; figura emblemática deste formato que utiliza muitos aspectos do sensacionalismo como uma linguagem mais coloquial, com palavrões.

Entre essas diferenças, Romão (2013, p.13) aponta que o discurso do jornalismo policial é marcado por um intenso ódio pelos bandidos “em suas vozes pode se notar a raiva dirigida aos executores dos crimes noticiados e seus pedidos de justiça, soam como um pedido

de vingança. Ademais, não há qualquer discussão mais aprofundada sobre o problema da violência ”

Neves (2015) afirma que a história da emissora segue como formato, um telejornal voltado para o estilo popular, com matérias que intercalam comentários do apresentador com *merchans*²⁷ de patrocinadores do programa de TV. Ainda conforme o autor, o Correio Verdade foi ao ar pela primeira vez em 2003, apresentado por Samuka Duarte, que, constantemente, mostrava-se indignado com os crimes, conquistando os telespectadores com seus comentários como “defensor da família”.

Ao abordar em seus estudos, o protagonismo dos apresentadores no contrato de comunicação de programas policiais na Paraíba, Geronimo (2019) entrevistou Samuka e em trechos da entrevista o apresentador explica que não faz nenhuma preparação corporal ou vocal, que tem o dom de improvisar e prefere não procurar saber sobre o assunto que vai ao ar para comentar. “Não olho matéria, não olho o que tem, não faço nada. Se eu olhar antes eu perco a graça quando eu entro no ar.” (Samuka Duarte, entrevista cedida à Aderlon Geronimo, apêndice D, 2019) . Formado em matemática e em biologia, Samuka Duarte ficou à frente do programa por anos, até dezembro de 2020, quando Nilvan Ferreira assumiu o posto.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o objetivo de compreender como estão sendo noticiados os casos de feminicídio no programa Correio Verdade, buscamos saber que tipo de discurso está sendo transmitido ao público e optamos por aplicar a metodologia de Análise de Discurso, a AD, como vamos nos referir neste trabalho. Trata do estudo do próprio discurso que possibilita conhecer a capacidade do homem de significar e de significar-se, como defende Orlandi, “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 1999, p.15). Dessa forma, a AD trata mais do sujeito que fala, que produz o discurso.

4.1 Sujeito e ideologia

O discurso é produzido por um determinado autor e aspectos como a posição que esse sujeito ocupa na sociedade, a conjuntura histórica e social não pode ser ignorada pelo analista. Brandão (2012) descreve, que a fala do sujeito é construída a partir de um determinado lugar e

²⁷ Na televisão, é a menção à apresentação que destaca um produto com finalidade de promover a venda.

de um determinado tempo. Ou seja, “Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço orientado socialmente, o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro.” (BRANDÃO, 2012, p. 59).

Sendo assim, tanto produtor como receptor do discurso, são sujeitos, estão em um mesmo tempo histórico no espaço geográfico, pertencem a um grupo em comum e, por isso, carregam crenças e valores que remetem à noção de ideologia do grupo e da sociedade que pertencem. Como sujeito social, o meio em que se vive, o regime político, as relações no trabalho e com a família acabam refletindo no discurso, por isso, não existe discurso neutro como discute Orlandi (1999, p. 47), “não tem discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia. A ideologia e o inconsciente estão automaticamente ligados.” Ao tratar sobre o discurso das mídias, Charaudeau (2006) entende que as mídias se apossam dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas sejam elas de ordem econômica, tecnológica, simbólica, sendo que esta última,

[...] trata-se da maneira que os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido’ (CHARAUDEAU, 2006, p.16).

O autor descreve a existência do simbólico, como sendo uma máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores e afirma que é próprio de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos. Entretanto, o autor faz a seguinte ressalva: “mas não está dito que tais discursos revelam o verdadeiro teor simbólico desses atos: muitas vezes o mascaram (de maneira inconsciente, até mesmo de boa fé, por vezes o pervertem, ou mesmo o revelam em parte.” (CHARAUDEAU, 2006, p.18). É possível entender que todo discurso é ideológico por suas condições socioculturais de produção. A materialização da ideologia no discurso é, portanto, um aspecto muito presente na AD.

4.1.2 Saberes Verdades e crenças

No âmbito da informação como discurso, Charaudeau (2006) reforça a ideia de interrogar a mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor. Ao falar sobre verdade em sua obra **A ordem do discurso**, Foucault (1996) trata de verdades produzidas por discursos organizados, segundo certos requisitos e não de toda e qualquer verdade. Já sobre saber, ele explica que o discurso é regido por normas sociais, que envolvem definições de temas que são permitidos e

que não são aconselhados. O saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva, não é simplesmente o que se sabe. Em uma sociedade, o discurso não é neutro, não é livre. Dessa forma, ele fala sobre a existência do tabu do objeto:

(...) sabe -se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo de quem fala [...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e poder. [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 9 -10)

Charaudeau (2006) também defende esses conceitos e explica que a estruturação do saber depende da maneira como se orienta o olhar do homem voltado para o mundo, sobre o homem e suas regras de vida. Já as crenças, para o autor, dão conta das práticas sociais, do comportamento, do que se deve fazer ou não, se é do bem ou do mal. Ao tratar sobre os diferentes tipos de discurso, Charaudeau (2006) explica que o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do poder. Dentro dessa configuração, informar é possuir um saber que o outro ignora, ser apto a transmiti-lo a esse outro e ser legitimado nessa atividade de transmissão. Ainda de acordo com o autor, a verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz e, para que haja uma informação de qualidade, distanciada da subjetividade, é preciso trabalhar com os saberes de conhecimento, estar atento ao mundo para que o saber seja transmitido de forma objetiva e realista.

4.1.3 Formações discursivas e Interdiscurso

As ideias do sujeito são trazidas ao discurso em uma Formação Discursiva (FD), conceito que é trabalhado na AD. É o que “podemos falar” como explicado anteriormente, elas representam as formações ideológicas do discurso. Pêcheux (1975), citado por Brandão (2012, p.77), afirma que “as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam.” Por meio das Formações discursivas, podemos buscar compreender o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia. Em um Campo Discursivo, há diversas formações discursivas que trabalham com temáticas parecidas.

Possenti (1999) reforça a ideia que Mainguenu (1984) apresenta sobre envolvimento de uma tríade definida como: Universo Discursivo, Campo Discursivo e Espaço Discursivo. Esses conceitos são uma espécie de pressuposto para existência do Interdiscurso, termo que

vamos ver mais à frente. Os autores entendem ainda que o Universo Discursivo é o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em acontecimentos de um dado momento. Já Campo Discursivo, entende como

um conjunto de formações discursivas que se encontram em concordância, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, pode ser entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode se tratar do campo político, filosófico ou dramatúrgico... É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e sua hipótese é que tal constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. (POSSENTI, 1999, p.163).

Entretanto ele ressalta que todos os discursos não se constituem da mesma forma e por essa questão não é possível determinar a princípio as relações entre as diversas formações discursivas existentes em um campo.

4.1.4 Dispositivos de análise

Ao aplicar a Análise de Discurso nas matérias dos telejornais exibidas sobre feminicídio, também é preciso ter em vista o contexto social e histórico ao qual o discurso pertence. A proposta é extrair, por meio da análise, o que o sujeito não diz no discurso, unindo, durante o processo, a interpretação do sujeito que fala com a interpretação do analista, por esse caminho,

O que se espera do dispositivo do analista é que ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra, mas que seja relativada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia. (ORLANDI, 1999, p.61).

O primeiro ponto é a constituição do *corpus*, que segue critérios teóricos, distinguindo o *corpus* experimental e o de arquivo. Teoria, consulta ao *corpus* e análise estarão sempre se movendo de alguma forma, durante todo trabalho. A melhor maneira de se recortar o *corpus* é construindo montagens discursivas que obedçam a esses critérios e que permitam chegar a sua compreensão, objetivando mostrar como um discurso funciona produzindo efeito de sentido.

Inicialmente, Orlandi explica que a passagem do material bruto coletado e ao objetivo discursivo, esse que é definido pelo *corpus*, já recebeu um tratamento de análise superficial feito pelo analista. Processo esse que o sujeito se marca no que se diz, “fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza.” (ORLANDI, 1999, p.65). A autora denomina “materialidade linguística” e afirma que ela pode ser observada em funções de formações imaginárias, em suas relações de sentido e de força, por meio dos vestígios que são deixados no fio do discurso.

O recorte do *corpus* de análise é feito em torno de dois casos de feminicídio que ganharam destaque no programa Correio Verdade que, entre os quatro telejornais de cunho sensacionalista, exibidos no estado da Paraíba no horário do meio-dia, lidera a audiência. Por alcançar maior público, o trabalho busca analisar qual o discurso, o tipo de abordagem das matérias e do apresentador do telejornal acerca do feminicídio. Como o crime de feminicídio é narrado no programa? Que tipo de discurso está sendo transmitido ao público? Ele reforça o discurso machista de submissão da mulher?

Estes são alguns dos questionamentos que conduzem as análises.

O material que foi extraído para ser analisado provém do caso Marilene²⁸ e do caso Dayse²⁹ está disponível no youtube, no canal do programa Correio Verdade e trata de um dia da cobertura de cada fato, transmitido na capital paraibana nas datas 8 e 16 de abril de 2019 respectivamente. Neste ano, houve os maiores índices de feminicídio no estado, desde a criação da lei do feminicídio. Em todos os meses aconteceram registros. Dessa forma, as matérias selecionadas estão entre os casos ocorridos que tiveram mais espaço na mídia televisiva pelos principais valores-notícia apresentados: a brutalidade da violência e a maior noticiabilidade por se tratar, em um dos crimes, de pessoas conhecidas na sociedade.

No material analisado, são observados elementos do discurso e de imagens que mais se destacam como complemento do discurso das matérias selecionadas em busca de identificar estereótipos de gênero, condutas machistas atribuídas ao caso, ou à vítima, seja por meio do discurso do apresentador, do repórter ou das fontes. Também é observado se houve conduta diferente em relação aos discursos quando se trata de pessoas de raça e de classe sociais distintas.

Para facilitar a estruturação, foram criados dispositivos de análise baseados nos símbolos que aparecem com mais frequência, que são mais emblemáticos no discurso, mas isso não significa que eles não se relacionem durante a análise entre as categorias. São eles: Aspectos que entrelaçam raça, gênero e classe, ciclo da violência, violência como espetáculo, Mulher honesta não merece morrer, Doença usada como motivação, Casamento e religião, Ciúme, doença, rede social.

Como fundamentos teóricos, foram consultados para a análise, estudos de autores como: Heleieth Saffioti (2015), Eva Blay (2008) e Tiburi (2019) que tratam sobre gênero, patriarcado

²⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7XJBkSh7MJ8&t=123s&ab_channel=TVCorreio Acesso : 20 de set. 2020.

²⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=SiNwGZq0Ey4&ab_channel=TVCorreio Acesso: 20 de set. 2020.

e violência contra mulher. Pierre Bourdieu (2002) sobre dominação masculina, Isadora Machado e Maria Lígia Elias (2008) sobre a lei de feminicídio, Prado e Saneamatsu (2017), sobre feminicídio e mídia, Ana Paula Portella (2020), sobre o assassinato de mulheres e Carla Akotirene (2019) sobre Interseccionalidade.

Mauro Wolf (2001) e João Canavilhas (2009), sobre jornalismo, televisão e valores-notícia. Luiz Gonzaga Motta (2004) narrativa, Daniel Angrimani (1995) e José Arbex (2002), sobre sensacionalismo e notícia como espetáculo.

4.2 - Análise do Caso Marilene

No dia 8 de abril, por volta do meio-dia, que popularmente muitas pessoas chamam de “horário de almoço”, a maioria dos telejornais noticiou, no estado, que uma mulher tinha sido assassinada na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. “Trinta facadas” era o que mais se ouvia falar. A vítima de feminicídio, Marilene da Silva, deixou três filhos. Mulher negra, periférica, vivia acuada pelos ciúmes do marido. Ela foi assassinada aos 39 anos, atingida com arma branca dentro de casa. O marido, José Jorge Bernardo, de 55 anos, foi preso em flagrante com a arma usada. As equipes de TV se dirigiram até o local, mostraram as condições da casa, entrevistaram vizinhos e autoridades policiais.

Marilene, mulher negra, periférica, foi morta a facadas pelo marido dentro da própria casa. O Crime se relaciona com a maioria dos feminicídios registrados no país. Como mostram os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), 61,8% das vítimas são negras, a maioria destes crimes de gênero acontece em casa. Em 81, 5% dos casos, o autor foi o companheiro ou o ex-companheiro e, em 55,1% dos crimes, são utilizadas armas brancas, como por exemplo, faca.

No estado da Paraíba, no ano de 2019, data em que o crime foi cometido foram registrados 38 casos de feminicídio no estado, maior registro desde que a Lei do para este crime foi criada em 2015 e, como já foi abordado neste estudo no Capítulo 2, não são todos crimes que ganham cobertura da mídia. Foi observado que o caso de Marilene esteve em pauta, virou destaque nos telejornais pelos principais valores-notícia atribuídos à cobertura. Como foi visto no capítulo em que discutimos sobre jornalismo, o valor-notícia *morte* ganha maior *noticiabilidade* somado a outros aspectos como a *violência* e a *brutalidade* que envolvem o acontecimento. Com potencial para ser notado pela mídia, esses valores regem o processo da notícia desde a seleção do fato, até construção do discurso.

Em relação aos processos de produção, o valor da *disponibilidade* também facilita a cobertura, pois, no caso, a cidade de Santa Rita fica na região metropolitana de João Pessoa, capital da Paraíba, local da principal sede da TV Correio, o que já relaciona a outro valor-notícia de produção que é o *tempo*, por ser perto tende a ser rápido e rapidez é determinante no processo seletivo de um telejornal. Essa proximidade do local do fato com a capital também possibilita esses valores-notícia para concorrência o que, em busca da audiência, resulta em estratégias de diferenciação no modo de comunicar o fato e, assim, se destacar entre os outros telejornais do horário para a audiência.

4.2.1 Ciclo da violência

“O cara, estava virado no satanás... deu trinta facadas na mulher...”

“Ele batia nela, massacrava ela. Ela dizia que gostava dele. Que amava ele.”

“ficou tudo calado e com a luz apagada”.

A cobertura começa com o apresentador no estúdio. O único móvel do local é uma bancada horizontal rente ao fundo do cenário e, em cima dela, consta um objeto de decoração que aparece situado no canto da tela. É uma pequena escultura do busto do apresentador, que, assim como ele, está de óculos e veste terno, além de conter uma placa com o nome “Samuka”. A fachada é um elemento que Canavilhas (2009, p.7) observa como essencial em um telejornal “pois trata-se do equipamento expressivo e padronizado que o indivíduo utiliza para definir com mais clareza a situação noticiada”. Tanto vale para tratar da fachada do cenário que, neste caso, destaca a figura imponente do apresentador como também, da fachada pessoal usada por ele, “Trata-se de todo o seu equipamento expressivo constituído pelo ritmo e modulação da voz, pela gesticulação e pelas reações às próprias notícias que divulga”. Elementos utilizados para demonstrar: uma postura de credibilidade agregada ao apresentador, de uma pessoa respeitada, confiável e como é estipulado pelo programa a imagem de “defensor da família”.

O som ao fundo que remete a suspense diminui assim que o apresentador começa a falar, mas retorna em vários momentos da cobertura para despertar a curiosidade e a emoção de quem assiste, proporcionando um clima de mistério sobre o caso. Antes de a matéria ir ao ar, ele tenta resumir o que aconteceu e com feição séria e de indignação, aponta várias vezes para o telão do estúdio (Imagem 1), que exibe a foto da mulher e do ex-companheiro e utiliza um discurso com apelo mais popular para mostrar que desaprova a conduta do assassino.

Pera aí, aí o ódio (sic) do cara, estava virado no satanás. Quer dizer estava virado no “cão chupando manga”. O que aconteceu, segundo ele, matou porque estava sendo traído, Pera aí? Estava sendo traído e deu trinta facadas na mulher, que isso?! Resolveu o problema? Pera aí, não tem condições...

Com uma linguagem chula e com xingamentos voltados para o homem que matou a esposa, o apresentador também utiliza um toque sarcástico na intenção de produzir o efeito do espetacular e do atrativo, bem típicos do sensacionalismo que, segundo Angrimani (1995, p.17), apoia-se entre a transgressão e a punição. Em outras palavras, “A mensagem sensacionalista é, ao mesmo tempo, imoral-moralista e não limita com rigor o domínio da realidade e da representação. Nessa soma de ambiguidades se revela um agir dividido, esquizofrênico.”.

Imagem 1 - Imagem do cenário e bancada



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

A suposta traição, que é abordada como o motivo do crime, é tratada como um “problema”, pelo apresentador. Dessa forma, a pergunta “resolveu o problema?” é carregada de um padrão social machista que remete a afetar a honra, a virilidade do homem e, como Bourdieu (2002, p.64) aponta, “se submetida às exigências permanentes a ordem simbólica, a virilidade pode ser entendida como capacidade reprodutiva, sexual, social, com aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança).”.

Neste contexto, o efeito de sentido remete ao imaginário, à imagem da pessoa perturbada pela suspeita de infidelidade e também, de forma implícita, retorna à ideia do discurso patriarcal do crime em defesa da honra. Tese que Blay (2008) e Saffioti (2015) apontam ser muito usada ao longo dos anos pelo tribunal do júri a favor do homem, para justificar o assassinato de mulheres. Apenas em 2021, por unanimidade no plenário, o Supremo Tribunal Federal proibiu

o uso de legítima defesa da honra em feminicídios, alegando que contribui para a perpetuação da violência contra a mulher. Mesmo sendo proibido pela esfera judicial, como podemos observar, o conceito da defesa da honra está presente durante vários momentos desta cobertura. Em alguns de forma mais escancarada e, em outros, camuflado no discurso como foi possível observar neste comentário do apresentador.

Com mudanças no tom de voz e descontração na fala, Samuka faz um monólogo com uma história imaginosa, que chega a descredibilizar a vontade da mulher de colocar um ponto final no relacionamento e minimiza as violências sofridas. Ele conta que a mulher quis a separação, pois o marido “maltratava e era grosso com ela. Mas, depois, ele, com aquela história do homem, meu amor, eu vou mudar eu vou tratar você melhor. Aí, ela vai e volta”, “vem com aquele papo de homem.”.

Portella (2020) explica que o ciclo da violência é construído por períodos amorosos e violentos, que oscilam entre pedidos de desculpa, demonstrações de afeto e com retorno das brigas violentas que se intensificam, podendo levar a um desfecho fatal. Durante a cobertura, o discurso do apresentador, do repórter e dos vizinhos demonstra que desconhecem tais aspectos que envolvem o ciclo da violência, porém, todo o processo e a dependência emocional que Marilene vivenciava são apresentados nas falas.

Então, quando o discurso reforça a ideia de não ser uma novidade em relações amorosas a mulher perdoar o agressor e reatar a relação, é como se fosse natural em todas as relações amorosas esse tipo de comportamento por parte do homem e, assim, contribui para desencorajar a mulher de sair da relação, de procurar ajuda e também de denunciar. Dessa forma, a maneira agressiva como ele tratava a mulher é normalizada. Como quando a vizinha diz durante a entrevista da matéria, “já tinha morado com ele duas vezes, ele batia nela, massacrava ela. Ela dizia que gostava dele. Que amava ele.”.

Na intenção de mostrar que ela escolheu voltar, o crime pode também ser entendido como responsabilidade da vítima por seguir os desejos do ex-marido. Julgamento que Prado e Saneamatsu (2017) alertam ser frequente em casos de violência doméstica que ainda são incompreendidos pelas autoridades e, como vimos na última fala do apresentador, não só pelas autoridades. Dentro dessas falas se pode verificar que

(...) com grande frequência a vítima esbarra na incompreensão das autoridades sobre a complexidade da violência doméstica e dos altos e baixos característicos do ‘ciclo da violência’, que provoca as idas e vindas da mulher em tentativas frustradas de mudar a relação ou de buscar saídas para a situação de violência. Essa incompreensão faz com que as próprias autoridades, que deveriam defender a mulher, a culpem, julgando-a fraca, instável e incapaz de levar a denúncia de violência e o processo até o fim (PRADO; SANEAMATSU, 2017, p.145).

Na continuação da entrevista com a vizinha, a repórter Jaceline Marques pergunta e afirma ao mesmo tempo, se a vítima já tinha tentado terminar outra vez para se libertar, mas não conseguiu e a entrevistada repete a mesma frase dita pela repórter e concorda. O modo como o questionamento foi feito, evidencia uma estratégia para induzir a entrevistada à repetição de uma narrativa que já está pronta no roteiro da repórter, em busca de falas que apelam para o emocional e para dramático e, assim, as perguntas também já reforçam as justificativas para o crime.

Em outra parte do relato, a vizinha descreve mais atos de violência e cárcere privado: “Ela não falava mais com a gente. Ele *proibia ela* de tudo. Só vivia dentro de casa, presa, vinte quatro horas presa.” A repórter, novamente, interrompe o depoimento com perguntas, no intuito de enfatizar certos aspectos da entrevista, como quando perguntou se ele batia nela. “Se ele batia, a gente não via, né? pois ele ligava o som, trancava as portas e aí só ele sabia, né? Só ela quem sabia. Não dizia nada para ninguém.”.

A vizinha se contradiz ao dizer que não sabia se ele batia nela. Pois momentos antes relatou que o relacionamento dos dois era conturbado com muitas brigas, e até usou a palavra “massacre” para descrever tal situação. Desta vez, ela também relata atitude que parece de costume, o ligar o som alto, que parecia ser um sinal de perigo de que algo errado acontecia dentro da casa e com certa frequência. Insinua, assim, o típico comportamento das pessoas quando notam sinais de violência doméstica em relações de pessoas próximas ou conhecidas, reforçam ideias que, por séculos, foram associadas à violência doméstica como “ninguém sabe o que acontece em quatro paredes e que em briga de marido e mulher...”. E, dessa forma, o crime é associado à esfera do espaço privado, da casa, que só diz respeito ao casal. Divisões de espaços sociais que já apontamos neste trabalho, no capítulo 1, como sendo um dos mecanismos usados pelo patriarcado para manutenção e para reprodução de seus ideais em que o espaço público, político e de decisões é destinado aos homens.

4.2.2 *Violência como espetáculo*

No off, a repórter diz que, no dia do crime, como de costume, ele trancou todas as portas e, nesse trecho (Imagens 3 -4), aparece a imagem próxima da estrutura da grade de ferro que foca nos cadeados. Na passagem, ela caminha devagar da lateral para a frente da casa, o cinegrafista acompanha o seu movimento enquanto ela diz que Marilene morava naquela casa e que os vizinhos ouviram os gritos, de que, pelo amor de Deus, que não a matasse. “Aqui dentro da casa só se ouvia os gritos de Marilene.” Ela relata que eles tentaram arrombar a porta

e não conseguiram por causa da grade trancada com cadeados. E dá ênfase nas expressões “pelo amor de Deus” e na palavra “cadeados” enquanto aponta (Imagem 2) para localização deles. O objeto se torna um símbolo de aproximação, de confirmação da veracidade do caso, ganha destaque na imagem (Imagem 3), assim como a fotografia da faca ainda manchada de sangue (Imagem 6) que aparece quando a repórter diz que a polícia arrombou a porta e encontrou a mulher morta e o homem ensanguentado. Esses aspectos mostram como alguns valores-notícia foram evidenciados neste discurso, a saber: o da dramatização relatada, agregado ao valor-notícia da emoção que amplifica o emocional, tendo como base central o valor-notícia da violência, valorizado ainda mais pela brutalidade descrita.

Esse conjunto de narração e imagem se complementa de forma proposital e esses elementos operam com base nos valores-notícia, sendo assim, “de um discurso, serão retomadas apenas as passagens mais significativas e só essas serão utilizadas; de um acontecimento, serão montados os momentos mais importantes” (WOLF, 2001 p.220).

Imagem 2 - Ênfase no portão da casa com grades



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

Imagem 3 - Destaque para as grades da porta



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

Imagem 4 - Destaque para o cadeado na porta



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

Para espetacularizar o crime até os suspiros finais, detalhes do momento da morte foram relatados. Como quando a mesma vizinha mostra como tentou ajudar, ela demonstra empurrando a grade para frente e para trás. O som ambiente do barulho da grade aproxima o telespectador da tensão do momento relatado. A mulher encenava (Imagem 5) como teria acontecido, balançando a grade e gritando: “faz isso com a mulher não!..., mas o cadeado...”. E o que ele respondia? perguntou a repórter. “-Ele não falava nada”. -Ela só pediu socorro? “Só pediu socorro, aí foi uma hora que ela fez: ai! Meu Deus. Aí, acho que foi a hora que ele passou a faca no pescoço.” Aí não teve mais jeito? perguntou a repórter e a mulher respondeu que, a partir daí a vítima não falou mais, “ficou tudo calado e com a luz apagada”.

Imagem 5 - Vizinha mostra como empurrou as grades.



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

Imagem 6 - Foto da faca usada no crime



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

Neste diálogo, a câmera também mostra a feição da repórter, que faz uma expressão de sofrimento, ao ouvir que teria sido a hora que passou a faca na vítima. Segundo Canavilhas (2001.p.2), “aspectos como imagens mais elucidativas, uso dos gestos, do rosto e da expressão verbal (volume, tom e ritmo de voz)” são procedimentos usados na dramatização na função de atrair e envolver o telespectador. Na entrevista, o discurso da vizinha consegue passar a sensação de desespero ao ouvir uma mulher relutar até o fim para sobreviver e com a casa já toda preparada para prática da violência (Imagem 4), como tanto foi destacado nas imagens e nas falas sobre grades e cadeados, se viu impotente diante da fúria do homem.

4.2.3 Mulher honesta não merece morrer

No off, a repórter diz que o homem confessou que matou: “Segundo ele, o motivo seria uma traição, mas nós conversamos com vizinhos que desmentem essa versão dada pelo suspeito.”. A partir daí a conduta da vítima foi checada e avaliada com uma sequência de entrevistas sexistas com vizinhos que se mostram indignados e opinam sobre o comportamento da vítima. “Nunca botou *cangaia* nele”, “É mentira. Aquilo é um safado. Ele não merecia ficar vivo não. Ele merecia morrer também. Ele quis justificar o crime dele dizendo que ela o traia? Não traia não.”.

Ao introduzir a entrevista com outro vizinho, o off relata que ele está revoltado, pois a vítima tinha bom comportamento e não merecia morrer dessa maneira. “Covardia o que ele fez com ela, covardia! Não entendo como ele fez isso! Ela era uma **mulher honesta, direita. Era calma e quieta**, não sei como isso foi acontecer com ela.”. A terceira entrevistada responde indignada a pergunta feita pela repórter se existia mesmo essa história de traição: “Não! é um safado!” **Não merecia morrer da forma que morreu?** pergunta mais uma vez a repórter. “Não, não”. Ela responde balançando a cabeça e falando com um tom de voz mais alto de revolta.

As entrevistas evidenciam o julgamento, que segundo Canavilhas (2001, p.9), é um dos efeitos mais perversos da informação tratada como espetáculo, “Sendo a informação mais rápida que a Justiça, o telespectador é induzido a efetuar o seu próprio juízo, fazendo com que o próprio julgamento fique desde logo condicionado.”.

Valores morais do patriarcado são mantidos no questionamento e nas respostas sobre o comportamento da vítima, retomam um discurso que impõe como a mulher precisa se comportar para ser aceita e respeitada na sociedade. Por séculos, o valor da vida da mulher é baseado nesses padrões associados à vítima, descrita como “mulher honesta”, “mulher direita”, “calma, quieta”; significa que seguia com as ordens patriarcais de fidelidade e de obediência.

Marilene foi desrespeitada novamente ao ter sua conduta questionada e avaliada como causadora, ou não, de uma forma tão trágica de morte e, dessa maneira, a revolta pelo crime gira em torno desses significados e, devido a essas crenças, ela não merecia morrer com 30 facadas. Caso tivesse sido descrita como infiel, de forma implícita, o discurso, seguindo a mesma lógica poderia indicar a aceitabilidade do feminicídio, o que evidencia que a presença da tese da defesa da honra permanece viva no imaginário social e, frequentemente, é alimentada pelos telejornais, na cobertura jornalística. Dentro dessa configuração, as notícias diárias como defende Mota (2004, p.39) “podem ser compreendidas como microépisódios de sentido inacabado relacionado a algo gradualmente refigurado na imaginação dos receptores com

auxílio da memória.” Dessa forma, constroem-se conexões e se recompõem narrativas que remetem à prática histórica.

Assim acontece com a expressão “Mulher honesta”, presente no código Penal Brasileiro de 1940, uma expressão do poder patriarcal, usada para julgar a conduta moral e sexual das mulheres vítimas de crimes sexuais, de violência doméstica, de feminicídio entre outros e fazer a distinção entre as que mereciam sofrer a violência e as que não mereciam a partir do que se considerasse obediência aos padrões de bons costumes. Neste sentido, é importante ressaltar que atacar, punir e ferir outras pessoas, em particular as mulheres, os negros, a comunidade LGBTQIA+ e os dissidentes sociais, nem sempre foi/é considerado um ato violento, pois o estatuto da violência se conforma aos estabelecidos sociais que tanto podem reconhecer como justificar o uso da violência (BUTLER, 2019). O conceito “mulher honesta” só foi extinto das configurações penais em 2005. E, como podemos observar, ainda está impregnado no imaginário das pessoas, circulando em várias esferas da sociedade, sendo assim, Tiburi (2019) ressalta a importância de refletir a respeito de que em um país como o Brasil, onde o machismo é tratado de uma forma natural, as regras do poder impostas à vida feminina entre elas o “bela, recatada e do lar “não seriam repetidas na ordem pública para autossustentação do poder masculino?”. (TIBURI, 2019, p.109-110).

Ideias que também são vistas por Prado e Saneamatsu (2017) como uma constante nos conteúdos divulgados pela mídia brasileira em casos de feminicídio, que reforçam os estereótipos sobre os papéis de gênero “e comportamentos socialmente esperados das mulheres, que são usados para inverter a culpa pelo crime, colocando sobre as vítimas a responsabilidade pela violência que sofreram quando elas não se enquadram nesses estereótipos.” (PRADO; SANEAMATSU, 2017, p.149). Aspectos esses apontados pelas autoras e que também foram identificados na cobertura.

4.2.4 Doença usada como motivação

Com o fim da exibição do VT com a externa do caso de Marilene, o apresentador aparece no estúdio com um cassetete na mão, como símbolo para reforçar a indignação perante o caso. O volume da trilha de suspense que tocava baixo foi aumentado, é uma trilha diferente da tocada no início e durante o programa. No telão, aparece a foto da faca usada no crime (Imagem 7) e ele diz “Ele está preso **vai levar uma cambada de pau pesada dentro do presídio**, o que ainda **é pouco. Perdeu** para o resto da **vida o sossego dele**. Ela está morta. Família sofrendo. Filhos dela também.”. Com o objeto apontado para tela, começa a despejar xingamentos ao acusado como “**munho de fossa, bafo de urubu**”. Com mais linguagem chula

e certa exaltação, incita o ódio, os atos de vingança dentro e fora do presídio, o que demonstra aspectos nítidos da informação tratada como espetáculo.

Imagem 7 - Apresentador com cassetete na mão



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 8 abril de 2019.

Na sequência, não só reforçou estereótipos do que seria socialmente aceitável como “mulher do bem” e também tratou o crime como uma doença.

Uma mulher que, todos dizem que era do bem. Agora, ele era um doente. Como ele, têm muitos homens doentes, tem mulher também doente! Eu conheço um cara aí que a mulher liga para ele 50 vezes por dia, ainda mais por videoconferência... quer dizer: **do mesmo jeito que tem homem assim, tem muita mulher**, mas **o número é muito maior de homem dessa forma**, isso é um absurdo! tirou a vida da mulher, cara! Olha aí a arma! Ainda bem que foi preso em flagrante.

Eu fico por aqui. **Eu sou um grande defensor das mulheres, o Correio Verdade é um programa de televisão do meio dia que mais defende as mulheres.** Eu fico entalado com vontade de desabafar pesado, mas eu me seguro para depois **ninguém ficar dizendo que eu to aqui fazendo sensacionalismo!**

A cobertura encerra com a tentativa de associar o comportamento do feminicida como uma doença para justificar o crime. No intuito de validar o que diz, associa também a um ato de “doença” a história de que a mulher liga cinquenta vezes para o companheiro. E faz associações de atribuições de mulher insegura, louca, na tentativa de, mais uma vez, inferiorizar a mulher e de igualar o comportamento do acusado ao de outros homens e mulheres, naturalizando a situação. Ao tentar amenizar, diz que existem muito mais homens assim,

“doentes” como ele justifica. Mas, como discutimos no primeiro capítulo, e como ressaltam Machado e Elias (2008, p.283-304) “O fenômeno da morte de mulheres por razão de gênero não atinge de modo equivalente os homens.”.

O apresentador se mostra indignado e diz que é o programa do horário de meio-dia que mais defende as mulheres. Assim, utiliza uma forma de fabricação de opinião pública que Arbex (2002, p.55-56) explica ser um mecanismo que simula a democracia, “aparentemente a opinião divulgada pela mídia interfere no curso dos acontecimentos, dado a ilusão de que o público foi levado em consideração”. Mas a cobertura do caso não apresenta esses aspectos de defesa da mulher no discurso. Durante a matéria e também nos comentários do apresentador, cenas de vários tipos de violência sofrida pela vítima são descritas com detalhes e, em nenhum momento, é mencionada a expressão “violência contra a mulher”, ou a existência da Lei Maria da Penha e nem os mecanismos de denúncia para que mulheres possam recorrer a algum tipo de ajuda ou de assistência para não chegarem ao último estágio, que é o do feminicídio.

O apresentador diz que só não faz mais desabafos para não ser acusado de fazer sensacionalismo. Segmento que Angrimani (1999, p.64) descreve, como intimamente ligado à morte, ao sangue derramado e sim, se encaixa em todo contexto embutido no discurso e que também envolve o som de suspense ao fundo, as fotos, as imagens e detalhes da fachada casa onde aconteceu o crime; o fato do apresentador aparecer com um cassetete na mão, como um justiceiro, faz parte de todo espetáculo sensacional provocado que como podemos observar sim, seguiu todos os principais padrões de uma cobertura sensacionalista.

4.3 Análise Caso Dayse

Nove dias depois, outro feminicídio foi anunciado pelos telejornais locais. O feminicídio de Dayse Auricea, também indo ao ar na maioria dos programas televisivos do estado no dia 16 de abril de 2019. Ela era secretária de educação do município de Boa Vista, no Cariri Paraibano. Mulher branca, mãe de duas meninas, foi morta a tiros pelo ex-marido, quatro dias depois de completar 40 anos. Aderlon Bezerra de Souza, de 42 anos, tinha convidado a ex-mulher para comemorar o aniversário em um motel na cidade de Campina Grande, local onde cometeu o crime e depois se matou, com a mesma arma. De acordo com parentes, ele insistia em reatar o relacionamento.

Dayse, mulher branca, instruída, foi assassinada a tiros pelo ex-marido em um motel. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), as armas de fogo representam 54,2% dos registros e são a principal arma utilizada no assassinato de mulheres fora das residências no país. O fato de a TV Correio também ter uma sucursal na cidade em que

aconteceu o crime, Campina Grande, facilitou o acesso da cobertura do ambiente do ocorrido. No entanto, o valor-notícia determinante para este acontecimento ser selecionado como noticiável foi a posição social das pessoas envolvidas no fato. Dayse era secretária de educação do município de Boa Vista, no Cariri Paraibano e Aderlon trabalhava como motorista da prefeitura da cidade. Este valor notícia de seleção regeu a construção da cobertura sobre este feminicídio.

4.3.1 Casamento e religião

A foto de Dayse e do ex-marido Aderlon ocupa todo o telão, enquanto só a voz do apresentador anuncia que tem o caso completo, que não é para mudar de canal e pede para os telespectadores olharem a foto e diz se tratar de um casal.

Imagem 8 - Foto de quando eram um casal



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 16 abril de 2019.

Durante toda a cobertura, eles são tratados como se ainda estivessem casados, o que não condiz com os relatos apresentados pelas fontes entrevistadas que são: Aletson Souza, irmão de Aderlon, Nercília Dantas que é a delegada e Jandira da Silva, mãe de Dayse:

Foram para um motel em Campina Grande, ela aniversariou sexta feira. Ontem, segunda-feira ele disse: **“olha, meu amor, vamos comemorar, vamos comemorar, vamos se organizar** a gente precisa **bater um papo**, vamos para um motel. Lá a **gente fica à vontade** conversa e organiza a vida. **Ela disse: vamos! Aí, ele matou a mulher e se matou** (sic).

O apresentador muda o tom de voz para interpretar esse diálogo imaginário narrado em linguagem clichê, sensacionalista que, segundo Angrimani (1995, p.56), em casos relacionados à morte, permite que “o cadáver fará rir, às vezes, atrairá descargas projetivas sádicas,

recalcadas, punitivas, vingativas; às vezes, tem um registro corriqueiro; às vezes, compõe uma história imaginosa.’’. Na sequência, depois de apontar três vezes para tela repetindo o nome da vítima e do acusado, com a foto do casal no telão e som, ao fundo, de suspense, Samuka repete o discurso que compõe uma outra história imaginada, de que toda mulher sonha em se casar com o príncipe encantado.

Minha gente, todo mundo quando pensa em casar, **toda mulher sonha com o príncipe encantado. Todo homem sonha com a mulher ideal para vida dele.** Aí quando encontra ou acha que encontra juram eterno amor. É ou, não é? **O padre lá perguntou, ou pastor, viver com ele na alegria, na tristeza e na dor? Ela diz: sim!** Ele promete viver com... ele: sim! Aí é isso que todo mundo espera, mas olha **o que aconteceu com esse casal e acontece com muitos.** Não é o primeiro caso, só o sangue de Cristo tem poder!

O trecho dito pelo apresentador mostra, como afirma Tiburi (2019) que o patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas Instituições com crenças firmadas em verdades que se dizem absolutas. Dentro desse contexto, o discurso faz alusão à família perfeita, ao sonho do casamento, do amor eterno, do príncipe e da mulher ideal. Símbolos que dialogam com o que a autora define como padrões hetero construídos do patriarcado. Assim, ele generaliza que o sonho de toda mulher é encontrar um homem, um namorado, um marido, um príncipe encantado. Ideias que são encaminhadas às meninas, desde criança, pelas histórias dos contos de fadas, junto com atribuições que são dadas ao gênero feminino ao longo da vida: de saber cozinhar, lavar, passar, cuidar bem dos filhos, da casa, do marido, para, então, passar com sucesso em todas essas avaliações de atributos, receber o título de “boa esposa”.

Ao encenar, parte dos dizeres de uma cerimônia de casamento, o apresentador fala: “viver com ele na alegria, na tristeza e na dor”. Sendo que “na dor” foi algo que ele adaptou ao discurso, a palavra não está presente nos textos tradicionais de votos de casamentos. Dessa forma, é reforçada a ideia naturalizada de a mulher ter que aguentar e passar por vários tipos de situações em nome do casamento. Pois, como diz Saffioti (2015 p.37), as mulheres “são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem.”.

Discursos religiosos com aspectos como este, inibem as mulheres de se enxergarem como vítimas da violência doméstica, ou fazem com que muitas, apegadas às crenças religiosas não tenham coragem de denunciar. Assim sofrem caladas em nome da família e são destinadas a seguir à risca os votos de estar na companhia do homem “até que a morte nos separe”.

Quando o apresentador questiona “é ou, não é?” Tem o intuito de reforçar a opinião dita por ele, que se concentra como uma verdade que, segundo Charaudeau (2006 p. 267), interessa

ao espaço social e, entre essas verdades, a verdade de opinião “se baseia em sistema de crenças e procura ser compartilhada pela maioria, sendo que este compartilhamento estabelece um consenso que seria garantidor de seu valor”. Entre essas crenças a posição da mulher é inferiorizada perante o homem, pois como aponta Bourdieu (2002, p.18) “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo.”.

Enquanto na tela (Imagem 8) passam fotos dos envolvidos de mãos dadas, quando casal, sorrindo, o apresentador comenta que as fotos mostram que os dois eram felizes até o dia do crime:

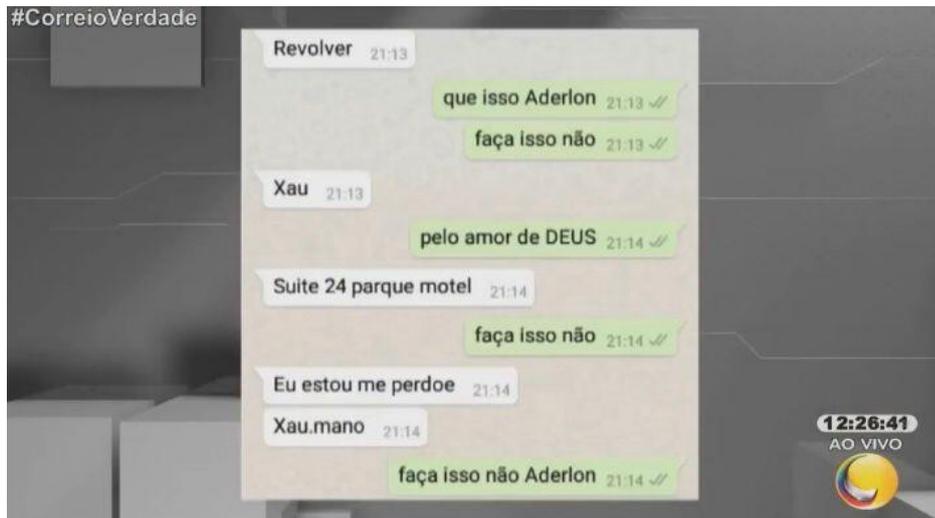
Estava em crise e tal, foram conversar em um motel. **Ele resolveu matar** a mulher. Aderlon Bezerra. Um **casamento de anos**, como eu falei, fruto de dois filhos. Um de 17 e outro de 8 anos. O relacionamento **terminou de forma trágica**, como eu falei, a noite **juras de amor terminou...** (sic).

Quase três minutos depois dos comentários feitos pelo apresentador, a matéria da repórter Daniela Pimentel vai ao ar. O VT começa com a imagem de uma conversa de Aderlon com o irmão, por um aplicativo de mensagens do celular (Imagem 9), na qual o ex-marido de Dayse avisava que tinha matado a ex-mulher e que iria tirar a própria vida. Este fato segue como enredo, o irmão aparece mostrando o aparelho para a repórter e conta como foi:

...aí ele fez duas chamadas para mim e aí ele já tinha falado comigo que **tinha matado ela. Matei Dayse**[...] Me pediu perdão, **eu tentei falar com ele: não faça isso, não faça isso!** 22:04 foi quando ele não visualizou mais, **foi quando eu acionei os amigos da polícia e pedi que fossem para lá...** (essas falas precisam ser identificadas aqui)

Ao contar que acionou os amigos da polícia (Imagem 10) , demonstra o privilégio que teve de ser atendido com mais eficácia pelos agentes da segurança pública. Provavelmente, uma pessoa sem essa influência não teria garantias dessa agilidade. O crime aconteceu dentro de uma suíte de motel, a imagem que aparece na tela quando o local é citado (Imagem 11) , é do portão da garagem do local sem marca que identifique o motel. Tiveram um cuidado para preservar tanto a imagem do local, como a dos envolvidos. Sem imagens de closes ou de detalhes muito próximos para dar ênfase. Na entrevista, a delegada não fala sobre o crime de feminicídio, apenas que ele foi preparado para praticar o crime e que funcionários escutaram os tiros. No off, a repórter diz que, de acordo com a família, eles estavam em crise há, pelo menos, um ano e, há dias, Aderlon tinha se mudado para a casa da mãe.

Imagem 9 - Imagem da conversa entre Aderlon e o irmão



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 16 abril de 2019.

Imagem 10 - Irmão de Aderlon mostra a mensagem no celular para repórter



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 16 abril de 2019.

Imagem 11 - Imagem do portão do motel



Fonte: Programa Correio Verdade exibido dia 16 abril de 2019.

O off também apresenta a informação que os dois e as filhas comemoram o aniversário de Dayse e que, desde a separação, ele passou a monitorar a ex-esposa pelas redes sociais **“Ciúme seria o motivo dos desentendimentos, mesmo assim, Dayse ainda pensava em reatar o casamento”** finaliza a repórter, com o discurso que mostra o desentendimento a respeito do ciclo da violência e reforça a ideia de que a vítima também queria estar com ele, já que “pensava em reatar” e, assim, a culpa pela própria morte é associada à mulher que quis voltar. A forma de controlar a vida da ex-mulher também é algo reforçado na entrevista da mãe de Dayse.

Às vezes, eu dizia a ele, Aderlon **tu não vai fazer besteira né?** ‘Não, não vou fazer nada, **estou indo para igreja estou bem**’. Eu disse: é meu filho, não faz besteira não, porque **isso tudo se resolve, se for da vontade de Deus tudo vai se resolver e vocês vão voltar muito bem.** Só basta você mudar. **Deixa esse ciúme.** É, eu vou ver, vou ver. **Infelizmente....**

Nesta cobertura, o apelo emocional se dá em torno da construção do que é uma família entrelaçada com padrões religiosos, e a igreja já foi apontada como instituição que garante a perpetuação da ordem do gênero como Bourdieu (2002) aponta e, para o autor, à família cabe o principal papel na reprodução da dominação e da visão masculina:

é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajés, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente (BOURDIEU, 2002, p.104).

O irmão de Aderlon também deixa clara a forma como este se comportava, diz que ele era doente de ciúmes que seguia os passos da ex-mulher, situação que demonstra ser do conhecimento dos familiares. “Ele **não largava o celular, vinte quatro horas ligado nela...**, Se sabia que ela ia caminhar, **ele estava colado**, se sabia que ela ia para igreja católica, ele ia lá. Não ficava junto com ela, mas ficava lá atrás olhando. Entendeu?” O irmão reforça para a repórter que Aderlon era “doente de ciúmes”.

Neste caso, as manifestações da cultura de violência que envolvem as relações de gênero são reforçadas pois como aponta Blay (2008, p.213) Ciúmes, dominação e relações de poder, disfarçadas em amor, pretendem justificar os comportamentos fatais. “uma cultura aprendida e reproduzida na sociedade brasileira, em todas as classes sociais em todos os grupos étnicos geracionais em que pessoas do sexo feminino são alvo constante.”. Alegações como “doente de ciúmes” são usadas com frequência pelos autores dos crimes, pelas autoridades policiais e, como diz Prado e Saneamatsu (2017, p.143), reproduzidas com frequência pela imprensa para justificar um feminicídio como um “Ataque de ciúmes”, “perdeu a cabeça”, “estava fora de si”, “ficou transtornado”, “teve um surto”, “ataque de loucura”. Argumentos que também são reproduzidos quando Samuka retorna do estúdio, para comentar a matéria que finalizou com a fala do irmão do acusado.

4.3.2 Ciúmes, Doença e Rede Social

“Uma mulher direita, toda família sabe... ela mulher, secretária de educação, trabalhadeira, inteligente, direita. Mas ele era um doente!”

O apresentador aparece no estúdio com um celular na mão, mostra o aparelho para a câmera e começa um discurso que aborda temas como: comportamento de homens e mulheres casados com a rede social, com dicas de como a mulher deve fazer para conquistar um homem e não perturbar o marido e também dá exemplo de um outro crime que aconteceu em motel.

Hoje, a rede social é um inferno na vida de muita gente. Mas é um inferno na vida de quem não sabe utilizar. Muita gente não sabe utilizar, tem mulher que fica no whatsapp, no Instagram, procurando a vida fica naquela doidera sem fim, como se fosse proteger o marido ou resolver alguma coisa ... **Para você conquistá-lo cada dia mais** não é no zap zap dele. **Você vai espantar, chatear, o cara** vai pensar: nossa! *pera ai!* Todo ser humano precisa de sua liberdade, não é libertinagem. O homem do mesmo jeito, tem cabra que fica: **a mulher não pode fazer** academia, não pode, **não pode ir no mercado, estudar e ele fica vinte quatro horas feito um doido. Às vezes, a mulher é tão direita**, tão bacana que o cara fica vendo *visagem*. *Vê ela* dormindo com outro. Teve um cara que invadiu um motel, **achou que a mulher dele estava em um motel, tocou fogo no carro.**

Para o apresentador, a família foi destruída pelo ciúme doentio, ele repete essa ideia e dá exemplos de como alguém de família pode se comportar perante a sociedade.

Uma mulher postar no Instagram dela que está fazendo atividade física não é nada demais. Postar que está na igreja, qual o problema, rapaz? Aí o **cara ficar doente por causa disso? Quando o cara é doente de ciúmes** pode acontecer duas coisas: ou ele **leva canga** porque a **mulher fica com raiva de tanto ciúme**. Ela diz, agora eu vô *botá* nesse infeliz! Fica desconfiando de mim, olha aí infeliz das costas ocas. **Você vai levar um par de chifres e vai andar empinado por causa dos ciúmes**, ou pode **acontecer uma tragédia** que foi no caso dele. **Uma mulher direita, toda família sabe... ela mulher, secretária de educação, trabalhadeira, inteligente, direita. Mas ele era um doente.**

Seguindo o raciocínio do discurso patriarcal feito por meio de uma narrativa sensacionalista, o apresentador brinca com assunto da virilidade, que na visão machista tem como um dos principais pontos afetados quando se trata da infidelidade por parte da mulher. Nessa ótica, “A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita: fracas e princípios de fraqueza enquanto encarnações da vulnerabilidade da honra.” BOURDIEU (2002, p.67). A proibição em relação às roupas usadas, aos lugares frequentados também é algo presente no discurso e pode remeter aos ideais patriarcais referentes à submissão da mulher na sociedade civil e à liberdade limitada a que estavam renegadas, acobertada muitos anos pela lei como lembra Saffioti (2015, p.140), até 1962 ao casar a mulher perdia direitos civis, “era literal e legalmente tutelada por seu cônjuge”.

No momento que cita as qualidades da vítima, em primeiro lugar vem a avaliação de confirmação de que era uma “mulher direita” e todas as afirmações desses estereótipos são acompanhadas de confirmações, como ao usar, logo em seguida, “toda família sabe”. Essa legitimação representa as relações de dominação e, assim, uma construção simbólica de apoio, que dá validade ao discurso.

Por um instante, é facilmente possível o público esquecer de qual assunto estava falando, pois o apresentador saiu totalmente do foco. O contexto do crime é ignorado e o enredo se volta para dicas de “empoderamento masculino” com culpa não só de ciúmes, mas também das redes sociais e sempre com associação a um comportamento doentio.

Se você é homem e tem essa doença eu vou pedir pra Deus libertar. Se você vive vendo o celular da sua mulher é porque você não confia nela, então não adianta. **Você não se garante acha que qualquer cara é melhor que você. O cara tem que ser macho se garantir e dizer: rapaz eu sou cabra macho para minha mulher, ela não vai olhar para outro.** Os caras vão olhar para ela, **mas ela não vai olhar para eles. É nisso que a cabra tem que confiar.** (sic)

Nesse contexto, a virilidade masculina é reforçada em um discurso voltado para a autoestima dos homens, para que se tornem pessoas mais seguras nos relacionamentos afetivos. Pelo fato de o apresentador também ser homem, é possível identificar no discurso, a presença do que Saffioti (2015, p. 111) ao trazer os conceitos de Hartmann (1979) define, como um pacto masculino existente no patriarcado em que “as relações hierárquicas entre os homens, assim

como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria construída por homens a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres.” Por essas vias, garantindo a opressão das mulheres.

Samuka volta a dar exemplos que dão peso ao discurso sobre não mexer no celular do companheiro (a). Enquanto isso, o volume do som de suspense aumenta e, no telão, a imagem passa a ser da mensagem que o acusado mandou para o irmão e, assim, o apresentador diz “**ai ele se matou por causa do ciúme doente que ataca homens e mulheres porque não confiam em si mesmos e vivem acorrentados sem paz, a hora da tragédia. Ciúme é isso.**”

Como já pontuado na análise, “a doença”, “os ciúmes” são sempre palavras utilizadas para justificar uma causa para o crime, fazendo esta associação ao crime de feminicídio. Palavras de uso comum que segundo Lage (2001), operam no sistema de trocas ideológicas com cargas inevitáveis de implicações e conotações, para o autor “basta que uma dessas palavras seja usada frequentemente em dado contexto...para que se contamine de uma sugestão...que a acompanha quando transporta para outros contextos.” (LAGE, 2001, p.33). Acontece que a violência doméstica não se explica por ciúme, ou por descontrole, uma vez que “A violência contra as mulheres se dá pela posição desigual que mulheres e homens ocupam na sociedade. A concepção criada para os papéis de gênero faz com que muitos homens se sintam no direito de possuir e controlar a parceira ou ex-parceira.”(UNIVERSA, 2020, p.27).

A repórter que fez a matéria retorna em um link ao vivo, direto da casa de velórios com informações a respeito da cerimônia, enquanto a câmera mostra a parte interna do local, com a capela na sala em que os corpos vão ser velados e encerra, tratando a morte dos dois como trágica. O apresentador volta do estúdio com a foto deles como casal no telão e finaliza a cobertura, apelando para o valor-notícia da emoção, com ênfase no sentimento de sofrimento. Dessa forma, como explica Arbex (2001, p.47), o telespectador se identifica com um certo enredo, assim como nas telenovelas e se permite certas emoções.”. O apelo emocional ao abordar a situação dos filhos que perderam os pais, junto com a música de suspense ao fundo é proposital para prender atenção do telespectador:

Dois filhos, né? um papaizinho? **Dois filhos como ficam?** Sem a mãe e sem o pai? Como vai ficar a cabeça? **Não é só o sofrimento da família**, dos filhos que vão ter acompanhamento psicológico, **é uma tragédia que destrói com a vida de todos. Que Deus proteja você, sua mulher e seu marido.** Se você tem esse problema, comece a se libertar, **faça um tratamento para isso. Tem tratamento e medicamentos para doença ...** Se não confia deixe...**Que o diabo começa a trabalhar para tragédia.**

Abordada com sensacionalismo, a narrativa espetáculo busca a audiência e, sendo assim, parte da cobertura como apontam Prado e Saneamatsu (2017, p.146-147) “tende a focar suas

narrativas na exploração de uma ‘história de amor’ com final trágico, de um ‘momento de loucura provocado’ pela vítima ou de um crime ‘monstruoso’ cometido por um ‘ser anormal’ e ‘cruel’.”. Também observamos no discurso do apresentador “ter remédio para esta doença”. Dessa forma, por várias vezes, a morte da mulher por questão de gênero foi desviada e minimizada por exemplos desconexos sobre redes sociais e situações de ciúmes.

4.3.3 Aspectos que entrelaçam raça, gênero e classe

Dayse, mulher branca, instruída era secretária de educação do município de Boa Vista, no Cariri Paraibano e Aderlon trabalhava como motorista da prefeitura da cidade. Este valor-notícia de seleção regeu a construção da cobertura sobre este feminicídio, na qual foi possível identificar um maior zelo com a imagem dos envolvidos no tratamento do telejornal se comparado ao que foi dado à morte de Marilene. Não se pode deixar de pontuar que “No mundo contemporâneo, a perspectiva racista e preconceituosa, não é acidental, nem é apenas o resultado de uma ‘tradição’ construída por milênios de história.” (ARBEX, 2002, p.123). Dessa maneira, as coberturas entrelaçam desigualdades relacionadas à raça, à classe social e ao gênero.

Um dos sinais de diferenciação pode ser percebido pelo fato de o caso Dayse ter tido mais tempo dedicado ao assunto, com quase quinze minutos, e conter entrevistas de fontes oficiais como a delegada e também de parentes, o que, por si só, aponta mais cuidado e zelo pelo caso na apuração e na construção da notícia. O apresentador e a repórter reforçam, durante a cobertura, o cargo de secretária de educação do município, ocupado pela da vítima, conferindo significados sociais de poder, de prestígio e de respeito perante a sociedade sem deixar de pontuar que, conforme foi debatido no capítulo 1, e reforçado por Tiburi (2019): é na cultura e nas instituições que o patriarcado está enraizado.

O aspecto de ser mãe também foi pontuado várias vezes. Em alguns momentos, dizem que tinha filhos e, em outros, citam filhas. O que chama atenção para uma apuração confusa entre as partes envolvidas: editores, produtores, repórter e apresentador. Associam a vítima a uma mulher “trabalhadora”, “de família”. As abordagens usadas no caso também não escapam do teor sensacionalista, mas a espetacularização da notícia foi exercida de modo mais intenso na cobertura do feminicídio de Marilene. Assim, confirmam-se as percepções de Blay (2008, p.12) ao apontar que quando diz respeito aos assassinatos das mulheres e à espetacularização do caso, “quando envolvem pessoas de projeção ou de status social, evidencia-se o comportamento diferenciado da mídia.”.

Em relação a Marilene, foi dito apenas uma vez que era dona de casa e que tinha filhos, a narrativa agregada a ela não teve apelo para o lado familiar ou de “mulher trabalhadora”, foi

voltada para explorar as violências sofridas, com detalhes para os gritos por socorro segundos antes da morte. A função de “dona de casa” sempre foi destinada às mulheres, ao trabalho associado ao gênero feminino, as funções exercidas no lar não são reconhecidas, valorizadas e nem remuneradas como trabalho. São invisíveis aos olhos da sociedade que naturaliza afazeres domésticos como obrigações da mulher, da dona de casa. E, assim, sem prestígio também na abordagem da cobertura, não ganhou tantas ênfases como no caso da vítima que tinha um cargo numa prefeitura.

As fontes das matérias do caso Marilene foram três vizinhos: Afonso Florêncio da Silva, Sebastiana da Conceição e a mulher que mais falou durante a entrevista que, pelo visto, não queria ser identificada, por este motivo não constava o seu nome nos créditos e teve parte da imagem embaçada. Mas a falta de cuidado da edição é visível. Partes do ombro e da blusa da mulher aparecem nitidamente (Imagem 12), assim como a voz que não foi modificada. Dessa forma, é possível ser reconhecida por quem mora por perto, por quem a conhece, o que a expõe a uma situação de risco, já que, provavelmente, a mulher aceitou dar entrevista na condição de não ser identificada.

Imagem 12 - Falhas da edição que identificam a entrevistada



Fonte: Exibida no programa Correio Verdade no dia 8 de abril de 2019.

O comportamento de Marilene foi questionado e julgado com as falas dos vizinhos que identificaram a vítima como “mulher direita e honesta”. Não foram dadas informações sobre o enterro, já no caso da secretária de educação houve um *link* ao vivo da casa de velórios. No caso dela, as imagens não foram tão exploradas e tiveram o cuidado para não identificar tanto o local, nem foram feitas dramatizações do acontecimento, tampouco a arma do crime foi mostrada, diferentemente da foto da faca usada para matar Marilene que apareceu durante a matéria e também foi exibida no telão enquanto o apresentador comentava.

As diferentes narrativas acerca desses dois casos apontam para diferentes modos de tratar a morte e a vida de pessoas de classes e de raças diferentes, demonstrando que a morte de uma mulher negra e periférica pode ser tratada de forma mais invasiva, ser explorada dramaticamente com fins de atrair audiência, reafirmando construções e enquadramentos sobre as vidas que importam e as que não importam (BUTLER, 2019). Em relação ao marido José Jorge, o discurso também apresenta recorte de raça e classe. Para agredir e julgar o acusado, o apresentador utiliza palavras chulas, aponta o dedo para a câmera várias vezes, altera o tom de voz com mais frequência e aparece até com um cassete no estúdio, emblema que pode simbolizar o ato de um tribunal, de justiça, de condenação do assassino. Portanto, assim como o racismo estrutural está presente nas Instituições de poder, também se encontra no discurso, na encenação do apresentador e reforça as afirmações de Akotirene (2019, p.67) de que ‘brancos lesam a nação inteira, agredem mulheres e, no entanto, têm penas suavizadas’ o que também é válido para o comentário como ato de julgamento feito por meio do discurso do apresentador.

Nenhuma dessas atitudes foi identificada no caso de Aderlon Bezerra, ex-marido de Dayse, um homem branco que trabalhava para uma prefeitura, e que, por estes aspectos, a cobertura mostrou mais cuidado ao falar dele e ao associá-lo como autor do crime. O privilégio masculino é preservado durante a cobertura, já que o discurso é usado para associar o comportamento do feminicida a um momento de “descontrole”, uma “doença”, isentando-o de responsabilidade, já que é visto como “doente”, conseqüentemente, tratando o feminicídio fora do contexto de uma cultura que envolve violência de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu analisar que a cobertura dos casos de feminicídio no Correio Verdade, reproduz um discurso machista, moralista e religioso, que envolvem narrativas sobre o controle da sexualidade feminina, a sujeição da mulher e naturalização da desigualdade de gênero.

Aspectos como o fato das vítimas serem mães, descritas como “mulheres direitas”, são valorizados no discurso que preserva os ideais patriarcais e que ganham reforço com o apelo das crenças religiosas que reproduzem práticas sociais machistas atribuídas ao sexo feminino. Reflexos identificados inclusive nas falas de entrevistadas e repórteres mulheres. Com o foco no discurso como objeto, foi possível identificar que a ideologia de cunho religioso e patriarcal presente nas coberturas segue a linha editorial da emissora, tendo em vista que o dono é Edir Macedo, empresário e bispo evangélico.

Vítimas que são de raça e classe social distintas, não tiveram o mesmo tratamento durante a cobertura do fato, o que reflete e potencializa as desigualdades sociais impostas à mulher negra, que entrelaçam opressões relacionadas a raça, classe social e gênero. Desta forma a abordagem referente ao feminicídio da mulher negra e pobre, foi explorada com mais sensacionalismo e espetáculo enquanto a outra abordagem, da mulher branca que tinha um cargo de reconhecimento na prefeitura, foi bem mais cuidadosa ao preservar a vítima, o feminicida e os demais envolvidos.

Um fator que chama atenção para urgência sobre como abordar o assunto na mídia, é que no ano de 2019, em todos os meses tiveram registros de feminicídio no estado da Paraíba e de acordo com os estudos consultados, também foi o ano com mais registros desde da criação no país da lei 13.104/2015, sobre o crime feminicídio. Mas tal fato foi totalmente ignorado na cobertura e anulado do discurso assim como o contexto que envolve a violência contra a mulher. Dados relacionados aos crimes, mecanismos de denúncia e até mesmo expressões como “feminicídio” e “violência contra mulher” sequer foram citadas em cerca de vinte minutos de cobertura sobre este tipo de crime.

Elementos com apelo emocional e dramático são utilizados para compor a notícia dos crimes que foca na violência extrema ou na história da tragédia familiar, mas sempre correlacionada com situações referentes ao comportamento da mulher perante a sociedade. O discurso e a forma como a notícia foi passada aos telespectadores demonstram parâmetros e

valores da realidade da vida cotidiana já objetivados (BERGER E LUCKMANN, 2004) e dessa forma como aponta Tiburi (2019), o sistema de violência contra as mulheres funciona como uma repetição de uma lógica. Sendo assim, também reproduzida e legitimada nas versões veiculadas pela mídia, que como já abordado neste trabalho, não costumam apresentar informações sobre a dimensão do contexto que envolve o feminicídio. Portanto foi possível observar que as notícias analisadas não colaboram para reestruturação de um discurso capaz de contribuir para reduzir os casos de feminicídio.

O debate público proporcionado pelo discurso do Correio Verdade sobre crimes de feminicídio reforça a imagem da mulher como inferior perante o homem com uma narrativa simbólica de dominação e subordinação. E contribui para uma cobertura machista e de estereótipos que naturaliza a morte das mulheres, se opondo a tratar o crime como uma questão de gênero. Fica em evidência a necessidade de refletir sobre a importância de contribuir para uma cobertura por parte da mídia, que não reforce este tipo de tratamento violento às mulheres, que não tire o crime de feminicídio do contexto com um discurso que sustenta e legitima as negligências sobre as violências praticadas contra a mulher.

6 REFERÊNCIAS

- ARBEX Jr., J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 3ªed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- ANGRIMANI, S. D. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.
- ARAÚJO, L.; PIMENTEL, E. **Espetacularizar a violência contra a mulher diz muito sobre nossa cultura e mídia**. In: PRADO, D; SANEMATSU, M. (orgs.). **Feminicídio: invisibilidade mata**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017. p.163-174.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARROS, F. D.; SOUZA, R. do Ó. **Feminicídio: Controvérsias e aspectos práticos**. São Paulo: JH Mizuno, 2019.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fato e mitos**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BECKER, B. **Televisão e Telejornalismo: Transições**. Estação das Letras e Cores, São Paulo, 2016.
- BENETTE, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, P.; e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA, 2002.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- BRANDÃO, M. **Senado aprova PEC que torna feminicídio crime imprescritível**. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-11/senado-aprova-pec-que-torna-feminicidio-crime-imprescritivel>>. Acesso em: 18 de nov. 2020.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CANAVILHAS, J. **O domínio da informação-espetáculo na televisão**. 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2018.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n.

49, p. 117-133, 2003.

CARVALHO, C. **MULHERES “SENSACIONAIS”**: Uma Análise da Construção da Mulher no Jornal *Já*. 162 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. João Pessoa. 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002.

DAVIS, I. A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORA, D. D. **Violência contra a mulher: um breve histórico no Brasil**. In: VEIGA, A. M.; LISBOA, T. K.; WOLFF, C. S. (orgs.). Gênero e violências Diálogos interdisciplinares. Série Diversidades. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. p.264-278.

DORETTO, Juliana. Questões de Gênero e Direitos das Mulheres Comparando Tendências da Cobertura. In: **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5ªed. São Paulo: Edições Loyola,1999.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GERONIMO,A.S. **O protagonismo dos Apresentadores no Contrato de Comunicação de Programas Policiais na Paraíba**. 211 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Jornalismo. João Pessoa.2019.

GUERRA, C. E. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre noticiabilidade**. In: SILVA, G.; SILVA, M. P. da; FERNANDES, M. L. (orgs.). Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3ª ed. Florianópolis: Ufsc-Insular, 2001.

LAGE, N. **A reportagem**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LAGARDE, M. Del femicidio al feminicidio. **Revista Desde el jardín de Freud**, Bogotá, v. 6, p. 216-225, 2006.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MACHADO, I.; ELIAS, M. **Feminicídio em cena da dimensão simbólica à política** - Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 30, n.1 2016.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>>. Acesso em: 11/2021

G1 PB. **Monitor Da Violência: Em Cinco Anos, 2019 Tem Maior Número De Femicídios Na Paraíba.** 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/05/monitor-da-violencia-em-cinco-anos-2019-tem-maior-numero-de-femicidios-na-paraiba.ghtml>>. Acesso em: 25 de abr. 2020.

MOTTA, L. G. **Jornalismo e configuração narrativa da história do presente.** Revista ECompós, [S. l.], v. 1, 2004.

G1 PB. **Mulher é Morta com 30 Facadas e Companheiro é Preso Suspeito do Crime, Na Pb.** G1 PB, João Pessoa, 07 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/04/07/mulher-e-morta-a-facadas-e-companheiro-e-presosuspeito-do-crime-na-pb.ghtml>>. Acessado em: 15 de dez. 2019.

NEVES, G. B. **Memória do telejornalismo de João Pessoa/PB.** 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Coordenação do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo. João Pessoa. 2015.

OLIVEIRA, H. J. S. de; ZAMBONI. M. **Entre o sociológico e o jurídico:** narrativas sobre feminicídio em Tribunais do Júri. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Florianópolis: UFSC, 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999.

PAIVA, R. Femicídio e jornalismo no Brasil : atuação do feminismo nas redes. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v.6, n.2, p. 48 a 68, jul./dez. 2019,

PARAÍBA, Jornal da. **Secretária de Educação de Boa Vista é morta pelo marido em motel.** Jornal da Paraíba, João Pessoa, 16 de abr. de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/secretaria-de-educacao-de-boa-vista-e-morta-pelo-marido-em-motel.html>. Acesso em: 15 de dez. 2019.

PATERNOSTRO, V. **O texto na tv:** manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2016.

PENHA, M. DA. **Enfrentar, por meio de mecanismos de conscientização e empoderamento, a violência doméstica e familiar contra a mulher.** 2018. Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/>>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

JUZO, A. C. de S.; MENDES, I. **Femicídio no Brasil: O Que Vem Depois da Tipificação?** In: BOITEUX, L.; MAGNO, C. (orgs.). **Gênero, feminismos e sistemas de Justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe.** Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2018

PISCITELLI, A. **Gênero: A História de um Conceito**. In: ALMEIDA, B. H.; SZWAKO, J. E. (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis, 2019.

PITA, M.; ARAÚJO, G. Racismo, machismo e lesbofobia não estão apenas na mente dos assassinos. In: PRADO, D; SANEMATSU, M. (orgs.). **Feminicídio: invisibilidade mata**. São Paulo: Editora Fundação Rosa Luxemburgo, 2017. p.83-90.

PONTES, F. S.; SILVA, G. **Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 44-55, dez. 2009.

PORTELLA, A. P. **Como morre uma mulher?** configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco. 393 f. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife. 2019.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

PRADO, D. **Feminicídio: invisibilidade mata**. São Paulo: Editora Fundação RosaLuxemburgo, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório** - Uma perspectiva brasileira. SUR 24 v.13 n.24 • 99 – 104. 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>> Acesso em: 18 de nov. de 2020.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero**. Estudos de Psicologia -vol. 11. no.1 Natal Jan/abril 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2006000100008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 de mai. 2020.

ROMÃO, D.M. **Jornalismo Policial: Industria Cultural e violência**. 207 f. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Psicologia. São Paulo. 2013.

ROMIO, J. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. PLURAL, **Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.26.1, p.79- 10, 2019.

ROSA, M. da; FLORES, G. I. Um corpo duplamente esfacelado: (in)visibilidade das vítimas de feminicídio em manchetes de jornal. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 2, p. 147-168, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANEMATSU, M. Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres. In: Coordenação Veet Vivara. **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística.** 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Washington/Desktop/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-versao-web%20Copy.pdf>>. Acesso em: 18 de mar. 2020.

SANTOS, M. C. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil:** Hipocrisia brasileira com relação aos afrodescendentes - Sueli Carneiro. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-sexismo-e-desigualdade-no-brasil/?gclid=CjwKCAjwxev3BRBBEiwAiB_PWOCluisJUdxcKfUcjt6p5mFXsKJJBLR0aLDKv5SvTG_jStez44JoRoCj24QAvD_BwE>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

SILVA, G.; SILVA, M. P. da; FERNANDES, M. L. **Critérios de Noticiabilidade** – Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, M. **PEC torna imprescritíveis e inafiançáveis os crimes de feminicídio e estupro.** 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/630390-pec-torna-imprescritiveis-e-inafiancaveis-os-crimes-de-femicidio-e-estupro/>>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

TIBURI, M. **Feminismo em Comum:** Para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

THINK O. **Minimanual do Jornalismo Humanizado Parte I:** Violência contra a mulher. 2016. Disponível em: <https://www.thinkolga.com/wpcontent/uploads/2020/04/ThinkOlga_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf>. Acesso em 18 de nov.2021.

THOMPSON, J.. A nova visibilidade. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo.** V.2. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, S. M. **Masculino, o gênero do jornalismo:** Um estudo sobre o modo de produção das notícias. 250 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre. 2010.

VIEIRA, J.; NUNES, I. Mulheres negras no alvo do feminicídio de Estado: Claudia vive. In: PRADO, D; SANEMATSU, M. (orgs.). **Feminicídio:** invisibilidade mata. São Paulo: Ed. Fundação Rosa Luxemburgo, 2017. p.107-114.

VILARDAGA, V. **À queima roupa:** o caso pimenta neves. São Paulo: Leya, 2013.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Presença, 2001.